

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE

Marcelo Isamu Takatsu Morikawa

**Juventudes, jornalismo e os sentidos sobre as periferias: um
estudo com leitores da Agência Mural**

CAMPINAS, 2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE

Marcelo Isamu Takatsu Morikawa

**Juventudes, jornalismo e os sentidos sobre as periferias: um
estudo com leitores da Agência Mural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para a obtenção do título de mestre em Linguagens, Mídia e Arte.

Linha de pesquisa: Subjetivação, Mídia e Sentidos

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Doretto

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Finance Code 001.

CAMPINAS, 2025

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M854j	<p>Morikawa, Marcelo Isamu Takatsu</p> <p>Juventudes, jornalismo e os sentidos sobre as periferias: um estudo com leitores da Agência Mural / Marcelo Isamu Takatsu Morikawa. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.</p> <p>119 f.</p> <p>Orientador: Juliana Doretto.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) - , Escola de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Juventudes. 2. Periferias urbanas. 3. Jornalismo contra-hegemônico. I. Doretto, Juliana. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Linguagem e Comunicação. . III. Título.</p>
-------	--

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS, MÍDIA E ARTE

**Juventudes, jornalismo e os sentidos sobre as periferias: um estudo
com leitores da Agência Mural**

Dissertação defendida e aprovada em 19 de
fevereiro de 2025 pela comissão examinadora:



Profa. Dra. Juliana Doretto
Orientadora e presidente da comissão examinadora.
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Mara Ferreira Roviada
Universidade de Sorocaba



Profa. Dra. Eliane Righi de Andrade
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Agradecimentos

Aos meus pais, Dadá e o saudoso Nerso, pelo dom da vida, por terem me permitido sonhar e realizar tanto e por me fazerem quem eu sou.

Ao meu amor Caroline, meus sogros, Malu e “seu menino” Édson, e nossa cachorrinha Morgana, pelo acolhimento durante os meus deslocamentos entre Limeira e a PUC-Campinas.

Aos amigos Taka e Márcia, pela amizade de longa data e por me hospedarem durante o período das entrevistas.

Aos educadores e professores da Brasilândia, do Grajaú e de Guarulhos.

Aos atores e produtores culturais de Embu das Artes.

Aos grafiteiros do Itaim Paulista e de São Miguel.

Aos coletivos Pretos em Conexão, Juventude Fogo no Pavio, Instituto Kamusi e Instituto Perifa Sustentável.

À professora Mara Rovida, pelas generosas sugestões no relatório de qualificação e pelo exemplar impresso de sua obra “Jornalismo das periferias: O diálogo social solidário nas bordas urbanas”, o qual foi de grande contribuição para a presente pesquisa.

À professora Eliane Righi, pela parceria construída ao longo dos últimos três semestres, tanto no estágio-docência quanto no nosso grupo de estudos “Raça, decolonialidade e cultura”.

À orientadora Juliana Doretto, professora, pesquisadora, jornalista, corintiana e maqueana, por todo apoio nessa caminhada. Apoio esse que transformou as dificuldades de escrever uma dissertação de mestrado numa tarefa prazerosa, ainda que complexa.

A todos os colegas de mestrado e professores do PPG-Limiar pelas ideias e ensinamentos em sala de aula, e aos demais colaboradores da PUC-Campinas por manterem o funcionamento do campus de maneira adequada para nossos estudos.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela contribuição no financiamento da minha pesquisa (Código 001).

El mundo se divide, sobre todo, entre indignos e indignados, y ya sabrá cada quien de qué lado quiere o puede estar.

(Eduardo Galeano)

Resumo

Na América Latina, os jovens representam um dos setores mais vulneráveis ao empobrecimento e são visíveis para as autoridades apenas em função dos problemas que representam, tendo poucas alternativas de inserção econômica (Reguillo, 2003). Nesse sentido, Vitali (2022) atenta para o fato de as juventudes, sobretudo as periféricas, ser ainda as primeiras afetadas pelas mudanças sociais contemporâneas, como a precarização do trabalho e o aumento da insegurança. A definição de periferia, aliás, como região urbana com pouco acesso a serviços, e onde vive a população de baixa renda, se estende além da distância geográfica do centro, compreendendo também a ideia de exclusão social e de poder (Vitali, 2022). Essas comunidades são frequentemente retratadas de maneira preconceituosa na mídia, criando um imaginário reducionista e preconceituoso sobre essas áreas, o que tem instigado um movimento de valorização das periferias por meio de manifestações culturais e coletivos organizados por jovens, incluindo aqueles voltados à comunicação (Nonato, 2018; Roviada, 2021). A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar de que maneira os jovens periféricos leitores da Agência Mural, um veículo de jornalismo contra-hegemônico da Grande São Paulo, consomem conteúdo noticioso sobre as periferias e quais sentidos são construídos no processo. Enquanto objetivos específicos, pretendeu-se compreender as rotinas de consumo midiático desses jovens; investigar a possível influência que a Agência tem na forma pela qual o seu público jovem enxerga as periferias; e discutir a importância da representatividade das culturas juvenis periféricas no jornalismo, no sentido de promover movimentos de valorização das periferias. O método adotado contempla uma pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade semiestruturadas (Duarte, 2009) com nove participantes. Os resultados obtidos foram avaliados por meio de técnicas de análise de conteúdo (Fonseca Junior, 2009) e nos mostraram que, para nossos entrevistados, a produção noticiosa da Mural desempenha importante função na construção de sentidos sobre as periferias, uma vez que traz narrativas e perspectivas de jovens que vivem os territórios. Essas representações reforçam crenças e valores desses jovens leitores, que são atraídos ao conteúdo da Agência porque ali encontram visões de mundo parecidas com as suas. Nesse sentido, os participantes apontaram desafios no que diz respeito a aumentar o alcance do veículo entre os jovens das periferias, uma vez que o hábito do consumo de notícias ainda é restrito àqueles que tiveram mais acessos a práticas culturais e à educação.

Palavras-chave: Jornalismo contra-hegemônico. Periferias. Juventudes. Agência Mural.

Abstract

In Latin America, young people represent one of the most vulnerable groups when it comes about chances of becoming under the poverty line, and many times they are visible to the authorities just due to the social problems they represent, like the difficulty of getting a job (Reguillo, 2003). In this context, Vitali (2022) also warns to the fact that they are the first group affected by the current social changes such as employment level changes and the rising of violence, especially the periphery young people. The definition of periphery, an urban area with lack of resources and access to public services where the short-income people live, spreads beyond the geographic distance from the financial centers, also reaching the notions of both social and power segregation (Vitali, 2022). Those communities are often pictured with prejudice in Brazilian mainstream media, what leads to a prejudiced and reductionist thinking about those regions, which has been instigating social movements committed to the sense of periphery valuation through collectives and cultural expressions organised by peripheric young, including those related do the communication area (Nonato, 2018; Rovida, 2021). This research has as main objective to identify how the peripheric-young readers of Agência Mural – an independent press vehicle based in Grande São Paulo peripheries – consume news contents about the periphery and which meanings are built in this process. About the specific objectives, we intend to comprehend these young people routines of media consumption; investigate if the Agência influences how young readers look to the periphery; and discuss the importance of the young peripheric cultures representativeness in journalism, aiming to promote periphery valuation movements. The method included qualitative research with in-depth interviews (Duarte, 2009), where nine people participated. The results were studied according to content analysis techniques (Fonseca Junior, 2009) and showed us that, to the interviewed young, Mural's contents have an important influence when it comes to building meanings about the peripheries, since they bring perspectives from the young who live in these areas. These representations strengthen the beliefs and values of these young readers, which are attracted to the content from the vehicle because they meet thinkings which are similar when compared to theirs. The interviewed young readers also pointed challenges when it comes to increasing the audience of Mural among the peripheric young, since consuming news is still an habit just for those who had more access to culture and education.

Keywords: Counter-hegemonic journalism. Suburbs. The young. Agência Mural.

Lista de Figuras

Figura 1. Página inicial do site da Agência Mural.....	17
Figura 2. Distritos da cidade de São Paulo com maior Renda Domiciliar Média.....	31
Figura 3. Distritos de São Paulo com no máximo 10% de habitantes negros.....	32
Figura 4. Distribuição dos veículos de maior audiência no Brasil.....	44
Figura 5. Distribuição geográfica dos correspondentes da Agência Mural no município de São Paulo.....	54
Figura 6. Distribuição geográfica dos lugares onde os entrevistados se identificaram.....	80

Lista de Tabelas

Tabela 1. População e população jovem por distrito com Muralistas.....	55
Tabela 2. Relação de participantes das entrevistas em profundidade.....	79
Tabela 3. Maneira como os entrevistados conheceram a Mural.....	98

Sumário

Memorial: como nasceu esta pesquisa	11
Introdução	17
Procedimentos metodológicos.....	21
Escopo do trabalho	24
1. As periferias da Grande São Paulo e o jornalismo contra-hegemônico	27
1.1 As periferias como construção sócio-histórica.....	27
1.2. O território enquanto produtor de identidades	32
1.3. O jornalismo hegemônico e as periferias	38
1.4. O jornalismo contra-hegemônico no Brasil: do alternativo ao periférico.....	46
1.5. A Agência Mural.....	52
2. Juventudes e periferias: do estigma à potencialidade	59
2.1. Juventude no mundo ocidental: breve histórico.....	59
2.2. Juventudes periféricas: subalternização e resistência.....	65
2.3. Juventudes e o consumo de jornalismo	69
3. As entrevistas em profundidade: o que dizem os leitores da Agência Mural .	75
3.1. O percurso metodológico	75
3.2. As rotinas de consumo e as percepções em relação à mídia tradicional.....	84
3.3. As subjetividades periféricas, o jornalismo local e a Agência Mural	91
3.4. Críticas e possíveis caminhos para aumentar o envolvimento com a Mural .	101
Considerações finais	107
Referências	113
Anexo 1: Roteiro de entrevista individual	119

Memorial: como nasceu esta pesquisa

O meu vínculo com os estudos interdisciplinares começou já na graduação, quando optei por ingressar no curso de Engenharia de Produção da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp, em 2009. Era a primeira turma de ingressantes em engenharia do novo campus, que foi pensado com uma proposta inovadora de contemplar diferentes áreas do conhecimento e que também oferece cursos de administração e ciências da saúde. Particularmente, a escolha pela engenharia se deu pela minha facilidade com disciplinas de exatas no ensino médio, e a opção pela FCA ocorreu pela oportunidade de poder fazer a graduação em Limeira (SP), cidade em que sempre vivi. Mas cursar disciplinas do chamado Núcleo Geral Comum (NGC), como Ética e Cidadania, Meio Ambiente e Sociedade, Epistemologia e Filosofia da Ciência, junto com graduandos de Nutrição e Administração Pública, me possibilitou um intercâmbio tanto de conhecimentos acadêmicos quanto de visões de mundo.

O interesse pela área da comunicação nasce no contexto da pandemia de Covid-19, em 2021. Como torcedor e frequentador assíduo de jogos da Inter de Limeira, alcancei uma pequena popularidade entre os adeptos do clube. Sem a presença de público nos estádios pelas medidas sanitárias vigentes, fui convidado a participar da página de entretenimento “Leão Mil Grau”, no Facebook, Instagram e Youtube, em que escrevia textos comentando sobre o desempenho do time e participava de *lives* antes e depois dos jogos. Nesse período, devido à minha presença na página do Facebook, também participei de coletivas de imprensa oficiais do clube, fazendo perguntas a jogadores, técnicos e dirigentes. Instigado por essa pequena experiência, decidi voltar à academia em uma área diferente da minha formação. O programa de pós-graduação em Linguagens, Mídia e Arte da PUC de Campinas me interessou por sua proposta interdisciplinar, algo com o qual eu julgava ter mais familiaridade por causa da graduação, e por contemplar também a área da comunicação social.

Ainda no contexto pandêmico, um livro que me chamou a atenção foi “Corações Sujos”, escrito pelo jornalista Fernando Morais, em 2000. A obra discute sobre um movimento negacionista a respeito da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 1945, presente nas colônias de imigrantes japoneses no Brasil naquele período. Esse processo envolvia a propagação de conteúdos falsos e até assassinatos cometidos pelos negacionistas contra os colonos que aceitavam abertamente o revés do país no conflito. Identifiquei-me por ser descendente de japoneses e ter raízes no Oeste paulista, pois minha família materna é oriunda de Andradina (SP), e apresentei como proposta de pesquisa um estudo sobre as *fake news*, tema

de bastante repercussão durante a pandemia por causa do negacionismo das vacinas e da defesa de tratamentos não validados pela ciência.

Já cursando o primeiro semestre no PPG-Limiar e por meio de discussões na disciplina Seminários Avançados de Pesquisa (SAP) com o Prof. Dr. Carlos Alberto Zanotti e reuniões de orientação com a Profa. Dra. Juliana Doretto, percebi que o tema *fake news* não era de fato o objeto de pesquisa com o qual eu pretendia trabalhar, em virtude de a sua circulação ser um fenômeno já bastante mapeado e, portanto, uma pesquisa sobre o assunto exigiria conhecimentos técnicos avançados ou ideias inovadoras, as quais eu senti que não seria capaz de desenvolver num horizonte de dois anos.

Em conjunto com minha orientadora, decidimos então estudar as rotinas de consumo noticioso de jovens periféricos, tanto em relação ao jornalismo tradicional quanto ao contra-hegemônico, numa perspectiva identitária. O fato de a professora Juliana ser jornalista e uma das mentoras do portal noticioso Agência Mural, cujas pautas são conteúdos voltados às periferias elaborados por jovens moradores desses territórios, contribuiu de maneira decisiva para nossa mudança no objeto de estudo, uma vez que seus contatos com a equipe responsável pelo veículo facilitariam o processo de buscar os participantes para as entrevistas – no caso, os jovens leitores da Agência que vivem nas periferias da Grande São Paulo.

Mas quais seriam as minhas motivações para discutir as periferias de uma metrópole e sua gente? Por que seria um tema de interesse para mim, um sujeito típico de classe média de uma cidade do interior paulista? Repensei meu percurso até o mestrado, e duas memórias serviram como combustível ao me fazerem pensar que as periferias, mesmo não sendo meu território, sempre estiveram presentes na minha vida de alguma forma.

A primeira memória foi sobre minhas vivências pessoais de infância com a minha família paterna, que é do distrito de Brás Cubas, em Mogi das Cruzes (SP), um bairro periférico da Grande São Paulo. Lembrei-me do estranhamento que eu sentia quando visitava meus tios e primos por causa das características do lugar, já que era uma estética urbana totalmente diferente daquela com a qual eu estava acostumado. Certa vez, envergonhei meus pais numa dessas visitas, ao falar pra minha tia Emiko que Mogi parecia uma favela. Tinha uns seis ou sete anos. Mas agora penso: por que dizer que um lugar se parece com uma favela é ofensivo?

Mogi sempre foi um lugar em que eu me senti acolhido por questões familiares e por ser uma cidade com bastantes descendentes de orientais, diferentemente de Limeira, onde em toda parte eu sou o “Japa”. Quando criança, frequentemente ouvia que nós, descendentes, éramos todos “bem de vida”, porque não existia mendigo japonês. Ao que eu sempre pensava:

“Essa pessoa nunca foi pra Mogi”. Nesse sentido, minhas experiências de vida em Brás Cubas ajudaram a me construir e reconhecer como uma pessoa “normal” e a não achar que os japoneses e seus descendentes eram uma categoria social diferente, como o discurso sobre o mendigo poderia induzir.

A segunda memória, essa mais recente, foi a que mais pesou em minha decisão de que eu precisava falar sobre e com as periferias. A paixão pelo futebol faz com que eu frequente jogos em estádio, o que desde jovem me fez ter contato com pessoas de diversas classes sociais, algo que não acontecia em outros ambientes que faziam parte da minha vida, como meu bairro, escola, clube ou catequese. Quando a professora Juliana me apresentou a Agência Mural, lembrei-me de um episódio num jogo de futebol em que estive presente pouco antes da pandemia.

Na fila para a revista policial havia na minha frente um jovem de pele parda, camiseta regata e chinelo. Quando ele foi revistado, percebi um tratamento ríspido por parte do agente de segurança. Virou o sujeito do avesso, apalpou até o último fio de cabelo. Pensei: “Lascou, o próximo sou eu”. Porém, na minha vez, a abordagem, imediatamente depois, foi totalmente diferente, pois o mesmo policial mal revistou meus bolsos. Essa experiência me causou um mal-estar, porque eu não podia fazer nada diante de uma clara injustiça, e me fez pensar nos preconceitos de nossa sociedade. O comportamento daquele policial não é exceção, tampouco é uma exclusividade daquela categoria. As instituições de direito, o corpo clínico de hospitais, as redações de jornalismo, os departamentos de engenharia nas indústrias são todos ambientes em que não se espera encontrar pessoas pretas ou pardas. O preconceito que presenciei foi apenas um reflexo da marginalização que aquele jovem já sofre no cotidiano. Ou seja, ali eu percebi que ser descendente de japoneses de fato me fez ser “diferente” dele.

Com a alteração no projeto de pesquisa, passei a falar sobre a Agência Mural e sobre as periferias para as pessoas ao meu redor. Minha namorada, Carol, sugeriu então uma visita ao Museu das Favelas e à Pinacoteca num passeio de bate-volta em São Paulo. O Museu das Favelas se localiza no Palácio dos Campos Elíseos e é, de acordo com seu site oficial¹, um ambiente de “pesquisa, preservação, produção e comunicação das memórias e potências criativas das favelas”. De Campos Elíseos, Carol e eu fomos até a Pinacoteca a pé e, no caminho, passamos pelos arredores da Sala São Paulo e do Museu da Língua Portuguesa, região que fomos aconselhados a evitar por ser perigosa. O que me impactou naquele lugar foi a grande

¹ Disponível em: <https://www.museudasfavelas.org.br/o-museu/>. Acesso em: 14 maio 2024.

presença de pessoas pretas e pardas transgêneros, como se elas tivessem sido expulsas de suas casas e fossem condenadas a viver ali em meio ao perigo e outros males indesejáveis pela sociedade. Foi então que percebi que as periferias, como lugar marcado pela exclusão e pelo preconceito (apesar de toda a sua potência), também podem estar no centro da cidade.

Voltando ao mestrado, falar sobre minha pesquisa com os colegas rendeu um convite da mestrandia e arquiteta Luiza Budahazi a participar do 38º encontro do Urban Sketchers de Campinas, uma comunidade de desenhistas que se reúne periodicamente em lugares icônicos para fazerem desenhos de observação, em agosto de 2023. O local determinado na ocasião foi a Maloca Arte e Cultura, um centro cultural comunitário no bairro periférico de Vila União, em Campinas, e que foi fundado em uma ocupação. Ali, pude observar e desenhar toda a beleza e as potencialidades daquele centro cultural, o que me fez pensar, mais uma vez, nas minhas primeiras impressões sobre a estética periférica lá em Mogi e nas atividades que são desenvolvidas naquele espaço, como arte circense, capoeira, horta comunitária e até um laboratório de fotografia.

Também no segundo semestre de 2023, tive a oportunidade de fazer o estágio-docência na disciplina Tópicos em Letras, ministrada pela Profa. Dra. Eliane Righi de Andrade, na qual tive contato com muitas experiências no ensino de base, pelos relatos dos colegas que cursavam o último semestre de graduação – tanto as suas vivências em sala de aula, como professores, quanto em reuniões com diretores e pais. Isso me fez refletir sobre a possibilidade de eu começar uma carreira na docência. Além disso, a ementa da disciplina se dividiu em três eixos temáticos: identidades, decolonialidade e interculturalidade no ensino, com os dois primeiros se mostrando de grande contribuição para o meu projeto de pesquisa, ao apresentar conceitos como identidades, diferenças e epistemes a partir do Sul global.

Ao final do semestre, os novos conhecimentos também ajudaram na fundamentação teórica do artigo intitulado “A juventude no jornalismo das periferias”, que foi publicado² nos anais do XII Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter), o qual desenvolvi junto com minha orientadora e que apresenta um breve estudo sobre a maneira como os jovens são retratados pela Agência Mural, por meio de uma Análise de Conteúdo de reportagens publicadas no ano de 2023 cuja pauta era a juventude.

Já em janeiro de 2024 participei do XIII Congresso da Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, realizado na Universidade do Minho em Braga (Portugal). O

² Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xii-coninter-congresso-internacional-interdisciplinar-em-sociais-e-humanidades-359374/796885-a-juventude-no-jornalismo-das-periferias/>. Acesso: em 17 maio 2024.

período de inscrição para o evento foi ainda no primeiro semestre de 2023, motivo pelo qual apresentei uma versão bastante inicial do meu projeto de pesquisa. Apesar de não ter levado um material mais consubstanciado, as trocas de ideias nos Grupos de Trabalho (GTs) e a conferência de abertura, com a professora Susana de Andrés sobre a sua obra “*Comunicación radical*”, foram experiências acadêmicas valiosas promovidas pela organização do congresso.

Em relação às disciplinas cursadas no mestrado, a estrutura curricular prevê duas por semestre, além do SAP. No primeiro, cursei as duas obrigatórias, enquanto no segundo e terceiro foram oferecidas disciplinas em caráter eletivo. As obrigatórias foram “Questões contemporâneas: sujeito, mídia e tecnologia”, ministrada pela Profa. Dra. Luísa Paraguai, e “Metodologia da pesquisa interdisciplinar”, com a Profa. Dra. Eliane Azzari. Na primeira, produzi um ensaio sobre como as inteligências artificiais reproduzem preconceitos a partir dos dados que lhes são fornecidos, enquanto na disciplina de Metodologia apresentei um seminário sobre ética na pesquisa, em que discuti alguns cuidados que o pesquisador precisa ter com os participantes, além de ter desenvolvido um texto sobre os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho.

Nos semestres seguintes, as eletivas foram definidas em comum acordo com a minha orientadora, segundo a pertinência das disciplinas ao nosso projeto de pesquisa. Para o segundo semestre de 2023, as escolhidas foram “Mídia, mercado e cultura”, com o Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva, na qual apresentei um seminário sobre o consumo e a globalização, e “Tecnologias e sociedade”, com a Profa. Righi, que dialogou bastante com a disciplina do meu estágio-docência ao abordar tópicos como a decolonialidade e contribuiu na produção do artigo já mencionado.

No terceiro e último semestre do mestrado com disciplinas a cursar, optamos por “Processos e produtos midiáticos”, com o Prof. Zanotti, a qual contribuiu para o desenvolvimento do projeto na parte de estudos da comunicação, e “Estudos contemporâneos sobre a cultura”, com o Prof. Dr. Tarcísio Torres Silva, na qual voltei a estudar as identidades a partir de autores diferentes daqueles vistos na disciplina do estágio. Nesse mesmo semestre, meu projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade. Em paralelo ao mestrado, mas ainda vinculado à PUC-Campinas por meio do Centro de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros Dra. Nicéa Quintino Amauro (CEAAB), comecei a participar do Grupo de Estudos Raça, Decolonialidade e Cultura, coordenado pela Profa. Righi e pelo Prof. Tarcísio e que envolve a leitura e discussão de obras sobre racismo escritas por autores negros.

Em 2024, estudamos “Peles negras, máscaras brancas”, de Frantz Fanon, “O pacto da branquitude”, de Cida Bento e “O que é interseccionalidade?”, de Carla Akotirene.

Por fim, no segundo semestre de 2024, me matriculei como aluno especial na disciplina de pós-graduação “O trabalho sociológico”, vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), na qual estudei algumas metodologias como questionários, grupos focais e entrevistas em profundidade por meio de três obras clássicas da sociologia: “A distinção: crítica social do julgamento”, de Pierre Bourdieu, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Max Weber, e “O negro da Filadélfia”, de William Du Bois, além da pesquisa “Distinção e Práticas Culturais em São Paulo”, a qual tem como um dos autores o Prof. Dr. Michel Nicolau Netto, que ministrou a disciplina. Também nesse semestre, participei do XVII Congresso da ALAIC – Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação, realizado no campus da Unesp em Bauru (SP), com apresentação intitulada “O jornalismo periférico da Grande São Paulo: um histórico de resistência”.

Todas as atividades descritas auxiliaram na elaboração da presente dissertação, na medida em que possibilitaram uma melhor compreensão de temas como o jornalismo contra-hegemônico, as culturas juvenis e as identidades nas periferias. Com o presente trabalho, espero, assim como eu tenho repensado minhas visões, contribuir com o debate sobre as desigualdades e injustiças sociais do nosso país ao entender como os jovens periféricos enxergam seus territórios e as influências que conteúdos como o produzido pela Agência Mural exercem no movimento de valorização do lugar onde moram.

Introdução

Um fenômeno recente nas metrópoles brasileiras é “o crescente movimento de valorização das periferias, a partir da emergência de movimentos culturais e coletivos” (Nonato, 2018, p. 3). Entre as questões identitárias que esses movimentos se preocupam em expressar estão aquelas relacionadas às diversidades social, racial e de gênero, fazendo frente ao contexto social marcado tanto por padrões hegemônicos estabelecidos pelas elites quanto pela consequente marginalização e silenciamento dos sujeitos que não se enquadram nesses padrões. A comunicação é uma parte desse processo, visto que os veículos midiáticos tradicionais são formados por pessoas brancas, de classe média e que tiveram acesso ao ensino superior.

De acordo com Cláudia Nonato (2018), a falta de representatividade nas redações fez surgir arranjos jornalísticos formados por jovens periféricos preocupados em atender ao seu próprio público. “Cansados de ver suas comunidades retratadas pela mídia tradicional de forma parcial e muitas vezes preconceituosa, jovens têm aproveitado as potencialidades das mídias digitais para produzir eles mesmos o jornalismo que representa sua vida cotidiana” (Nonato, 2018, p. 4). Foi nessa conjuntura histórica e social que a Agência Mural se estabeleceu em 2010, ainda em formato de blog de notícias, com a proposta de “produzir e divulgar narrativas sobre as periferias, fugindo de estereótipos observados na cobertura mais recorrente da imprensa” (Rovida, 2021, p. 19). A Figura 1 (abaixo) mostra a página inicial do site, com reportagens que enfatizam as temáticas periféricas, e foi coletada na segunda quinzena de abril de 2024.

Figura 1. Página inicial do site da Agência Mural



The image shows the homepage of the Mural website. At the top left is the MURAL logo, and at the top right is a navigation bar with the word "APOIE" and search and menu icons. The main content area features several article cards. The largest card on the left is titled "PONTO A PONTO Não foi em vão" with a sub-headline "Acidentes em vãos diminuem, afirmam CPTM e ViaMobilidade" and author "Por Cleber Santos". To its right are two smaller cards: "ROLÉ Elas do Capão" by Barbara Paula and "ROLÉ Ancestralidade de Ordalina" by Steomy Maia. Below these are two more cards: "NO CORRE Conteúdo adulto" and "SOBRE-VIVER Como funciona a vacina contra dengue?". Each card includes a small image and a brief description of the article's content.

Fonte: www.agenciamural.org.br/mural-institucional/. Acesso em: 28 abr. 2024.

As políticas editoriais de veículos de comunicação contra-hegemônicos das periferias assumem um compromisso com o próprio território e são orientadas para interesses que “permeiam o imaginário dos sujeitos que produzem esses espaços sociais” (Rovida, 2021, p. 19). Exemplos de pautas não aceitas pela Mural – cujos correspondentes³ são todos oriundos de cidades e bairros periféricos da Grande São Paulo – são aquelas sobre violência, tema que segundo Rovida (2021) geralmente norteia as notícias sobre esses territórios. Além disso, a autora observa que, por meio de parcerias firmadas com atores sociais como empresas ligadas à área da comunicação e organizações sem fins lucrativos, entre outros, a Mural consegue recursos para remunerar, ainda que parcialmente, o trabalho de seus participantes e cobrir regiões nas periferias que nem mesmo veículos de grandes grupos midiáticos conseguem alcançar.

Em relação aos estudos sociológicos sobre a juventude, José Machado Pais (1990, p. 140) os categoriza em duas tendências: a que a vê como um conjunto social uniforme e homogêneo, definido por uma geração em termos etários, no que ele intitulou como “cultura juvenil”; e a que a descreve como um conjunto diversificado, entendendo que existem diferentes culturas juvenis, de acordo com critérios como pertencas de classe, condições econômicas e oportunidades ocupacionais, no que o autor português afirma serem “universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum” (Pais, 1990, p. 140), visão esta que o autor defende ser a mais adequada. A esta última também nos filiamos, sobretudo porque este projeto contempla as culturas juvenis que se manifestam nas periferias das metrópoles brasileiras, mais especificamente a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com toda a sua diversidade.

Apesar das diferenças entre os dois subgrupos categorizados por Pais (1990), a juventude tem sido encarada, de modo geral, histórica e socialmente, “como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados problemas sociais” (Pais, 1990, p. 141). Em sua tese sobre o consumo midiático por meio de smartphones entre jovens moradores da periferia de Criciúma (SC), Marli Vitali (2022) analisa que, em virtude da faixa etária, os jovens geralmente são os primeiros “a serem afetados por mudanças sociais e comportamentais de seu tempo. E aí há questões como surgimento de emprego, ou desaparecimento dele” (Vitali, 2022, p. 27). Essa dificuldade de ingresso no mercado de trabalho é um fato que afeta os jovens ocidentais de maneira geral, seja no final da década de

³ Também conhecidos como Muralistas, os correspondentes da Agência Mural são selecionados por meio de processo seletivo, exclusivo para moradores de bairros periféricos da Grande São Paulo. Os candidatos devem ter mais de 18 anos e podem contribuir tanto no jornalismo quanto em áreas como vídeo, áudio, fotografia, redes sociais, produção cultural e eventos, design e programação. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/equipe/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

80 em Portugal, quando os jovens de 15 a 29 anos respondiam por 62,97% da população desempregada (Pais, 1990, p. 141), seja no início do atual século no México, em que as pessoas chegavam à juventude sem muitas perspectivas de acesso ao sistema produtivo, conforme explica Reguillo (2003):

No México, o exercício da cidadania é outorgado aos jovens em uma idade em que estão muito longe (dependendo da sua classe social) de uma plena integração ao sistema produtivo, tanto pelo deterioramento dos mecanismos de integração (crise político-cultural), como pela incapacidade das instituições para absorvê-los (crise político-econômica) (Reguillo, 2003, p. 115).⁴

No contexto da dificuldade de inclusão no mercado de trabalho, Pais (1990, p. 144) descreve os jovens como aqueles que sofrem “os problemas de inserção profissional, os problemas de droga, os problemas de delinquência”, enquanto Reguillo (2003, p. 105) observa que a juventude na América Latina é “um dos setores mais vulneráveis pelo empobrecimento⁵”. Ainda na análise da autora mexicana, os jovens têm suas necessidades frequentemente negligenciadas pelo poder público no que diz respeito a políticas e só são notados sob a óptica repressiva do Estado. “As autoridades, com sua vocação corretiva, chegam quando os jovens se tornam ‘visíveis’ em função do problema que representam⁶” (Reguillo, 2003, p. 115). Dessa forma, lembramo-nos aqui de Vitali (2022), que diz ser imprescindível que os estudos sobre juventudes considerem o contexto social em que o subgrupo de interesse está inserido, pois isso interfere diretamente em sua condição juvenil e acaba por influenciar na construção de sua identidade. “Onde mora, como é o meio que o circunda, os acessos a equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, tudo isso contribui para que se avalie esse contexto” (Vitali, 2022, p. 27).

Essa problemática histórica de integração e marginalização social é um denominador comum entre a cultura juvenil e o sujeito periférico das grandes metrópoles brasileiras. Por sujeitos periféricos, tomaremos como referência o entendimento do sociólogo Tiaraju Pablo D’Andrea (2013, p. 172), que os define como “aqueles que se deram conta dessa condição [periférica] e compreendem que a vivência no território os constitui como seres humanos. Essa

⁴ Tradução nossa. Texto original: *En México la ciudadanía se otorga a una edad en la que los jóvenes están muy lejos aún (dependiendo de los niveles socioeconómicos) de acceder a una plena integración al sistema productivo, tanto por el deterioro de los mecanismos de integración (crisis político-cultural), como por la incapacidad real de las instituciones para absorberlos (crisis político-económica).*

⁵ Tradução nossa. Texto original: *uno de los sectores más vulnerables por el empobrecimiento.*

⁶ Tradução nossa. Texto original: *Las autoridades, con su vocación correctiva, llegan cuando los jóvenes se vuelven ‘visibles’ en función del problema que representan.*

consciência de pertencimento leva a uma ação política de reivindicação e afirmação da periferia”.

No que diz respeito ao campo da comunicação social, a professora Ana Carolina Escosteguy (1998, p. 87) apresenta os Estudos Culturais como uma área interdisciplinar que contempla a comunicação massiva, suas audiências e produtos da cultura popular. Os Estudos Culturais tiveram origem no final da década de 1950, na Universidade de Birmingham, com os pesquisadores Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Thompson (Escosteguy, 1998, p. 88). Hoggart foi pioneiro em pesquisar temas outrora desprezados, como a cultura popular e os meios de comunicação de massas, e observar que no âmbito popular não existe apenas a submissão do público em relação aos conteúdos propagados pelos meios, mas também a resistência popular a alguns deles. Ainda de acordo com Escosteguy (1998, p. 89), Williams e Thompson entendiam cultura como uma “rede vívida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano”.

No final dos anos 60, os estudos sobre recepção e densidade no campo midiático começam a ganhar ainda mais destaque em Birmingham, com Stuart Hall estabelecendo três posições hipotéticas de interpretação de um programa televisivo: “dominante”, quando a recepção de um conteúdo ocorre segundo as intenções do emissor; “negociada”, quando existe uma negociação de sentidos entre emissor da mensagem e receptor (de acordo com suas condições particulares), e “oposição”, que ocorre quando há uma interpretação diferente do receptor em relação à proposta do programa (Escosteguy, 1998, p. 92). Já a década de 80 é marcada por transformações nos Estudos Culturais, visto que novas modalidades de análise dos meios de comunicação são estruturadas, com os estudos de recepção se multiplicando e com um redirecionamento em relação aos protocolos de investigação, os quais “passam a dar uma atenção crescente ao trabalho etnográfico” (Escosteguy, 1998, p. 92).

A partir dos conceitos de sujeito periférico definidos por D’Andrea (2013), dos estudos sociológicos sobre as culturas juvenis conduzidos por Pais (1990), Reguillo (2003) e Vitali (2022), associados ao movimento de valorização das periferias abordados em Nonato (2018) e Rovida (2021) e às teorias da comunicação presentes no campo dos Estudos Culturais, definimos o objetivo geral da presente pesquisa, que consiste em *identificar de que maneira os jovens periféricos leitores da Agência Mural, um veículo de jornalismo contra-hegemônico da Grande São Paulo, consomem conteúdo noticioso sobre as áreas onde vivem e quais sentidos sobre as periferias são construídos nesse processo*. Já enquanto objetivos específicos, pretendemos: 1. compreender as rotinas de consumo midiático desses jovens; 2. investigar a

possível influência que a Agência tem na forma com a qual o seu público jovem enxerga as periferias; e 3. discutir a importância da representatividade das culturas juvenis periféricas no jornalismo, no sentido de promover movimentos de valorização das periferias.

A relevância da pesquisa se fundamenta na necessidade de investigar a juventude sob a perspectiva do território geográfico e cultural onde esses jovens residem e constroem suas identidades, buscando compreender de que maneira essa vivência influencia em suas percepções e visões sobre os meios de comunicação. Em seus estudos sobre os jovens, Rabello (2016, p. 82) analisa a importância de entender de que forma eles “buscam realizar sua humanidade para além da mera sobrevivência, criando espaços para compartilhar as histórias sobre a origem, os desenhos coletivos do porvir e a discussão dos pactos de bem viver”.

Em relação ao Programa de Pós-Graduação ao qual está vinculada, existe um caráter essencialmente interdisciplinar nesta proposição de pesquisa, uma vez que, para estudar aspectos relacionados às subjetividades da juventude periférica da Grande São Paulo, é necessário mobilizar diferentes campos do conhecimento, tais como a sociologia, a comunicação social e a geografia, entre outros. De acordo com Olga Pombo (2008), a interação entre áreas diversas pode ocorrer em três níveis, nos quais são atribuídos os prefixos multi (ou pluri), inter e trans. O multi ou pluri ocorre quando as áreas são colocadas em conjunto, “numa perspectiva de mero paralelismo entre pontos de vista” (Pombo, 2008, p. 13). Já o interdisciplinar pressupõe um sentido de convergência, de maneira que as disciplinas sejam abordadas de forma combinada entre si. Por último, o transdisciplinar é quando ocorre a fusão entre os conhecimentos. É essa integração, ou seja, um modo novo de compreender a realidade que surge quando se discutem as disciplinas de maneira conjunta, que buscamos nesta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Observando a metodologia científica, a pesquisa parte de um levantamento bibliográfico inicial que possibilita, por meio de um referencial teórico, um direcionamento para estabelecer os parâmetros do projeto e dados relevantes para a sua execução. Na definição de Gil (1999, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, entre os estudos que costumam ser desenvolvidos mediante o uso de fontes bibliográficas, estão “as pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema” (Gil, 1999, p. 50).

Entre algumas das obras que nortearam a presente pesquisa, estão Abramo (1997), Groppo (2017), Lúcia Rebello de Castro (2008), Machado Pais (1990) e Reguillo (2003) na temática juventudes; D’Andrea (2013; 2020) em periferias; Bauman (1998) e Tomaz Tadeu da Silva (2000) em identidades; Mignolo (2008; 2017) em estudos decoloniais; Haesbart (2020), Milton Santos (1993) e Flávio Vilaça (2011) em territórios; Bourdieu (1997), Charaudeau (2013) e Luhmann (2005) nas teorias da comunicação; Nonato (2018), Patrícia Marcos (2021), Peruzzo (2008) e Rovida (2021) no jornalismo contra-hegemônico, incluindo o periférico, e também a tese de doutorado de Vitali (2022), que estudou o consumo midiático de jovens da periferia de Criciúma (SC) por meio dos smartphones, além de outros autores.

A etapa seguinte ao levantamento bibliográfico, constantemente revisado durante toda a elaboração do trabalho, foi a pesquisa qualitativa. Kirschbaum (2013, p. 185) explica que ela é útil quando a simples presença de características e condições necessárias para a existência de um comportamento não garantem que este será observado, constituindo numa técnica que ajuda a “exaurir as informações disponíveis que se relacionam a uma observação de interesse” (Kirschbaum, 2013, p. 186). Para a realização da pesquisa qualitativa, é necessário definir a amostragem dos participantes do estudo. Segundo definem Fragoso et al. (2016, p. 54), “é o momento em que os sucessivos processos de simplificação e subdivisão que têm lugar durante as empreitadas científicas são mais evidentes”.

De acordo com a classificação dos autores, o tipo de amostragem mais indicada a ser trabalhada é a intencional, dada a sua importância “nas novas áreas de conhecimento e nas pesquisas cujos objetos têm origem recente, porque esse tipo de amostragem é bastante adequado para registrar a existência de situações ou elementos até então desconhecidos” (Fragoso et al., 2016, p. 61). No nosso caso, como já indicado, trabalhamos com jovens periféricos, leitores da Agência Mural, em investigação que se vincula aos Estudos Culturais.

A técnica de pesquisa por nós escolhida é a entrevista em profundidade. De acordo com Duarte (2009, p. 62), ela tem como objetivo “recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. Esse recurso metodológico se diferencia dos métodos quantitativos por não permitir um tratamento estatístico às informações coletadas nem definir a amplitude ou a quantidade de um fenômeno ou fazer testes de hipótese. “Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema” (Duarte, 2009, p. 63). O autor também destaca a entrevista em profundidade como uma ferramenta útil em estudos

exploratórios, os quais tratam de “percepções ou visões para ampliar conceitos sobre a situação analisada” (Duarte, 2009, p. 64).

A escolha pelas entrevistas em profundidade se fundamentou em artigo das autoras Souza e Carvalho (2016, p. 100) sobre ética na pesquisa, na qual elas ressaltam que, em estudos que envolvam outros atores além do pesquisador, “o conhecimento construído no ato de pesquisar remete a um contexto no qual participam diversas vozes”, devendo o autor da investigação considerar “que a compreensão dos temas que se quer investigar se dá a partir de confrontos de ideias e negociação de sentidos possíveis entre pesquisador e sujeitos” (Souza; Carvalho, 2016, p. 101).

O conhecimento, assim, não é estabelecido pela relação mecânica entre sujeito e objeto, mas sim pela polifonia gerada a partir da interação entre esses atores. Nesse sentido, o pesquisador deve ter uma voz a qual atue como uma companheira da dos personagens. Ele “não deve eclipsar-se do texto buscando neutralidade, mas também não deve ficar num lugar de autoridade que analisa, prescreve, moraliza à distância” (Souza; Carvalho, 2016, p. 106).

Ainda segundo os critérios de Duarte (2009), as entrevistas podem ser do tipo aberta e semiaberta. Neste último modelo de entrevista, um roteiro de questões-guia é que vai nortear a conversa, e dar cobertura ao interesse de pesquisa, conjugando “a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle” (Duarte, 2009, p. 66). De acordo com o autor, as entrevistas em profundidade semiabertas geralmente têm até sete questões⁷, tratadas individualmente como perguntas abertas, ou seja, é importante que o entrevistado possa responder livremente a esses questionamentos, sem restrições de tempo ou cerceamento nos seus pensamentos.

Embora não se exija um número grande de questões, elas devem ser “suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferência ou redundância entre elas” (Duarte, 2009, p. 66). Nos anexos deste relatório (Anexo 1), trazemos nossa ideia inicial de roteiro de perguntas, o qual foi ser alterado de acordo com o desenvolvimento do diálogo.

Como dito, definimos que os participantes da pesquisa seriam leitores da Mural, moradores de bairros periféricos da capital ou de municípios pertencentes à Grande São Paulo e que deveriam ter entre 18 e 34 anos. A idade mínima foi estabelecida por ser aquela em que legalmente se atinge a maioridade, com o jovem passando a assumir responsabilidades legais e enfrentar situações como o ingresso no mercado de trabalho. Já o limite superior foi

⁷ Compreendemos, porém, que o número de questões deve levar em conta os objetivos da pesquisa e a disponibilidade de tempo dos entrevistados.

estabelecido de acordo com o *mídia kit*⁸ da Agência Mural divulgado em setembro de 2023, o qual estabelece como público-alvo do veículo os jovens entre 15 e 34 anos. Em relação ao tamanho da amostragem, definimos inicialmente de seis a oito participantes a serem entrevistados em profundidade – o que foi modificado, conforme veremos no terceiro capítulo –, por entendermos que um número acima do determinado poderia gerar respostas parcialmente redundantes nas conversas.

A fase imediatamente posterior à coleta das informações por meio das entrevistas em profundidade é o tratamento dos dados, o qual foi feito por meio do uso de técnicas de Análise de Conteúdo (AC). Segundo Fonseca Júnior (2009), a AC se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma maneira a todo o conteúdo analisável e permite que pessoas distintas, aplicando critérios iguais a uma amostra de mensagens, de forma independente, possam chegar às mesmas conclusões, sendo, portanto, sistemática e objetiva. Assim, os possíveis padrões nas respostas às perguntas feitas durante as entrevistas semiabertas foram observados e categorizados, com base não em uma classificação prévia, mas sim no que o material levantado apresenta.

Concluída a categorização, a próxima etapa é conhecida como a inferência, que “é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (Fonseca Júnior, 2009, p. 284). Ao trabalhar com os índices colocados em evidência, o analista consegue deduzir aspectos do processo analisado de maneira lógica, isto é, inferir conhecimentos sobre o processo investigado. É por meio desse processo que buscamos as respostas à nossa pergunta de pesquisa.

Por fim, indicamos que esta investigação foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que emitiu parecer substanciado favorável ao desenvolvimento do projeto e atribuiu-lhe o número 6.723.080.

Escopo do trabalho

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, trouxemos um estudo sobre as periferias, começando por um histórico sobre a organização das cidades e sobre a exclusão e marginalização de determinadas parcelas da população que está na base desse processo. A partir da marcação dessas diferenças, vimos como os territórios marginalizados passam a produzir identidades sobre as pessoas que o vivenciam, trazendo um recorte específico sobre as periferias da Grande São Paulo.

⁸ Disponível em: <https://agenciamural.org.br/midia-kit/>. Acesso em: 15 out. 2024.

Também fizemos um estudo sobre teorias da comunicação, de maneira a entender as razões pelas quais o jornalismo muitas vezes participa ativamente nesse processo de marginalização e, nesse contexto, debatemos as principais características de veículos que produzem conteúdo numa perspectiva contra-hegemônica no país nos últimos anos, além do estado da arte da pesquisa sobre a Agência Mural, realizando buscas nos principais bancos de artigos, teses e dissertações do Brasil.

Já no segundo capítulo, abordamos os estudos sociológicos da juventude, começando pelas discussões teóricas sobre as correntes geracional e classista propostas por Machado Pais (1990), passando para as culturas juvenis periféricas e finalizando com discussões sobre as juventudes contemporâneas, com foco nas formas com que os jovens acessam as novas tecnologias e se informam, elaborando um estado da arte que nos ajuda a entender melhor os nossos resultados.

No terceiro e último capítulo, trouxemos os resultados das nove entrevistas realizadas com jovens leitores periféricos da Agência, as quais foram transcritas e analisadas em diálogo com a fundamentação teórica de nossa pesquisa. Procuramos, por meio dos relatos dos leitores da Mural, compreender seus hábitos midiáticos, os sentidos por eles construídos ao consumir os conteúdos produzidos pelo veículo, as críticas que fazem a ele (bem como os pontos positivos levantados) e, nesse processo, buscamos entender a relevância da representação contra-hegemônica das periferias no jornalismo brasileiro que se volta às juventudes desses territórios.

Capítulo 1

As periferias da Grande São Paulo e o jornalismo contra-hegemônico

A visão cotidiana de um subúrbio, em sua monotonia e seus tons cinzentos, não diz nada a ninguém, não interessa a ninguém, e aos jornalistas menos ainda. Mas caso se interessassem pelo que ocorre realmente nos subúrbios e desejassem realmente mostrá-lo, isso seria extremamente difícil, em todo caso. Nada mais difícil do que fazer sentir a realidade em sua banalidade.

Pierre Bourdieu (1997)

1.1. As periferias como construção sócio-histórica

Neste capítulo, vamos nos voltar à compressão do processo de formação das periferias nos grandes centros urbanos e de como a imprensa tem tratado essas zonas urbanas. Um ponto de partida para entender a organização do ser humano nas cidades, no sentido da ocupação dos espaços residenciais seguindo critérios sociais e econômicos, é a conceituação daquilo que compreendemos como “pureza”. A noção do que é puro pode ser entendida como aquilo que está livre de desordem, e o seu contraponto – a imundície ou sujeira – é todo elemento causador de desordens, não por sua natureza intrínseca, mas por estar deslocado de seu lugar de ordem.

Exemplificando, podemos pensar num par de sapatos, que, ainda que impecavelmente limpos e lustrados, ao serem colocados em cima de uma mesa numa sala de jantar, serão considerados imundos. Esse mesmo par, ao ser posto junto a outros sapatos numa sapateira, perde a qualidade de sujo. Pode-se pensar ainda no café quentinho dentro de uma xícara que acidentalmente é derrubado sobre a toalha limpa de uma mesa, tornando-a suja. Isoladamente, nem o calçado, nem a bebida são objetos vistos como sujos ou puros, pois a noção de pureza é conferida ou não pela ordem no lugar em que se encontram.

Tais ideias nos chegam por meio da obra “O mal-estar da pós-modernidade”, de Bauman (1998, p. 13), que descreve a pureza como “um ideal, uma visão da condição que ainda precisa ser criada, ou da que precisa ser diligentemente protegida contra as disparidades genuínas ou imaginadas” e explica que, sem essa definição, o conceito de pureza não faz sentido, pois torna-se impossível estabelecer a diferenciação entre o que é pureza e impureza.

De fato, a mesa dos nossos exemplos não era pura ou impura até adquirir esta última condição quando foi suja pelo sapato ou pelo café. Nesse sentido, o sociólogo polonês observa

que “a intervenção humana decididamente não suja a natureza, e a torna imunda: ela insere na natureza a própria distinção entre pureza e imundície” (Bauman, 1998, p. 14).

A luta contra a “sujeira” motivada pela busca da “pureza”, isto é, remover pessoas com algum aspecto considerado indesejável, é uma característica universal da humanidade; daí o estabelecimento de padrões ser uma constante em diferentes culturas de diferentes épocas, estruturando a ordem social, conforme explica Bauman (1998, p. 16) ao afirmar que “varrer o assoalho e estigmatizar os traidores ou expulsar os estranhos parecem provir do mesmo motivo de preservação da ordem, de tornar ou conservar o ambiente compreensível e propício à ação sensata”.

Assim, em nossas sociedades, a corporificação da sujeira, aquela que tem o potencial de minar padrões, pode se traduzir em seres humanos que estão em desacordo com a suposta organização de um determinado ambiente, dada pelos grupos dominantes. Ou seja, existe “uma certa categoria de outra pessoa, que se torna ‘sujeira’ e é tratada como tal” (Bauman, 1998, p. 17).

A exclusão de pessoas é um fato legitimado recorrentemente, desde as civilizações mais antigas, como o Império Romano, que ajudou a constituir as bases do direito no mundo ocidental contemporâneo. De acordo com o jurista Cleverton Nolácio de Oliveira (2020, p. 2), “à luz da ordem jurídica romana, ainda que se reconhecesse a condição de homem [...], a formação de sua personalidade jurídica estaria prejudicada se se tratasse de um escravo, haja vista que a liberdade era elemento fundamental para legitimá-lo como ser humano”. Essa privação da personalidade jurídica era entendida como a morte civil da pessoa, um “instituto que perdurou da Idade Média até a Idade Moderna e ocasionava a privação dos direitos civis das pessoas, mesmo vivas, pois, para o ordenamento jurídico, eram tidas como mortas” (Oliveira, 2020, p. 10).

A título de curiosidade, embora a morte civil não seja admitida no atual ordenamento jurídico brasileiro, ela deu origem a um dispositivo legal no Artigo 1.816 do Código Civil⁹, na figura do herdeiro indigno, que “em relação ao autor da herança será considerado como pré-morto” (Oliveira, 2020, p. 12). Essa condição de pré-morte aplica-se somente no que diz respeito à herança, com o herdeiro apenas sendo privado de receber o seu quinhão (a sua parte) caso seja declarado indigno; ou seja, “o indigno não tem sua personalidade jurídica extinta, nem

⁹ “Art. 1816. São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm . Acesso em: 23 mar. 2024.

tampouco há limitação da sua capacidade jurídica” (Oliveira, 2020, p. 13). Um exemplo que teve bastante repercussão midiática foi o caso de Suzane von Richthofen, que arquitetou o assassinato de seus próprios pais em outubro de 2002. Seu irmão, Andreas von Richthofen, propôs ação declaratória de indignidade contra ela, que foi julgada procedente no ano de 2015 (Rezende, 2023, p. 169).

Segundo Foucault (1999), uma das questões centrais no que diz respeito ao conceito de Estado absolutista, nos séculos XVII e XVIII, era a de que havia uma relação de posse sobre as pessoas, sobre o homem como ser vivo, numa espécie de “estatização do biológico”. Na análise do autor francês, “o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” (Foucault, 1999, p. 294). Ou seja, o Estado, como entidade detentora do poder e responsável pela manutenção da ordem social num determinado território, tinha a prerrogativa de selecionar quais grupos eram desejáveis para conviver naquela sociedade e quais vidas não mereciam ser ali vividas.

Na América Latina do período colonial, a seleção dos grupos desejáveis se deu por meio do estabelecimento das elites e da marcação de um conjunto de padrões hegemônicos que essa elite impôs, o que Walter Mignolo (2017, p. 2) intitulou como Matriz Colonial de Poder (MCP) e que consistiu no esquadramento das sociedades latino-americanas segundo critérios raciais, nacionais, religiosos, sexuais e de gênero e na conseqüente marginalização e silenciamento das populações que não se enquadrassem nesses critérios.

A noção de pureza dentro da MCP consistia, portanto, na população branca, oriunda de países da Europa Ocidental, cristã e católica, que entendesse como padrões a heteronormatividade e a submissão da mulher em relação ao homem. Como forma de legitimar e justificar a MCP, o antropólogo argentino observa a existência de um pensamento denominado “razão imperial”, que afirmava a supremacia da identidade europeia colonizadora ao “construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e expeli-los para fora da esfera normativa” (Mignolo, 2008, p. 291).

Tal processo continuou a demarcar a ocupação dos territórios, e é possível observá-lo, por exemplo, também durante a formação das metrópoles brasileiras: os territórios compreendidos como periferia são aqueles que foram destinados às parcelas mais pobres da população pelo modo de produção capitalista e historicamente foram formados por “uma grande leva migratória de nordestinos, negros, índios, brancos e imigrantes” (D'Andrea, 2020, p. 7).

Essa população, sem renda para habitar as áreas nobres da cidade, foi procurar locais para moradia em pontos cada vez mais distantes do centro, ao mesmo tempo em que, por ocupar postos de trabalho considerados subalternos e ser oriunda de outras culturas que não as dominantes, era também enxergada como aquela que não poderia conviver com as elites (brancas e de ascendência europeia). Ou seja, pessoas que segundo os ideais de pureza discutidos por Bauman (1998) e materializados na MCP eram vistas como a sujeira, uma ameaça à ordem e à coesão do tecido social, isto é, “a periferia sempre foi o território-outro do pensamento hegemônico” (D’Andrea, 2020, p. 5).

Por definição, é possível entendermos o território-outro descrito por D’Andrea como o conceito foucaultiano de contra-espço, que consiste em “lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los” (Foucault, 2013, p. 20). Assim, ao analisarmos a urbanização nas grandes cidades brasileiras e a formação dos bairros periféricos, a presença de grupos marginalizados e tão diversos pode ser explicada pela maneira como a humanidade constrói seus espaços segundo o filósofo francês: “os lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida” (Foucault, 2013, p. 22).

Nesse sentido, a segregação dos espaços pode ser entendida como uma relação de poder, em que as pessoas marginalizadas são sujeitas ao controle daquelas em posição hegemônica. Entretanto, o uso do termo “contra-espço” não significa que todo o território periférico e suas manifestações identitárias estejam obrigatoriamente engajados na luta contra as elites hegemônicas e a negação de suas ideologias, uma vez que algumas parcelas periféricas querem apenas o direito de existir como elas são.

Uma das consequências desse fenômeno pode ser observada na demografia atual da cidade de São Paulo, segundo dados do Mapa da Desigualdade 2023¹⁰, publicado pela Rede Nossa São Paulo (RNSP), referentes aos percentuais da população que se autodeclara preta ou parda nos 96 distritos do município. As cinco maiores concentrações estão em bairros periféricos, como Jardim Ângela (60,2%), Grajaú (56,8%), Parelheiros (56,6%), Lajeado (56,2%) e Cidade Tiradentes (56,1%), enquanto os menores índices se concentram em áreas tradicionalmente elitizadas da capital paulista: Vila Mariana (8,7%), Jardim Paulista (8,5%), Itaim Bibi (8,3%), Alto de Pinheiros (8,1%) e Moema (5,8%).

¹⁰ Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Tais números corroboram o pensamento de Walter Mignolo (2008, p. 323) sobre as sociedades contemporâneas da América do Sul, onde “os privilégios do homem branco são fundamentados na história e nas memórias de pessoas de ascendência europeia que levaram com eles o peso de certas formas de gestão política, econômica e de educação”.

Ainda tomando a cidade de São Paulo como exemplo e os estudos (Figuras 2 e 3) do arquiteto e urbanista Flávio Villaça (2011), percebemos que o Quadrante Sudoeste é “uma região geral da cidade onde ocorre uma excepcional concentração das classes de mais alta renda” (Villaça, 2011, p. 42) e uma aglomeração de distritos com os menores percentuais de pessoas autodeclaradas pretas no município.

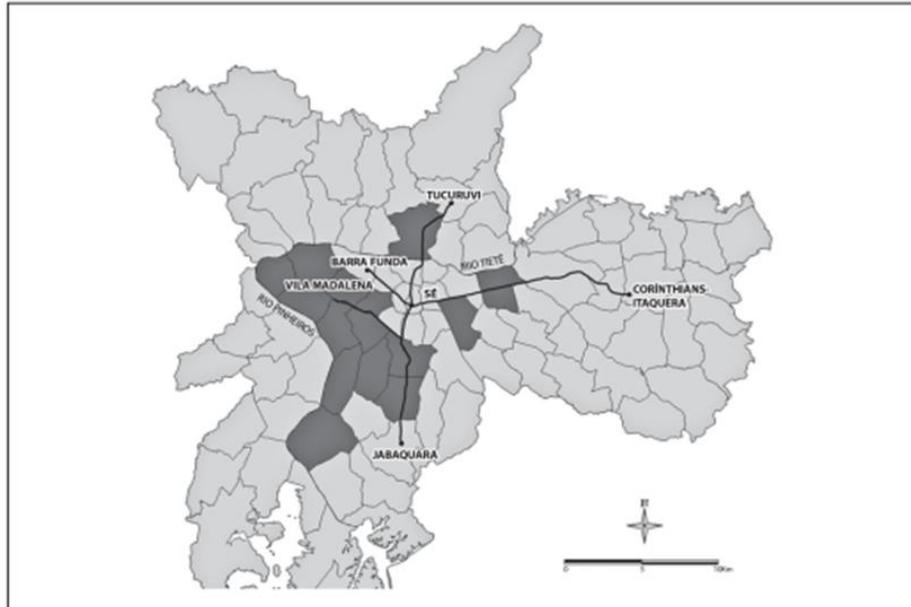
Segundo análise de Villaça (2011, p. 51), é no Quadrante Sudoeste que se concentram os empregos com maior remuneração, os shoppings de luxo, escolas privadas, parques, hospitais e até mesmo igrejas e cemitérios, de maneira que “os mais ricos minimizam os tempos de deslocamento para os locais de diversão, lazer, compras e serviços de todos os membros da família”. Além disso, o arquiteto observa que, além da produção do espaço urbano, a classe dominante comanda as ações do Estado, como a legislação urbanística e a distribuição do sistema de transportes, direcionando recursos para si própria.

Figura 2. Distritos da cidade de São Paulo com maior Renda Domiciliar Média



Fonte: Villaça (2011). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597> . Acesso em: 24 abr. 2024.

Figura 3. Distritos de São Paulo com no máximo 10% de habitantes negros



Fonte: Villaça (2011). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597> . Acesso em: 24 abr. 2024.

Por fim, vale ressaltar que a diversidade étnica e cultural das periferias – em contraste com a homogeneidade dos centros de poder – tem, no entanto, denominadores comuns em relação às condições econômicas de quem as habita, visto que, como dito, geralmente são pessoas que ocupam os postos inferiores na esfera produtiva. São os pedreiros, garis, motoristas de aplicativo, porteiros, operários das indústrias, pequenos comerciantes, ambulantes, assistentes de telemarketing, vendedoras de loja, secretárias, ajudantes de limpeza, donas de casa, aposentados e outras ocupações. De acordo com o sociólogo Tiaraju D’Andrea (2020, p. 5), essa característica – com outros aspectos sociais e culturais, como os deslocamentos até o trabalho no cotidiano, os sotaques e as maneiras de se vestir – é um dos “sinais diacríticos que permitem o reconhecimento mútuo de quem habita esses espaços”, isto é, existe um senso de identidade e pertencimento entre aqueles que o autor define como sujeitos e sujeitas periféricas.

1.2. O território como produtor de identidades

Para entender de que maneiras o território periferia pode construir vínculos com seus habitantes que despertem neles um sentimento de pertença e identificação, é preciso conhecer sua origem. Embora nossa pesquisa tenha como foco as periferias da Grande São Paulo, razão pela qual apresentamos um breve histórico dessa região metropolitana em específico, muitos fenômenos sociológicos ali presentes são compartilhados com outras áreas do país, como

observa Milton Santos (1993, p. 95) ao afirmar que, “com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas”.

Para o geógrafo, apesar de haver elementos de diferenciação (como o tamanho das metrópoles, os tipos de atividade econômica que nelas se desenvolvem, a região do país em que estão localizadas etc.), em todas elas os problemas com questões como a “do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas” (Santos, 1993, p. 95).

Até o início da década de 1950, a mancha urbana da cidade de São Paulo se restringia ao entorno da área central, com os núcleos populacionais mais distantes vivendo em “ambiente de semirruralidade” (D’Andrea, 2013, p. 36). Com o processo acelerado de industrialização do país promovido por meio de incentivos fiscais que propiciaram o “clima ideal para a chegada de investimentos estrangeiros” (Caputo; Mello, 2009, p. 517), empresas multinacionais – notadamente do setor automotivo – construíram novas fábricas.

Como exemplos na Grande São Paulo, temos a unidade da Ford, inaugurada em 1953 no bairro do Ipiranga, na capital, e a planta da Volkswagen em São Bernardo do Campo, que iniciou suas atividades em 1956 (Caputo; Mello, 2009, p. 531). Esse fenômeno atraiu um grande número de migrantes de todas as regiões do país, sobretudo do Nordeste, que vinham em busca de empregos no setor industrial e traziam suas famílias, o que elevou as taxas de crescimento demográfico na cidade e impulsionou a ocupação dos espaços nos arredores da mancha urbana existente, originando “enquanto processo social, aquilo que viria aos poucos ser denominado como periferia” (D’Andrea, 2013, p. 37). A periferia foi então formada por pessoas oriundas de uma realidade exterior à sociedade paulistana daquela época e que, pensando na conceituação da pureza de Bauman (1998), foram lidas como potenciais causadoras de desordem e, por isso, estigmatizadas, sob a perspectiva de quem ali já estava estabelecido, como demonstramos anteriormente.

Além disso, por serem locais novos de urbanização, as periferias tinham pouco acesso a serviços públicos, como transporte, saúde ou educação, sendo um contra-espço sujeito à política do “deixar morrer” definida por Foucault (1999). A partir da década seguinte, um evento político contribuiria para perpetuar as condições precárias de urbanização nas periferias e a estigmatização sobre esses territórios. Após o golpe militar de 1964 e a consequente repressão política, a ditadura estabeleceu mecanismos de silenciamento das “reivindicações populares relacionadas às carências infra estruturais [sic] dos bairros pobres” (D’Andrea, 2013,

p. 37). Os atores que possibilitavam alguma representatividade para as pessoas das periferias, como partidos políticos de oposição, sindicatos e artistas, permaneceram sob o controle da censura ou foram deslegitimados, sendo comuns o exílio, as prisões arbitrárias e as práticas de tortura daqueles considerados subversivos pela ditadura.

Em relação especificamente aos sindicalistas, aqueles atuantes foram alvo de perseguição e deram lugar “a direções sindicais submissas aos interesses do governo, conhecidas popularmente como pelegas” (Andrade, 2022, p. 25). Assim, segundo o autor, os sindicatos foram transformados em autarquias subordinadas ao Ministério do Trabalho, e qualquer forma de enfrentamento ou organização da classe trabalhadora – a qual incluía a massa de operários que chegava de outros cantos do país e se estabelecia nas periferias das regiões metropolitanas com suas famílias – passou a ser inviável. “[E] m decorrência desse processo, as entidades sindicais assumiram um caráter meramente assistencialista” (Andrade, 2022, p. 26).

Uma vez que o regime se estendeu até 1985, coube então ao campo acadêmico o pioneirismo “na tentativa de uma formulação crítica e de uma explicação sobre o fenômeno urbano e social denominado periferia” (D’Andrea, 2013, p.38), já que a sua posição social proporcionava mais abertura para essa reflexão. Houve então intercâmbio de informações entre intelectuais, movimentos sociais e moradores de periferia, segundo explica D’Andrea (2013, p. 44), o que deu origem à montagem de “um quadro explicativo sobre as desigualdades territoriais e urbanas que continha uma série de termos e conceituações”, incluindo a própria noção de periferia. Já com a redemocratização do país na segunda metade da década de 80, o arcabouço teórico construído na academia passou a servir como uma ferramenta para os movimentos sociais populares exercerem pressão no poder público e reivindicarem melhorias de infraestrutura.

O crescimento de coletivos de produção artística teve também um papel importante tanto como uma alternativa de lazer e sociabilidade quanto no sentido identitário, de “fazer uso político da condição de morador de bairros populares” (D’Andrea, 2013, p. 45). Fundado em 1988, o grupo musical Racionais MC foi um dos primeiros expoentes desse movimento, com artistas jovens oriundos de diversos bairros da periferia paulistana e canções que denunciavam a violência e as omissões das políticas públicas.

A partir desse momento, o conceito de periferia ultrapassa o sentido geográfico ou de definições como lugar de insegurança e miséria, tornando-se uma “uma crítica aprofundada à sociedade e [surgindo] como subjetividade compartilhada e reconhecimento mútuo de uma

condição” (D’Andrea, 2013, p. 45). Assim, o discurso da criminalidade e da pobreza deu lugar ao de potencialidades, de orgulho e valorização do território por parte das pessoas que o habitam. Sintetizando essa análise histórica do surgimento e transformação do termo periferia na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), D’Andrea conclui que:

Desse modo, ressalta-se que o termo teve importância para a produção acadêmica que se dedicou aos estudos urbanos, foi utilizado em maior ou menor escala por moradores da periferia e movimentos sociais populares, e foi apropriado por jovens da periferia que potencializaram a utilização do termo, já com outros sentidos e figurações (D’Andrea, 2013, p. 45).

Contudo, ainda no contexto da redemocratização, uma nova forma de segregação emergiu na RMSP, rompendo com a oposição espacial entre periferias e centro, no que a antropóloga Teresa Caldeira (2000, p. 258) denominou como “enclaves fortificados”, ou seja, territórios da cidade projetados para que as classes médias e altas pudessem evitar a convivência com sujeitos periféricos que agora também circulavam por espaços de referência, como centros culturais e comerciais e ruas de ampla movimentação (Goulart; Bento, 2011). De acordo com os autores, a afirmação dos sujeitos periféricos como cidadãos permitiu que eles passassem a frequentar áreas até então destinadas exclusivamente às elites, expressando ali suas subjetividades.

Em outras palavras, o “fato de o processo de democratização ter reconhecido os pobres como cidadãos” (Goulart; Bento, 2011, p. 184) criou para as classes médias e dominantes uma necessidade de distinção a fim de manter suas posições perante o outro, isto é, o sujeito periférico. O discurso do aumento da criminalidade e da violência urbana e, de maneira estigmatizante, sua associação direta às populações mais pobres foi a justificativa principal para o crescimento desses “enclaves”. Nota-se assim uma nova forma de segregação, uma vez que ocupar ou não determinado espaço no território urbano “enseja uma hierarquia social desejada para exaltar diferenças. Existe, assim, uma disputa em torno da cidade e de seus rumos, e a constituição de espaços segregados inclui ingredientes econômicos e políticos” (Goulart; Bento, 2011, p. 183).

Uma classe notável de enclaves fortificados na Grande São Paulo são os conjuntos de condomínios residenciais de luxo, como Alphaville em Barueri e Granja Viana em Cotia, ambos localizados a mais de 20 quilômetros do centro da capital paulista. O fato de estarem distantes do “Quadrante Sudoeste” (Villaça, 2011), isto é, a região mais elitizada da cidade de São Paulo, mostra que as elites econômicas passaram a ocupar também os bairros mais distantes, os quais eram associados exclusivamente às periferias no período anterior à redemocratização.

Além dos grandes complexos de condomínios fechados, outros exemplos de enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios corporativos, shopping centers, escolas privadas e parques temáticos. “Cercados por muros ou grades, se notabilizam por uma ‘arquitetura defensiva’, voltada para o seu interior. São monitorados por modernos sistemas de segurança, alarmes, câmeras de circuito fechado, guardas de segurança muitas vezes armados” (Goulart; Bento, 2011, p. 183).

Em resumo, apesar das mudanças em relação à distância referente ao centro das cidades, uma característica da antiga lógica centro-periferias que permaneceu foi a existência de mecanismos de separação entre riqueza e pobreza, de maneira que no interior desses enclaves haja homogeneização social e tudo o que for indesejado, isto é, estiver fora do padrão de “pureza” aceito internamente (Bauman, 1998), deve permanecer do lado de fora dos muros que os cercam, incluindo os trabalhadores (faxineiras, jardineiros, motoristas, pedreiros, seguranças etc.) desses lugares, que só os acessam para cumprir suas funções.

Essa maneira com a qual o território periferia foi estabelecido e formado na RMSP, com o histórico de omissão do Estado em relação às políticas públicas para garantir o acesso da população a serviços como hospitais, escolas e sistemas de transporte público, torna-se característica fundamental das periferias, de modo a defini-las, pelo menos em parte. Na análise de Tiaraju D’Andrea (2020, p. 9), “a invisibilidade operada pelo Estado fez com que os equipamentos e serviços públicos chegassem com décadas de atraso em relação ao centro e à região de habitação das elites”.

Além disso, tradicionalmente os maiores investimentos estatais nas periferias se concentram na construção de conjuntos habitacionais de larga escala, tendo como exemplo os prédios entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), uma empresa pública paulista. Apesar de se apresentarem como um modelo de desenvolvimento urbano e uma política pública de acesso à moradia, esses investimentos acabam apenas “beneficiando construtoras e empreiteiras” (D’Andrea, 2020, p. 9), uma vez que raramente foram (e são) acompanhados da construção de escolas e hospitais, do aumento da disponibilidade do transporte ou do melhoramento de vias públicas.

A construção desses prédios impõe ainda um modelo de arquitetura destoante nos bairros, transmitindo a ideia de que “a periferia é território de incursão para ser conquistado” (D’Andrea, 2020, p. 10). A esse fenômeno, Milton Santos (1993) deu o nome de urbanização corporativa, que, financiada pelas grandes empresas e subordinada aos seus interesses, “constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos

recursos públicos, uma vez que estes são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais” (Santos, 1993, p. 95).

No entendimento de Milton Santos (1993, p. 111), o processo de urbanização corporativa “se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos”. Um exemplo de como a urbanização corporativa opera enquanto lógica dominante é a diferença com a qual periferias e elites são abordadas pelo poder público e outras entidades responsáveis pelo planejamento urbano e empreendimentos imobiliários.

Enquanto os bairros periféricos são tratados como território de incursão, como dito, as regiões nobres nas quais se localizam as sedes dos poderes financeiros e políticos são consideradas áreas a serem protegidas, com serviços e policiamento – ainda que a sanha das incorporadoras também avance sobre esses setores, com a eliminação das manchas verdes das cidades, por exemplo¹¹.

Para romper com esse modelo de dominação, cuja origem se encontra no período colonial conforme vimos anteriormente, Walter Mignolo (2008, p. 323) afirma a necessidade de “ser epistemicamente desobediente”, isto é, de buscar conhecimentos outros baseados numa perspectiva distinta do eurocentrismo, a partir de um pensamento contra-hegemônico.

Nesse sentido, compreendemos que a territorialidade é um conceito que pode ser entendido sob diferentes perspectivas, uma vez que o pensamento eurocêntrico entende o território como bem de capital, isto é, como propriedade política e jurídica, enquanto em alguns setores subalternos da América Latina “o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social” (Haesbart, 2020, p. 76).

Ainda segundo Haesbart (2020, p. 76), a conceituação decolonial de território se expande para além da lógica estatal, a qual está “vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista que coloca em xeque a existência dos grupos subalternos”, e contempla questões como a defesa da própria vida e a ideia de integração entre sujeito e espaço. Essa integração que enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo foi denominada por Haesbart (2020) como o “corpo-território” e pode ser aplicada nas periferias, se pensarmos nos sentidos construídos a partir da década de 1990 com os movimentos de valorização de suas potencialidades (D’Andrea, 2013).

¹¹ Ver: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1597867-parque-augusta-e-a-ultima-area-verde-livre-dentro-do-centro-diz-ativista.shtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

Ainda nessa perspectiva do território enquanto parte indissociável do corpo e, portanto, da identidade de uma pessoa, citamos o pensamento de Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 82) em que “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora”. Ou seja, os sujeitos periféricos constroem suas identidades a partir de suas conexões com o território – o qual deixa de ser visto apenas como um bem de capital ou um recurso sob a perspectiva de mercado –, numa resposta à opressão e marginalização histórica.

1.3. O jornalismo hegemônico e as periferias

O jornalismo brasileiro é tradicionalmente um vetor das representações distorcidas das realidades vivenciadas nas periferias e pelas periferias, as quais contribuíram para a construção dos estigmas impostos pela sociedade a esses territórios e identidades. Um exemplo clássico é o telejornalismo, que ao abordar uma perseguição policial transmite muitas vezes a narrativa de que a periferia é um lugar onde vivem os “bandidos”, sem sequer buscar conhecer o histórico da pessoa alvo da perseguição e remetendo mais uma vez à ideia de território de incursão.

Tal fenômeno, que ficou conhecido como “datenismo”, em alusão ao jornalista e âncora de TV José Luiz Datena, mostra um lado da imprensa que não visa apenas informar mas também distorcer reputações, “julgar e condenar ao mesmo tempo, ainda que aos réus e réas, apresentados em rede aberta como animais fustigados, tenham em seu favor o princípio constitucional da presunção de inocência” (Barbosa, 2014, online).

Em sua obra “Claros e escuros – identidade, povo, mídia e cotas no Brasil” (2015), o professor e pesquisador do campo da comunicação Muniz Sodré, ao analisar padrões racistas nas produções midiáticas, observa que distorções como essas se estruturam pelo preconceito racial, sendo produzidas por setores brancos hegemônicos para a manutenção de suas posições de poder. Ainda de acordo com o autor:

Sabe-se efetivamente que da influência interativa entre elites de diferentes ordens – grupos de alta renda, ministérios, organizações de trabalho, intelectuais e meios de comunicação de massa – resultam os padrões cognitivos e políticos que orientam os componentes da ação social e do julgamento ético presentes no comportamento racista (Sodré, 2015, p. 276).

No que diz respeito à instância de produção da comunicação midiática, ela consiste, de acordo com Charaudeau (2013), numa “entidade compósita que compreende uma diversidade de tipos de atores”, como os da direção do veículo, que são responsáveis pela organização econômica e administrativa da empresa; os da programação, que são “ligados aos precedentes

de maneira a fazer com que as informações escolhidas tenham um certo sucesso junto ao público; os da redação das notícias e os operadores técnicos, que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial” (Charaudeau, 2013, p. 73). Todos esses atores, em conjunto, produzem uma enunciação unitária e homogênea do discurso midiático, a qual, segundo Charaudeau (2013, p. 73), “representa a ideologia do organismo de informação”.

No caso do jornalismo brasileiro, a ideologia das redações frequentemente é aquela definida por setores pertencentes às elites, seja por meio dos donos dos veículos, seja por seus patrocinadores e investidores. Nesse sentido, Sodré (2015, p. 278) afirma que “editores, colonistas, âncoras de TV, criadores publicitários artistas e jornalistas especiais funcionam como filtro e síntese de variadas formas de ação e cognição presentes nas elites econômicas, políticas e culturais coexistentes num contexto social”.

Ou seja, para o autor, esse grupo forma o que ele chama de elites logotécnicas, que, ao dominarem as formas de produção dos conteúdos midiáticos, reproduzem os discursos racistas dos grupos dominantes – ainda que, como sabemos, há vários comunicadores que resistem, como podem, a esse processo no seu dia a dia de trabalho. Em nossa visão, esse movimento é também afetado pela falta de representatividade de setores subalternos, como as periferias, nas redações brasileiras, o que favorece a produção de narrativas sobre esses territórios a partir de perspectivas elitistas, tal como afirmado por Nonato (2018).

Isso não significa, entretanto, que mentiras sejam características do jornalismo. Em seu livro “A realidade dos meios de comunicações”, Niklás Luhmann (2005) considera alguns requisitos para a prática da profissão, “tais como uma formação própria, uma caracterização profissional própria, publicamente aceita, e critérios autoproclamados de estarem executando um bom trabalho” (Luhmann, 2005, p. 55), além de destacar que o prestígio tanto de jornalistas e redatores quanto dos veículos de comunicação depende da capacidade de eles apurarem informações sobre os fatos divulgados com profundidade e acurácia.

Para o sociólogo alemão, o jornalismo é uma profissão que “serve à sociedade (até mesmo a si mesma) com verdades. Para inverdades são precisos interesses especiais que não podem ser generalizáveis” (Luhmann, 2005, p. 55-56). Por verdade, entendemos que toda a informação jornalística é produto de um rigor metodológico que envolve a observação e correta apuração dos acontecimentos. Entendemos que é por meio dessa necessidade investigativa que os jornalistas resistentes às lógicas hegemônicas buscam construir outros discursos.

Além disso, apesar das distorções produzidas pelo jornalismo, as quais constituem um dos eixos que fundamentam nossa pesquisa, Luhmann (2005) mostra que não podemos acusar

a imprensa como produtora de conteúdo falso e descredibilizar a categoria por tal motivo, uma vez que é justamente a divulgação de relatos verdadeiros que torna a imprensa crível e socialmente relevante.

Por outro lado, um dos caminhos por meio dos quais as distorções são produzidas liga-se ao princípio da seletividade, que se define como um conjunto de critérios que norteiam a produção dos meios de comunicação, diante da impossibilidade de reverberar todos os acontecimentos sociais. Tal princípio diz respeito ao sistema de funcionamento dos meios de comunicação como um todo, e não somente aos seus departamentos individuais, como as redações.

Essa seletividade “é inevitável, mas também desejada e regulamentada” (Luhmann, 2005, p. 56). Ou seja, essa necessidade de fazer escolhas entre os fatos a serem divulgados possibilita à mídia jogar luz a determinados aspectos e esconder outros. Por isso ela é cultivada, já que é aí que representações preconceituosas se estruturam, perpetuando posições de poder.

Entre os critérios de seletividade elencados por Luhmann (2005), estão a presença de conflitos – os quais “têm a vantagem de jogar com uma incerteza que eles próprios produzem” e provocam tensões – e de transgressões às normas, que “são particularmente selecionadas para o noticiário se nelas puderem ser misturados julgamentos morais, quer dizer, se elas puderem dar motivo para que pessoas sejam valorizadas ou desrespeitadas” (Luhmann, 2005, p. 62).

Para Bourdieu (1997, p. 25), “o princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular”. No caso do jornalismo televisivo, essa procura é feita por meio da dramatização nas imagens ante um acontecimento e de exageros sobre sua importância ou sua gravidade, dando ênfase ao caráter trágico e dramático, elementos que se coadunam com o datenismo e são exemplificados pelo próprio Bourdieu (1997, p. 25): “em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões”.

Todavia, é sempre importante recordar que o grau de engajamento do sujeito informante definido por Charaudeau (2013) está vinculado à instância de recepção, isto é, um produto midiático não terá visibilidade se não houver quem o consuma. De fato, não é uma atribuição do jornalismo definir o que é a moral ou criar narrativas preconceituosas uma vez que, de acordo com Luhmann (2005, p. 63), “os meios de comunicação realizam apenas uma contínua auto-irritação da sociedade, uma reprodução da sensibilidade moral, tanto no plano individual como no comunicativo”. Nesse sentido, pautas como a violência urbana e outras desordens sociais chamam a atenção por instigarem uma indignação com a qual a audiência já convive, acionando

também preconceitos que circulam socialmente. No entanto, é inegável que tal sistema potencializa esses vieses e estereótipos.

Ainda sobre o gênero telejornal, na visão de Charaudeau (2013, p. 230), ao mostrar “os acontecimentos que surgem no mundo referencial”, ele acaba por construir e entregar um mundo evenemencial¹² já pronto. Além disso, ao lançar mão do apelo aos comentaristas, com a justificativa de oferecer ao público elementos para a melhor compreensão de determinado fenômeno, ele por vezes fornece apenas explicações pontuais e fragmentadas. Com acesso apenas ao recorte do mundo evenemencial e às narrativas produzidas pelo telejornal, “encontramo-nos, então, em plena ilusão de realismo e em pleno simulacro de verdade, mas é através desse ‘fazer crer’ que o telejornal se define” (Charaudeau, 2013, p. 230).

A ilusão do realismo também foi questionada por Bourdieu (1997, p. 28), que alertou para os perigos políticos inerentes à televisão devido ao fato de que a imagem “tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito de real”. Para o sociólogo, o “fazer crer” se constitui também em um poder de evocação que potencialmente desperta efeitos de mobilização ao fazer existir ideias ou representações, visto que “as variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro” (Bourdieu, 1997, p. 28).

Embora o “fazer crer” tenha potencial para desencadear efeitos de mobilização, não é correto afirmar que o que acontece no gênero telejornal seja sempre uma manipulação. Charaudeau (2013) explica que a relação entre mídias como um todo – e não apenas as de telejornalismo – e cidadãos não se baseia na tentativa de enganação por parte da mídia nem que o receptor acredita, sem nenhum espírito crítico, em todas as informações que lhe são transmitidas.

A manipulação é algo bem mais sutil e, em alguns casos, “as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital, ao se automanipularem, e, muitas vezes, são elas próprias vítimas de manipulações de instâncias exteriores” (Charaudeau, 2013, p. 252). Essas instâncias exteriores envolvem fatores como poder político e a lógica comercial, por meio da concorrência – assunto que será retomado posteriormente no presente trabalho.

Para entender melhor essas tentativas de manipulação, e a propagação de estereótipos sobre as periferias, temos de compreender a constituição do mercado jornalístico

¹² Evenemencial é um galicismo de “événement”: em tradução literal do francês, “evento” ou “acontecimento”. O mundo evenemencial compreende aquilo que se passa nesse momento e que deve ser noticiado.

contemporâneo no país. No tópico anterior, vimos que durante o período em que a ditadura militar esteve à frente da Presidência no Brasil, entre 1964 e 85, setores como os sindicatos e partidos políticos foram alvos da censura imposta pelo regime.

O jornalismo também foi uma atividade sujeita ao controle dos militares, com seus opositores da imprensa sofrendo perseguições, configurando-se assim o poder político como uma instância exterior de manipulação, segundo análise de Charaudeau (2013). Caso célebre foi o assassinato de Vladimir Herzog, diretor de telejornalismo da TV Cultura, no dia 25 de outubro de 1975.

O jornalista apresentou-se ao DOI-CODI¹³ do 2º Exército, situado na Rua Tutóia, em São Paulo, por volta das 08h. À tarde daquele mesmo dia, estava morto. Oficialmente, suicidara-se, num gesto tresloucado, após confessar sua participação no Partido Comunista e rasgar o papel onde confessara suas atividades políticas (Nascimento Filho, 2012, p. 2004).

De maneira análoga ao sindicalismo, que se transformou numa espécie de autarquia subordinada ao Ministério do Trabalho e passou a assumir um papel meramente assistencialista, no jornalismo alguns veículos que não foram perseguidos se converteram numa espécie de assessoria do regime militar.

Se entre os representantes sindicais aqueles favoráveis à ditadura eram denominados pelegos, “os jornalistas que apenas descreviam a versão do governo nas suas matérias eram chamados de maneira pejorativa de chapa-branca, numa referência à cor das placas utilizadas pelos veículos governamentais” (Wagner, 2021, online).

Em sua tese de doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP), a jornalista e professora Patrícia Paixão Marcos (2021) mostra que veículos pertencentes aos maiores conglomerados jornalísticos do país mantiveram, em algum momento, fortes vínculos com o regime militar. Começando pela TV Globo, maior emissora do país. Marcos (2021, p. 66) define sua fundação em 1965 como “fruto da ilegalidade e de promiscuidade com a política”.

De acordo com a autora, o patrono da emissora, Roberto Marinho, conseguiu um financiamento de 6 milhões de dólares junto à Time Life, empresa estadunidense de marketing, e “conseguiu fundar a TV Globo, em 26 de abril de 1965, no Rio de Janeiro, com a maior estrutura da América Latina à época” (Marcos, 2021, p. 67). A irregularidade no acordo é que

¹³ O Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era um órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército Brasileiro; suas unidades eram conhecidas como centros de tortura. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar> . Acesso em: 26 mar. 2024.

a Constituição Federal vigente à época, promulgada em 1946, proibia a participação de empresas de comunicação estrangeiras no país; “portanto, a emissora foi criada com base numa ilegalidade, assentida pelo regime militar” (Marcos, 2021, p. 67).

Nos anos seguintes, o Grupo Globo adotou uma linha de apoio à ditadura, exaltando as políticas supostamente bem-sucedidas do governo ao mesmo tempo em que ignorava a repressão, a tortura e as execuções. A emissora carioca expandiu seu alcance para todas as regiões do país e serviu como um instrumento de propaganda da ditadura, pois a TV era vista pelos militares como um meio “extremamente estratégico para atingir seu objetivo de integração nacional, tanto econômica quanto política. Era fundamental ter o povo unido em torno das metas e do ideário do regime” (Marcos, 2021, p. 69).

A ditadura também teve apoio de dois dos maiores jornais impressos do país, a Folha de S.Paulo e o Estado de S. Paulo. Em relação à primeira, Marcos (2021, p. 71-72) afirma que “a empresa não deu apenas apoio financeiro ideológico ao golpe de 64, mas apoio material à repressão contra os opositores da ditadura, com o fornecimento de veículos para a Operação Bandeirante”¹⁴.

Ainda segundo a jornalista, o veículo optou por abraçar a campanha do “Diretas Já!”, movimento político em prol da redemocratização do país iniciado em 1983, como estratégia de marketing para se diferenciar de seu maior concorrente, o jornal Estado de S. Paulo, que permanecia com linha editorial alinhada aos interesses conservadores e somente depois aderiu abertamente ao movimento.

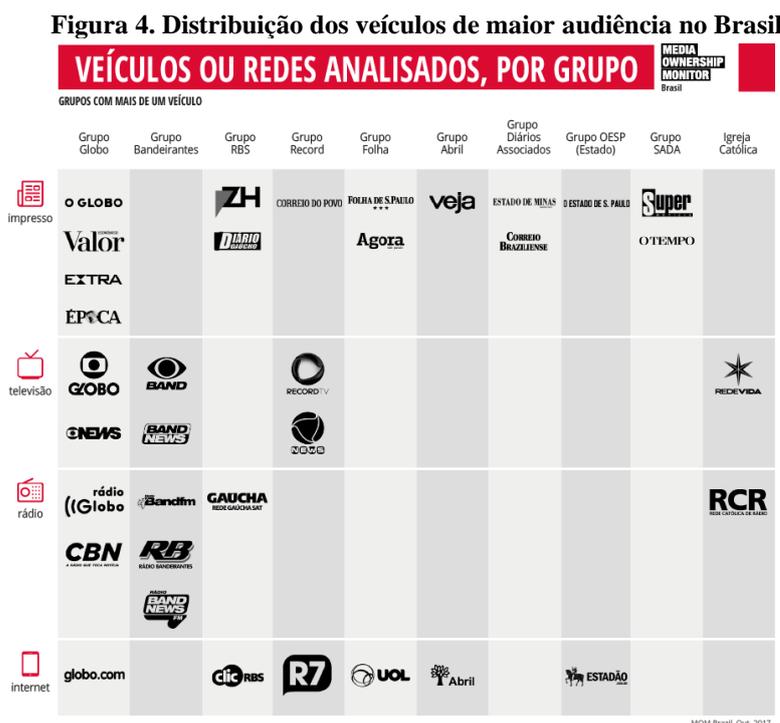
Outra característica que marcou as décadas de 80 e 90 ao redor do planeta foi o avanço de políticas neoliberais, “a partir de exemplos empreendidos por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos” (Marcos, 2021, p. 73). Por meio de discursos como desestatização, privatização e desregulamentação, criou-se o entendimento de que a intervenção do Estado na economia deve ser mínima, inclusive em áreas estratégicas para a sociedade.

Se na teoria o neoliberalismo oferecia uma democratização das oportunidades por meio da livre concorrência, uma vez que diversos atores poderiam ingressar nos mercados, na prática o que se viu foi a formação de gigantes empresariais que criaram ambientes aos quais poucos concorrentes têm acesso, inclusive no campo midiático.

¹⁴ Operação Bandeirante (OBAN) era um centro de investigações do Exército Brasileiro que combatia as organizações de esquerda (Marcos, 2021, p. 72).

Segundo levantamento da ONG Repórteres sem Fronteiras (RsF), em parceria com o coletivo de comunicação Intervezes¹⁵, dos 50 meios de comunicação brasileiros de maior audiência e capacidade de agendamento, isto é, de influenciar a opinião pública, 35 são propriedades de um seleto conjunto de 10 grupos de comunicação, assim distribuídos: 9 pertencentes ao Grupo Globo; 5, ao Grupo Bandeirantes; o Grupo Record e o Grupo RBS – de maior repercussão na Região Sul do país – aparecem empatados com 4 e são seguidos pelo Grupo Folha, com 3, e pelos seguintes grupos, com 2 veículos cada um; Grupo Oesp, Grupo Abril, Grupo Sada, Grupo Diários Associados e a Igreja Católica.

A Figura 4 ilustra um panorama mais detalhado do cenário. Os veículos analisados pertencem a quatro segmentos distintos, sendo 11 redes de TV (aberta e fechada) e 12 de rádio, 17 veículos de mídia impressa (jornais diários e revistas semanais) e 10 portais noticiosos online de interesse geral.



Fonte: MOM Brasil, outubro de 2017.

Essa concentração não causa surpresa, uma vez que ela surge como desdobramento da intervenção estatal durante os anos de ditadura. Ora, como vimos acima, alguns maiores grupos do setor cresceram e se consolidaram enquanto referências de credibilidade e formadores de

¹⁵ O levantamento é o Media Ownership Monitor (MOM), publicado em outubro de 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

opinião às custas de um jornalismo “chapa-branca”. O advento da redemocratização e o movimento neoliberal trazem uma falsa ideia de livre concorrência, mas um aspirante a empreendedor da comunicação não consegue, nesse cenário, estar em pé de igualdade com o Grupo Globo ou com o Grupo Folha, por exemplo.

Voltamos ainda a Charaudeau (2013) para retomar uma instância externa de pressão sobre os meios de comunicação no Brasil: a lógica de mercado por meio da concorrência. Em seu livro “Sobre a Televisão”, Pierre Bourdieu (1997) analisa que embora os jornalistas sejam “diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação” e que profissionalmente vivenciem “um mundo dividido em que há conflitos, concorrências, hostilidades”, o conteúdo que cada um produz (na mídia hegemônica) não difere muito quando comparado a outros; isto é, “os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita” (Bourdieu, 1997, p. 30). Para o sociólogo francês, a suposta diversidade – inclusive no que diz respeito às linhas editoriais de cada veículo – esconde semelhanças profundas, notadamente em virtude de fatores externos como as restrições impostas pelas fontes e pela lógica da concorrência.

Na análise de Bourdieu (1997), apesar de o pensamento liberal contrapor monopólio e concorrência ao afirmar que, enquanto o primeiro uniformiza a outra diversifica, há que se considerar a existência de uma uniformidade no ambiente midiático, pois quando a concorrência é exercida entre jornalistas ou veículos “que estão sujeitos às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opinião, aos mesmos anunciantes (basta ver com que facilidade os jornalistas passam de um jornal a outro), ela homogeneiza” (Bourdieu, 1997, p. 31).

A concorrência leva, por exemplo, os produtores a agirem de determinada forma apenas porque há um concorrente, no intuito de chegar à frente dos outros. Nas equipes de redação, ainda de acordo com Bourdieu (1997, p. 32), “passa-se uma parte considerável do tempo falando de outros jornais e, em particular, do ‘que eles fizeram e que nós não fizemos’ (‘deixamos escapar isso!’) e que deveriam ter feito – sem discussão – porque eles fizeram”.

Uma das consequências resultantes da pressão imposta pela lógica da concorrência é que, segundo Bourdieu (1997, p. 33), “essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental”, uma vez que induz à homogeneização na produção midiática de diferentes veículos. A análise de condutas dos concorrentes é uma estratégia conhecida nas teorias da administração como benchmarking e consiste em “estudar as ‘empresas com as melhores práticas’ a fim de melhorar o próprio desempenho” (Kotler, 2018, p. 726).

Se no mundo corporativo replicar tais práticas padronizam processos e otimizam seus resultados, no campo da comunicação o fenômeno da homogeneização decorrente do “jogo de espelhos” descrito por Bourdieu (1997) pode levar ao silenciamento de classes subalternas ou à reprodução de discursos preconceituosos contra elas. Por exemplo, se um jornal de grande circulação não pauta temáticas periféricas (refletindo a hegemonia social), seus concorrentes tendem a adotar um editorial semelhante e, assim, elas permanecem invisíveis aos olhos do leitor.

Ao unirmos esse pensamento ao fato de que existe uma oligarquia que controla a mídia brasileira de maior audiência, podemos concluir que temos historicamente um jornalismo desfavorável à pluralidade de vozes e à coexistência de valores e visões de mundo diferentes daqueles validados pela elite econômica do país.

1.4. O jornalismo contra-hegemônico no Brasil: do alternativo ao periférico

Como vimos, a Ditadura Militar no Brasil, que começou com o golpe em 1964 e durou até 1985, foi um período histórico também para a comunicação no país. Segundo explica Patrícia Paixão Marcos (2021), alguns dos principais veículos jornalísticos da atualidade – como a emissora carioca Globo e o jornal paulista Folha de S.Paulo – apoiaram o regime em seus anos iniciais e conseguiram o apoio do governo, no sentido de expandirem seu alcance a ponto de se transformarem nos maiores conglomerados brasileiros de comunicação.

Devido ao comportamento colaboracionista da grande mídia no início, trabalhadores, militantes, acadêmicos e jornalistas passaram a se articular para denunciar, por meio de novos veículos de imprensa, as barbaridades cometidas pelo Estado que aconteciam nos porões de repressão, no que a jornalista define como “um dos momentos mais vibrantes da imprensa contra-hegemônica brasileira” (Marcos, 2021, p. 237).

Em seu livro “Mídia Radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais”, John Downing (2002) dedica o capítulo “Poder, hegemonia e resistência” às contribuições das teorias de Antonio Gramsci e outros autores socialistas libertários para explicar o papel da mídia alternativa¹⁶ nas relações entre o poder e a cultura. De acordo com o autor, Gramsci entendia que, para as nações se democratizarem efetivamente, era necessário “desafiar e destronar o domínio cultural e a liderança (=hegemonia) de suas classes dominantes com uma visão

¹⁶ Peruzzo (2008, p. 368) define comunicação alternativa como forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando estabelecer a justiça social.

alternativa coerente e convincente a respeito de como a sociedade poderia organizar-se” (Downing, 2002, p. 47).

Em relação à associação do jornalismo a setores hegemônicos, Gramsci explica que o capitalismo ao longo do tempo sempre “manteve e organizou sua liderança através de órgãos de informação e cultura, como escolas, universidades, igrejas, literatura, meios de comunicação e ideologias corporativas” (Downing, 2002, p. 47). Nesse sentido, o filósofo italiano acreditava que as perspectivas sobre a sociedade como um todo produzidas a partir de tais instituições induziam o pensamento de que era justificável que as classes dominantes detivessem o poder, uma vez que elas eram dotadas de habilidades singulares para comandarem as nações.

Para romper com esse *status quo*, Gramsci depositava suas esperanças nos comunicadores intelectuais e ativistas, uma vez que eles poderiam dialogar com as classes trabalhadoras de maneira a desenvolver uma nova ordem social, mais justa e superior culturalmente, “ao contrário dos intelectuais organicamente integrado com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital” (Downing, 2002, p. 48). Ainda de acordo com Downing (2002) esse pensamento de Gramsci, apesar de o próprio filósofo nunca ter usado os termos, acabaria por estabelecer o conceito de hegemonia e contra-hegemonia no campo da ciência política.

Rovida (2018, p. 56) mostra que a forma de fazer jornalismo e as técnicas utilizadas pelas mídias noticiosas hegemônicas e contra-hegemônicas são similares, com a diferenciação entre eles acontecendo “pela hierarquização das informações e pela presença de determinadas vozes ou fontes”. Nesse sentido, o compromisso assumido por produtores da “mídia radical” com seus públicos é “apresentar aquilo que é omitido pela imprensa tradicional”, entendendo a imprensa como um espaço de construção de diálogo entre as diversas vozes e perspectivas que compõem o fato relatado. Ainda de acordo com a autora, se existe um cenário de opressão, é preciso apresentar “propostas alternativas que contemplem aquilo que não é apresentado de forma satisfatória na produção hegemônica” (Rovida, 2018, p. 57).

Nos anos iniciais de ditadura, o jornalismo alternativo dedicava-se a um perfil mais combativo e de resistência ao regime, com destaque para os impressos “O Sol”, fundado em 1967, “O Pasquim”, de 1969, e o semanário “Opinião”, de 1972. A partir de 1974, os primeiros presos políticos passam a se reintegrar à sociedade civil, graças sobretudo à resistência da imprensa contra-hegemônica. Patrícia Marcos (2021, p. 242) observa que essa leve abertura permite o despertar de novas ideias e de “uma diversificação temática e espacial da imprensa

alternativa, com o surgimento de jornais que defendem ambiente, feminismo, anistia e impressos regionais”.

Em relação ao movimento feminista, Perez e Ricoldi (2023) observam que ele já era expressivo nos espaços acadêmicos e começou a ganhar força em movimentos populares ao abordar temas como a reivindicação de creches. Além disso, aos olhos da ditadura militar, “as questões das mulheres não eram vistas como assuntos políticos ou potencialmente subversivos, o que deu espaço para que sua presença política se desenvolvesse” (Perez; Ricoldi, 2023, p. 4).

De acordo com Cicília Peruzzo (2008, p. 368), é nesse momento também, avançando para a década de 80, que tem início “um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares”, o qual buscava mitigar as injustiças e transformar as visões de mundo dos agentes opressores. Entre essas experiências comunicativas, Peruzzo (2008) cita arranjos como as rádios comunitárias e a TV de rua, além de veículos impressos e outros formatos, como o alto-falante e o carro de som que circula pelas ruas.

Segundo a autora, esse tipo de comunicação é um “instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (Peruzzo, 2008, p. 370) e, até os anos 90, era mais predominante no âmbito dos movimentos populares, como setores progressistas da igreja católica, ONGs e sindicatos industriais. De acordo com Vaniucha de Moraes (2014), a comunicação popular ficou restrita a esses setores devido ao enfraquecimento do jornalismo alternativo como movimento social após o fim do regime militar.

Embora fatores como má administração econômica dos veículos e desagregação política nas redações tenham sido as principais causas desse enfraquecimento, “o processo de abertura política e redemocratização foi concomitante ao esvaziamento dos jornais alternativos em época de exceção e repovoamento da grande imprensa com aparecimento de jornalistas agora na condição de profissionais e não mais de ativistas políticos” (Moraes, 2014, p. 118).

Foi somente com o advento da internet que o jornalismo alternativo conseguiu se reestabelecer, inicialmente por meio de blogs e sites ligados a entidades sociais, como o Centro de Mídia Independente (1999), o Brasil de Fato (2003) e o Observatório do Direito à Comunicação (2007). Segundo observa Patrícia Marcos (2021, p. 256), a maioria dos veículos contra-hegemônicos brasileiros “leva em conta esse novo meio de comunicação para projetar suas atividades ou, mais ainda, nasceu desse meio como um veículo nativo digital”, considerando fatores como menores custos operacionais e maior potencial de alcance.

É nesse momento que surge o jornalismo de periferia na Grande São Paulo, sendo que, além da expansão da internet, outros dois fatos permitiram o estabelecimento e o crescimento desse tipo de veículo: o movimento de valorização das periferias (D’Andrea, 2013) iniciado por coletivos nos anos 90 e as políticas públicas de acesso à universidade¹⁷ durante os governos Lula de 2003 a 2010, que permitiram a jovens periféricos cursar a graduação em jornalismo e outras áreas da comunicação social.

Uma das características que distinguem o jornalismo periférico de outros gêneros no jornalismo alternativo é o fato de ele ser “feito ‘de dentro’ da comunidade, ou seja, da vivência daqueles moradores, que estão inseridos naquela realidade” (Nonato, 2020, p. 190). Conforme observamos anteriormente, o crescimento do jornalismo alternativo no Brasil durante os anos 70 e 80 teve motivação política, e não necessariamente um vínculo com os territórios. “Um tipo de relação [com o processo político-partidário] que, embora não assumida oficialmente por conta da clandestinidade necessária à sobrevivência da militância, marcava definitivamente as produções, o que não é observado entre as produções das periferias da RMSP” (Rovida, 2020, p. 132).

O perfil dos produtores do jornalismo periférico é majoritariamente formado por jovens entre 20 e 30 anos, graduados em jornalismo e que indicam “a necessidade de produzir narrativas que pautem a diversidade e a pluralidade de experiências das periferias” (Rovida, 2020b, p. 7). Além de proporcionarem o exercício do direito à informação para suas comunidades, essas iniciativas “ajudam a desconstruir os estereótipos que espoliam seus moradores e denunciam a violação de direitos que marca a trajetória de vida desses cidadãos” (Bezerra, 2021, p. 285).

Ao assumirem um compromisso com o território em que vivem, os jornalistas periféricos definem “sua identidade profissional ou pessoal, constituindo um discurso que dá sustentação à sua atividade” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 11). Por identidade, tomaremos o entendimento de Woodward (2014, p. 10), no qual “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais”. O marcador simbólico no caso é o vínculo do jornalista com a periferia, a partir do qual ele norteia suas produções.

Nesse sentido, ele acaba por se afastar do jornalismo hegemônico, cujas narrativas apresentam “uma sistemática ausência das vozes e visões das periferias” (Rovida, 2018, p. 57),

¹⁷ Ver em <https://www.geledes.org.br/governo-lula-multiplica-numero-de-jovens-negros-na-universidade/>. Acesso em: 15 maio 2024.

as quais “comumente são estigmatizadas como lugares apenas de carestia e violência” (Bezerra, 2021, p. 285). Ao promover esse distanciamento, essas produções jornalísticas passam a utilizar as perspectivas das periferias em suas coberturas e buscam “marcar uma diferença no modo de compreender a sociabilidade e as questões vividas pelos moradores” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 20), alinhando suas pautas a acontecimentos que tenham vínculo com as experiências vividas no território e apresentando

(...) uma diversidade de questões, de perspectivas e de vozes que fazem parte desse contexto social. Contexto que é palco das narrativas, ao mesmo tempo em que serve de espaço social de atuação concreta dos comunicadores e é o lugar em que o público-alvo elencado como preferencial – ainda que não seja a maior parte da audiência como revelam os próprios jornalistas – dessas produções está (Rovida, 2020b, p. 8).

Todavia, Mara Rovida (2020) nos alerta para não generalizarmos os profissionais da mídia hegemônica como incapazes ou perversos no que diz respeito ao silenciamento desses territórios. Para a autora, “existem jornalistas que trabalham na imprensa corporativa e que conseguem incluir a complexidade urbana em suas narrativas, simplesmente por atuarem em consonância com a ideia de polifonia e polissemia presentes na noção de jornalismo dialógico” (Rovida, 2020, p. 115). Um exemplo é a própria Agência Mural, a qual foi idealizada por uma equipe de jornalistas colaboradores da Folha de S. Paulo.

Se as editorias do jornalismo periférico se diferenciam da mídia comercial, o mesmo pode ser verificado em relação às formas de atuação e ao modelo de trabalho adotados por esses jornalistas. De acordo com Rovida (2020b, p. 9), muitos veículos periféricos “são adeptos do chamado formato coletivo em que se preza pela gestão horizontal, sem hierarquias rígidas, apesar da distribuição de tarefas”. Nesse formato, a interação entre os membros ocorre, segundo Rovida (2020b), como uma rede orgânica em que cada um opina de maneira igualitária em temas como novas parcerias, ações estratégicas, pautas e coberturas.

Embora as peculiaridades (visão de mundo, idade, formação) de cada um sejam potencialmente um desafio para as tomadas de decisão, no entendimento de Bezerra (2021, p. 287), “essas iniciativas configuram-se como um processo formativo paralelo, onde os jornalistas mais experientes compartilham e trocam saberes com os mais novos, por meio de rotinas de trabalho que estimulam a construção colaborativa das matérias”.

Além das questões relacionadas ao território, um dos fatores que levam jornalistas recém-graduados aos veículos periféricos é o seu contexto social e econômico, visto que raramente eles conseguem “oportunidades de emprego na grande mídia, sobretudo pela falta de representatividade nas próprias redações” (Nonato, 2020, p. 189). Um dos motivos para essa

dificuldade é o fato de eles serem as primeiras gerações de suas famílias a acessarem a universidade, não carregando, portanto, bagagens culturais, fluência em idiomas, experiências de vida e outros códigos que um estudante de uma classe mais favorecida compartilha com as pessoas que tradicionalmente ocupam as redações e que podem constituir um diferencial durante um processo seletivo.

Outra questão é que, apesar de as políticas públicas dos anos 2000 terem permitido o acesso das pessoas da periferia ao ensino superior, elas ainda têm menos condições de estudar quando comparado às classes mais favorecidas. Entre esses condicionantes estão fatores como a disponibilidade: o estudante de periferia às vezes precisa conciliar os estudos com um trabalho remunerado e leva tempo se deslocando de sua casa até a universidade, o que se configura como obstáculos relevantes na dedicação às atividades acadêmicas.

Ainda no que diz respeito à empregabilidade, as transformações causadas pelos avanços tecnológicos modificaram tanto os modos de produção quanto os de consumo de mídias tradicionais, como impresso, rádio e televisão. Uma das consequências desse processo foi a queda da audiência desses veículos e a consequente fuga de anunciantes, o que provocou enxugamentos nas folhas salariais e até mesmo o encerramento de suas atividades, implicando o aumento do desemprego. “Nesse contexto, impõe-se para os jornalistas a necessidade de buscar formas variadas para se manterem na profissão, processo que redefine as relações de produção e comunicação” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 4). Na análise dos autores, os primeiros jornalistas das periferias pertencem a uma geração que se formou numa época de precarização do trabalho, na qual predominam a informalidade e a terceirização.

De acordo com Casaqui (2015, p. 46), o discurso do empreendedorismo é uma evidência de como o “capitalismo renova sua retórica e se ressignifica através dos tempos” e estimula as novas gerações a assumirem “papéis nos processos capitalistas”, dando a entender que eles seriam agentes transformadores do sistema, quando na verdade contribuem para a perpetuação do capitalismo em sua atual fase neoliberal, com diminuição de empregos e a precarização do trabalho. A promessa do empreendedorismo surge, no senso comum, como uma alternativa salvadora ao sujeito, para que ele consiga ao mesmo tempo encontrar uma forma de sustento e renovar o cenário contemporâneo (quando apenas o mantém, já que também trabalha com precariedade, sem segurança social).

Toda essa conjuntura levou ao estabelecimento de arranjos como “Periferia em Movimento”, em 2009, “Nós mulheres da periferia”, em 2012, e “Vozes das Periferias”, em 2013, iniciativas que têm em comum o fato de terem sido criadas por jovens periféricos “durante

ou logo após a conclusão da faculdade de jornalismo” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 4).

Em relação aos veículos periféricos de comunicação, uma grande dificuldade é o financiamento, sendo a elaboração de editais públicos exclusivos da área da comunicação uma reivindicação coletiva recorrente da categoria. Por haver poucas oportunidades, esses arranjos têm participado de editais voltados à cultura, os quais geralmente priorizam a produção de conteúdo de maneira pontual. No entendimento de Bezerra (2021, p. 287), “isso os impede de obter apoios financeiros mais longevos, que permitiriam planejamento produtivo a médio e longo prazos”, possibilitando inclusive o sustento dos profissionais envolvidos por um período maior.

Uma alternativa à qual os veículos periféricos frequentemente recorrem é o “financiamento de grandes instituições, como a Fundação Ford, a Fundação Tide Setubal e o Instituto Alana” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 6). Nesse sentido, os autores observam um paradoxo por parte do jornalismo periférico, uma vez que, ao mesmo tempo em que ele busca dar representatividade às periferias e à sua gente, ele o faz “utilizando recursos advindos diretamente da classe dominante e, portanto, servindo aos seus interesses” (Nonato; Pachi Filho; Camargo, 2020, p. 6). Ou seja, entende-se que tais verbas são concedidas por esses agentes de modo direcionado, por meio de projetos ou editais temáticos ou pré-configurados, o que faz com que esses atores do mercado acabem definindo contornos desse campo do jornalismo.

Em meio a esses questionamentos, Nonato (2020, p. 196) analisa a existência de um cenário de incerteza, uma vez que “não se sabe, na verdade, se a busca pelo jornalismo na própria periferia é uma busca ideológica ou uma simples questão de sobrevivência”. Afinal, apesar de as questões identitárias vinculadas ao território terem originado esse tipo de jornalismo, é inegável que as condições desiguais de empregabilidade em relação às classes mais favorecidas e as próprias dificuldades contemporâneas do mercado de trabalho como um todo, inclusive no jornalismo, também contribuíram nesse processo.

1.5. A Agência Mural

Uma questão relacionada ao jornalismo hegemônico é o conceito conhecido como deserto de notícias. O fato ocorre quando em determinadas populações não existe um veículo jornalístico local, o que aumenta, por exemplo, “os riscos de [esses sujeitos] serem afetados pela desinformação” (Rocha; Muller; Talarico, 2023). Além disso, de acordo com os autores, a

ausência de uma imprensa local se constitui como um “dos obstáculos para cobrar melhorias e políticas públicas”.

Apesar de a RMSP contar com diversos veículos jornalísticos, isso não significa que ela possa ser considerada uma região pouco suscetível a se tornar um deserto de notícias, uma vez que muitas vezes eles “se dedicam mais na cobertura nacional do que na local, enquanto outros se concentram em atividades específicas” (Rocha; Muller; Talarico, 2023).

O raciocínio corrobora o estudo de Nonato (2018) sobre o fato de o caráter hegemônico da mídia tradicional produzir vazios noticiosos em regiões como as periferias, as quais “são grande parte desse deserto, embora reúnam uma significativa parte da população brasileira e influenciem historicamente comportamentos e movimentos culturais que acabam sendo apropriados pela classe dominante” (Nonato, 2018, p. 2).

A Agência Mural, que surge em 2010, busca fazer frente a esse vácuo, por meio inicialmente de um blog na Folha de S. Paulo, “criado com o esforço coletivo de aproximadamente 20 correspondentes locais [periféricos] para oferecer conteúdo exclusivo das áreas não cobertas pelas redações tradicionais”¹⁸, segundo a página da Mural.

O blog era parte das atividades de uma série de oficinas elaboradas por repórteres do jornal Folha de S. Paulo, que instigava a participação de jovens jornalistas nessa produção sobre as periferias. Hospedado no portal digital do grupo, a Folha Online, o canal obteve tanto sucesso que possibilitou novas produções e o estabelecimento de parcerias com outras empresas de comunicação, além de entidades e atores sociais.

A parceria com a Folha dura até 2022, mas em 2015 a iniciativa já havia se organizado como agência de notícias, ganhando site próprio em 2018¹⁹. Além do portal oficial, o veículo tem perfis nas redes sociais Instagram, X.com, Facebook, LinkedIn e TikTok. Conta com equipe fixa, com cerca de 13 pessoas, e cerca de 60 Muralistas, como são chamados os jornalistas que cobrem as diversas áreas da Região Metropolitana de São Paulo, sendo remunerados parcialmente por isso.

Ainda segundo Rovida (2021, p. 16), o objetivo dos Muralistas é produzir narrativas jornalísticas sobre as periferias “a partir das múltiplas perspectivas e diversas vozes periféricas”, com as políticas editoriais do veículo sendo desenvolvidas segundo um compromisso assumido com o território e trabalhadas de acordo com interesses que estejam em evidência no conjunto de pessoas que produzem o espaço social compreendido como periferia.

¹⁸ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/institucional/nossa-historia/>. Acesso em: 20 maio 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.projetodraft.com/aqui-a-periferia-e-o-centro-do-negocio-como-a-agencia-mural-evoluio-de-blog-para-agencia-de-noticias/>. Acesso em: 20 maio 2024.

Os correspondentes, assim, “conseguem abranger uma área de cobertura que nenhum veículo, mesmo aqueles ligados a grandes corporações de mídia, alcança” (Rovida, 2021, p. 19).

No que diz respeito à recepção do veículo por seus leitores, de acordo com seu *mídia kit* publicado em setembro de 2023, 48% dos leitores da Agência Mural residem na RMSP, sendo 34% na capital e 14% em outros municípios, com destaque para Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André, Cotia e Barueri. Além disso, quanto à faixa etária, 51% dos leitores têm entre 18 e 34 anos de idade, reforçando a juventude como leitorado dominante.

Apesar de o documento não conter informações sobre a classe social à qual seus leitores pertencem, o público-alvo da Agência Mural é definido como jovens entre 15 e 34 anos pertencentes às classes C, D e E segundo a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que refletem, aliás, o perfil dos seus jornalistas.

Em julho de 2023, consultamos a seção institucional do site da Agência Mural e encontramos a Figura 5, que mostra onde os Muralistas residem. Na época, apenas 31 dos 96 distritos, ou pouco menos de um terço deles, contava com pelo menos um Muralista, o que mostra a dificuldade da cobertura das periferias da cidade, mesmo em movimentos com essa intenção. Observando a Figura 5 e comparando com um mapa disponível no relatório Mapa da Desigualdade de 2023 – com dados sobre os 96 distritos da capital –, conseguimos identificar quais eram esses distritos e cruzar com outros dados obtidos no mesmo relatório e, assim, construímos a Tabela 1.

Figura 5. Distribuição geográfica dos correspondentes da Agência Mural no município de São Paulo



Fonte: www.agenciamural.org.br/mural-institucional/. Acesso em: 18 jul. 2023.

Tabela 1. População e população jovem por distrito com Muralistas

Distrito	Pop. Total	Pop. Jovem	% Jovens	Distrito	Pop. Total	Pop. Jovem	% Jovens
<i>Campo Grande</i>	107036	36927	34,5	<i>Vila Medeiros</i>	123134	47407	38,5
<i>Campo Limpo</i>	230277	99019	43	<i>Vila Maria</i>	114080	46773	41
<i>Capão Redondo</i>	298611	134076	44,9	<i>Bela Vista</i>	73327	19945	27,2
<i>Cidade Dutra</i>	203791	84981	41,7	<i>E. Matarazzo</i>	119101	50142	42,1
<i>Grajaú</i>	392734	185763	47,3	<i>Itaquera</i>	212217	91253	43
<i>Jd. Ângela</i>	341881	163419	47,8	<i>São Miguel</i>	89023	38458	43,2
<i>Parelheiros</i>	155468	76801	49,4	<i>Vila Curuçá</i>	154155	68907	44,7
<i>Vila Andrade</i>	166004	72212	43,5	<i>Itaim Paulista</i>	236099	109078	46,2
<i>Jd. São Luís</i>	295722	128048	43,3	<i>Cidade Líder</i>	135923	56544	41,6
<i>Cid. Ademar</i>	287164	123481	43	<i>São Mateus</i>	155727	64782	41,6
<i>Anhanguera</i>	86020	39999	46,5	<i>Iguatemi</i>	151591	72915	48,1
<i>Perus</i>	90110	42442	47,1	<i>José Bonifácio</i>	137402	56747	41,3
<i>Pirituba</i>	171353	65457	38,2	<i>Guaianases</i>	110361	51428	46,6
<i>Brasilândia</i>	283658	133887	47,2	<i>C. Tiradentes</i>	237872	115368	48,5
<i>Cachoeirinha</i>	146866	64621	44	<i>R. Tavares</i>	107967	46534	43,1
<i>Jaçanã</i>	96176	38951	40,5	Total	5510850	2426427	44

Fonte: Rede Nossa São Paulo (RNSP) - Mapa da Desigualdade (2022).

Analisando os números, vemos que o percentual de jovens residentes nas áreas em que a Agência Mural conta com pelo menos um correspondente é de 44,03%. Como comparativo, a média do município de São Paulo é de 39,9%, e os índices dos seis distritos com menor percentual de habitantes na faixa etária de zero até 29 anos são, em ordem crescente: Consolação (22,7%), Jardim Paulista (24,3%), Pinheiros (25,5%), Vila Mariana (25,7%), Moema (26,4%) e Itaim Bibi (26,5%).

Ou seja, a juventude está muito mais representada nas regiões periféricas quando comparado proporcionalmente aos bairros mais nobres da capital. Ainda de acordo com o Mapa da Desigualdade, o número de 2,4 milhões de jovens paulistanos e periféricos que vivem na área de cobertura da Agência Mural representa uma parcela de 20,36% da população total do

município, o que expressa a relevância social das culturas juvenis periféricas e do presente projeto em termos quantitativos, além das questões sociais já discutidas.

Nesse sentido, podemos nos voltar também à questão da falta de representatividade das culturas juvenis periféricas no jornalismo tradicional brasileiro. Lilian Martins (2023) identificou em seu estudo sobre a Agência Mural que, enquanto apenas 29,9% dos jornalistas em atividade no Brasil se autodeclararam pretos ou pardos, o índice sobe para 60,8% se considerarmos apenas os 60 correspondentes da Agência, cujo processo seletivo é vinculado às pessoas de periferias.

Essa diferença é uma evidência de que as oportunidades no campo da comunicação no Brasil ainda são parcialmente interditas a determinados nichos sociais, como os grupos periféricos. Entre as possíveis causas, como já dito, podemos citar a falta de acesso ao ensino universitário, uma vez que, se há mais pessoas brancas graduadas em jornalismo, são elas que tendem a ocupar as vagas disponíveis e, assim, perpetuar o caráter hegemônico no que diz respeito às etnias.

Além disso, segundo o levantamento de Martins (2023), 23 dos 48 *webstories* produzidos pelo site até março de 2023 apresentaram temáticas relacionadas à identidade ou à representatividade negra na periferia. Os dados reforçam a proposta da Agência Mural enquanto veículo jornalístico contra-hegemônico, no sentido de oferecer aos leitores uma perspectiva a partir dos territórios periféricos e de afirmá-los como potência por meio dos movimentos de valorização de sua cultura.

Para compreender o que a pesquisa brasileira tem levantado sobre os processos de produção e recepção da Agência Mural, optamos por investigar o estado da arte em relação ao veículo paulista. Procuramos pelo nome da agência nos campos de busca dos bancos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – tanto no Catálogo de Teses e Dissertações quanto no portal de periódicos da rede CAFE –, na plataforma Redalyc²⁰ e nos bancos de teses e dissertações (repositórios) da USP, Unicamp e da PUC-Campinas, sempre com o termo “Agência Mural” entre aspas a fim de evitar resultados sem relação com nosso objeto de estudo.

Foram encontrados uma tese de doutorado, três dissertações de mestrado e três artigos, todos disponíveis publicamente, com a tese da jornalista e pesquisadora Patrícia Paixão Marcos (2021), já apresentada na seção anterior e discutida ao longo do presente trabalho. No que diz

²⁰ Redalyc é uma base de dados bibliográfica mantido pela Universidade Autônoma do Estado do México (UAEMEX) que reúne produções científicas de todas as áreas de conhecimento desenvolvidas na América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 18 maio 2024.

respeito às dissertações, duas delas foram apresentadas em Programas de Pós-Graduação da área da comunicação – “Formas de financiamento e sustentabilidade do jornalismo alternativo no ambiente digital: as experiências da Agência Mural e da Marco Zero”, de Geilson dos Santos Silva (2018), e “Traços de hegemonia no alternativo: o caso da Agência Mural”, de Caroline Pasternack dos Santos (2020) – e uma na área da sociologia política – “O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais”, de Luísa Tavares (2019).

Um elemento comum nas três dissertações de mestrado encontradas é a presença de entrevistas com membros da Agência Mural para a compreensão de seu funcionamento. Silva (2018) e Santos (2020) questionaram diferentes correspondentes sobre o caráter independente do veículo, uma vez que inicialmente o blog foi hospedado no site do jornal Folha de S.Paulo, o que poderia comprometer o seu caráter contra-hegemônico.

As respostas em ambos os casos foi a de que a iniciativa não partiu das diretorias do Grupo Folha, mas sim de dois jornalistas então colaboradores, Izabela Moi e Bruno Garcez, que perceberam a lacuna existente em relação às periferias na redação, “cujos trabalhadores provavelmente não residem nos bairros periféricos da Grande São Paulo” (Silva, 2018, p. 68), e mobilizaram jovens periféricos para escreverem naquele espaço. Ao abordarem diretamente os correspondentes do veículo, percebe-se ainda uma preocupação dos pesquisadores com a produção e a circulação da Mural.

Já em relação aos artigos encontrados em nossa busca, dois deles foram publicados na revista Rumores da USP: “Questões de gênero na cobertura da covid-19 pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias” (Lago; Nonato; Kazan, 2022) e “Em Quarentena – um podcast da Agência Mural de Jornalismo das Periferias” (Rovida, 2021). Um fator comum entre ambos, além da revista em que foram publicados, foi o estudo sobre os impactos da covid-19, tanto no conteúdo produzido pela Mural quanto no seu alcance.

Enquanto Rovida (2021) fez uma análise sobre os 40 primeiros episódios do podcast, criado em março de 2020 e que abordava as restrições impostas pela pandemia, Lago, Nonato e Kazan (2022) conduziram um estudo com as notícias publicadas no site. Entre as análises, percebeu-se um crescimento do público no primeiro ano de pandemia, visto que, devido à variedade da cobertura em 2020 (textos, vídeos, podcasts e imagens), “a Agência Mural teve um aumento significativo em seu número de audiência. Foram 413.507 visualizações de páginas em 2019, que atingiram 1.640.021 visualizações em 2020” (Lago; Nonato; Kazan, 2022, p. 230).

Ainda de acordo com a edição de 2023 do *mídia kit*²¹ da Agência Mural, o número de visualizações em 2022 ultrapassou a marca dos 2 milhões, o que mostra um crescimento menos acelerado quando comparado ao período pandêmico. O outro artigo localizado em nossas buscas foi publicado como uma efeméride dos 10 anos de estabelecimento da Agência Mural e teve autoria do jornalista Paulo Talarico (2021), um de seus fundadores, que contou sobre sua trajetória junto ao veículo.

Apesar de haver outras bases nas quais poderíamos procurar mais referências bibliográficas ou a possibilidade de trocarmos os termos de busca para temas mais abertos como “jornalismo periférico”, “juventudes e jornalismo” ou “juventudes periféricas”, consideramos que os resultados obtidos foram suficientes para abordarmos a literatura sobre a Agência Mural de acordo com nossos objetivos, uma vez que a quantidade de trabalhos sobre o veículo não é nosso interesse principal, mas sim a forma com a qual ele foi discutido por outros pesquisadores. Contudo, não encontramos pesquisas sobre consumo e recepção, o que pode configurar uma oportunidade no campo de estudos da comunicação.

²¹ Link já indicado na nota de rodapé número 8.

Capítulo 2

Juventudes e periferias: do estigma à potencialidade

As revistas, as revoltas, as conquistas da juventude são heranças, são motivos para as mudanças de atitude. Os discos, as danças, os riscos da juventude; a cara limpa e a roupa suja esperando que o tempo mude. Nessa terra de gigantes que trocam vidas por diamantes, a juventude é uma banda numa propaganda de refrigerantes.

Humberto Gessinger (1987)

2.1. Juventude no mundo ocidental: breve histórico

Neste capítulo, buscamos debater, com profundidade, as compreensões sociais sobre as juventudes, com foco nas periféricas, bem como suas relações com o jornalismo. Em primeiro lugar, é necessário entender que o modo como a sociedade ocidental compreende as juventudes na contemporaneidade é relativamente recente. Em seu livro “A história social da criança e da família”, Phillipe Ariès (1986) observa que a primeira representação artística de um jovem moderno como protagonista foi a ópera Siegfried, do compositor alemão Richard Wagner, composta em 1871. Para o historiador francês, a obra foi pioneira em exprimir “a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver” (Ariès, 1986, p. 46) e deu projeção às juventudes de maneira que elas passaram a ser um tema de preocupação entre moralistas e políticos da Europa Ocidental na época, no sentido de serem depositárias “de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada”²².

O conceito de juventude para a sociologia é o de um momento de transição no ciclo de vida, entre a infância e a maturidade, “em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos” (Abramo, 1997, p. 29). Por ser pensada como uma fase de desenvolvimento social e pessoal, na qual o indivíduo se constitui como sujeito livre e passa a desempenhar papéis para os quais se tornou apto, Abramo (1997) entende que a juventude é crucial não só para ele próprio, mas também para a manutenção da coesão social.

Por se apresentar como um tema de risco para a continuidade social, o jovem frequentemente passa a ser visto sob a ótica de uma problematização moral: “o foco real de

²² Cabe ressaltar que a menção à obra de Wagner é de caráter exclusivamente histórico e sobre suas competências no campo da música, repudiando o fato de o artista ter propagado ideais antisemitas ao longo de sua trajetória.

preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo – do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela” (Abramo, 1997, p. 29). Nesse sentido, a autora observa que, embora os jovens sejam depositários de diversas expectativas da sociedade, “eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros” (Abramo, 1997, p. 32).

Segundo Abramo (1997), a compreensão de que as pessoas dessa faixa etária representam a futura continuidade e coesão do tecido social, no sentido de preservar ordem e costumes já estabelecidos, é um dos motivos que despertam o interesse pelos estudos sobre essas populações. Na análise da autora, a ameaça à ordem pode ocorrer tanto em nível individual, quando “o jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social” (Abramo, 1997, p. 29), quanto em nível coletivo, quando “um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural” (Abramo, 1997, p.29).

Negligenciá-las pode ser um caminho para a ruptura civilizatória de uma sociedade e por isso busca-se prevenir ou mitigar quaisquer tipos de desvio em relação às condutas moral e legalmente previstas, sejam eles de ordem individual, sejam movimentos coletivos, os quais acabam por induzir debates sobre novas perspectivas. Ou, conforme explica Carrano (2012, p. 83), “as preocupações com a juventude se orientam em grande medida pela percepção de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens”.

Retomando as ideias de Pais (1990), entendemos os jovens como grupo heterogêneo, cujos integrantes se diferenciam entre si segundo critérios sociais e econômicos, como sexualidade, gênero, etnia, oportunidades de emprego, lugares em que habitam etc. Ainda nessa perspectiva das diversidades juvenis, o sociólogo português afirma que “não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados. A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias” (Pais, 1990, p. 151). Assim, Pais (1990) estabeleceu duas principais correntes em relação às teorias sociológicas das juventudes: a geracional e a classista.

Na corrente geracional, as experiências dos jovens são compartilhadas pelos outros da mesma geração que vivem em circunstâncias semelhantes. Segundo Pais (1990, p. 154),

“algumas perspectivas de vida seriam propriedade comum de todos os membros de uma geração, enquanto outras o seriam também de todas as gerações existentes numa dada estrutura social”. Nesse sentido, na corrente geracional os jovens podem ser lidos por meio de sua posição de aprendizes, de reprodutores da ordem social (que muitas vezes entram em conflito com esse movimento), que vivem em determinados contextos compartilhados.

Nessa visada, parte-se de noção tradicional de socialização, “tida como uma via de mão única, em que gerações adultas educam as novas gerações” (Groppo, 2017, p. 96). Alinhando-se em alguma medida a essa corrente, em nossa visão, Savegnago (2019, p. 195) define a juventude como “uma categoria com marcos variáveis de acordo com cada sociedade e, em cada momento histórico, cada geração traz marcas próprias dentro do seu contexto social”, embora entenda que o conceito de juventude não seja único nem estático.

Em relação a essa delimitação segundo a faixa etária, Groppo (2017) entende ser uma consequência “dos processos de cronologização e institucionalização do curso da vida” que fundamentaram o pensamento ocidental moderno e, conseqüentemente, as estruturas sociais. Nesse sentido o sociólogo explica que “cada categoria etária estaria ligada, ao menos como projeto civilizatório, a uma faixa etária legalmente definida e a uma determinada instituição social” (Groppo, 2017, p. 98). Assim, enquanto as infâncias e as juventudes marcariam a inserção da criança ou do jovem numa sociedade, por meio das escolas e outras instituições que formam o sujeito para o mercado de trabalho por exemplo, a fase adulta seria a integração do indivíduo ao mundo do trabalho.

Já no entendimento de Savegnago (2019) essa divisão das etapas da vida trata de uma “repartição de poderes”, uma vez que a fronteira entre as juventudes e o mundo adulto se constitui num objeto de disputas entre as gerações. Logo, a autora considera “a juventude enquanto uma categoria que se constrói no jogo de forças sociais dos diferentes grupos das sociedades” (Savegnago, 2019, p. 196). Ao terem o poder de definir as condutas dos indivíduos tomando a idade como parâmetro, Groppo (2017, p. 98) afirma ainda que as estruturas sociais do mundo moderno “não se caracterizam apenas pela urbanização, industrialização, mercantilização da vida e a estrutura de classes sociais, mas também pela estruturação supostamente rígida de faixas ou categorias etárias”.

Ainda dentro da corrente geracional, Pais (1990) observa que a idade atua como uma variável tão ou mais influente que outras dimensões socioeconômicas, já que nessa perspectiva as interações entre indivíduos de diferentes faixas etárias constroem os modos de as juventudes se verem e serem vistas; isto é, “as relações intergeracionais acabariam por refletir as

perspectivas que as diferentes gerações teriam ou não em comum” (Pais, 1990, p. 154). É nessas relações que são marcadas tanto a reprodução de aspectos já estabelecidos pelos adultos quanto a descontinuidade entre as gerações.

Todavia, a categorização das juventudes num determinado grupo etário que compartilha certa condição socio-histórica não significa que a corrente geracional não admita perspectivas de vida diferentes para jovens de uma mesma geração, dada a heterogeneidade existente nessa faixa etária conforme já discutido, na qual “haveria lugar para diferentes subculturas juvenis embora sempre entendidas como filiações da cultura juvenil” (Pais, 1990, p. 154). O autor português, no entanto, ressalta que a corrente sofre críticas por nem sempre levar essas diferentes condições em consideração, e tomar as juventudes como algo homogêneo.

A segunda corrente proposta por Pais (1990) no que diz respeito aos estudos sociológicos sobre as juventudes é a corrente classista, na qual elas consistem numa categoria que “é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais” (Pais, 1990, p. 157). Nesse sentido, as teorias alinhadas com a corrente classista tendem a ser mais críticas em relação à associação da juventude exclusivamente a uma “fase da vida”, entendendo-a como uma categoria heterogênea que tem como elemento comum, entre suas subcategorias, o fato de ser dominada por “relações de classe”. Assim, a transição das juventudes para a fase adulta é sempre pautada por mecanismos de reprodução classista, como a divisão sexista do trabalho e, por isso, todas as culturas juvenis também “são sempre culturas de classes” (Pais, 1990, p. 157).

De acordo com o entendimento de Sabrina Savegnago (2019, p. 196) sobre a corrente classista, são quatro as variáveis principais que permitem “compreender e descrever a heterogeneidade e as especificidades das juventudes”: escolaridade, gênero, local de origem e status socioeconômico. No que diz respeito ao gênero, a pesquisadora em psicologia destaca a necessidade de, ao conceituarmos as juventudes, incluirmos “os confrontos e as possíveis resistências ou desvios em relação ao que a sociedade compreende como trajetória ideal para os homens, que se diferencia da trajetória indicada para as mulheres” (Savegnago, 2019, p. 196).

Em relação à variável escolaridade, Savegnago (2019) a entende como um marcador de diferenças no que diz respeito à exclusão ou inclusão dos sujeitos em certos segmentos sociais, uma vez que as oportunidades geralmente estão diretamente associadas à qualificação do ensino. Ou, nas palavras da professora, “é preciso considerar o contexto escolar dos jovens na compreensão da estrutura de emprego que se oferece a eles” (Savegnago, 2019, p. 196). A função da escola enquanto principal instituição disciplinadora dos jovens segundo o

pensamento foucaultiano teve início na transição entre os séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental (Groppo, 2017, p. 99).

Foi nesse período que se estabeleceu a regularização do ciclo anual das promoções, uma vez que, de acordo com Ariès (1986), até então as salas de aula eram compostas por jovens alunos de diversas faixas etárias. O novo modelo de ensino, junto ao desenvolvimento de novas pedagogias, permitiu a “fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre a idade e a classe. Os mestres se habituaram então a compor suas classes em função da idade dos alunos” (Ariès, 1986, p. 177).

Ainda no critério da escolaridade estabelecido por Savegnago (2019), mas já permeando as outras variáveis por ela definidas, Luís Antônio Groppo (2017, p. 99) observa que a escolarização é um processo que sempre começa nas elites – independente se o nível é primário, secundário ou superior – para depois chegar à pequena burguesia e classes médias e, por último, “de modo bem mais precário, mais restrito e menos definitivo, para as classes trabalhadoras”.

Além disso, de acordo com a análise do sociólogo, existe uma lógica de expansão segundo alguns eixos geográficos e econômicos, como “da cidade para o campo, do Ocidente ao Oriente, do Norte ao Sul” (Groppo, 2017, p. 99), ou seja, das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, tanto em perspectivas locais quanto no global. Assim, em relação ao local de moradia, Savegnago (2019, p. 196) considera que a condição rural ou urbana também é uma dimensão que “deve ser levada em consideração, sobretudo em pesquisas, pois marca profundamente as vivências do jovem”.

No que diz respeito à variável classe social ou nível socioeconômico, Savegnago (2019, p. 196) alerta para questões além das condições financeiras e acesso a recursos materiais, como as relações parentais que configuram “desde muito cedo imagens e expectativas em relação ao mundo”. Na próxima seção deste trabalho, estudaremos as juventudes periféricas nas metrópoles brasileiras e aprofundaremos a discussão sobre a variável classe social.

Sobre as correntes geracional e classista de acordo com a classificação proposta por Pais (1990), vimos que, apesar das diferentes abordagens, em ambas as culturas juvenis aparecem associadas a uma cultura dominante já estabelecida. Partindo do fato de que na corrente geracional a figura da cultura dominante são as gerações mais velhas e que na corrente classista, como o próprio nome sugere, as juventudes são envolvidas por marcadores de classe, Pais (1990) conclui que as culturas juvenis “aparecem subordinadas a uma rede de ‘determinismos’ que, estruturalmente, se veiculariam entre ‘cultura dominante’ e ‘subculturas’” (Pais, 1990, p. 160).

O processo de libertação das subculturas dessa rede de determinismos sob a perspectiva da corrente geracional, conforme explica Pais (1990, p. 160), se dá por meio do estabelecimento de relações de natureza divergentes, isto é, elas passariam a ser “funcionalmente entendidas como culturas ‘desviantes’ relativamente à cultura dominante das gerações mais velhas”. Como exemplos, o sociólogo português menciona a delinquência juvenil e outras expressões da cultura juvenil, que surgem como “efeito da crise, da anomia, das frustrações e tensões próprias de uma fase de vida caracterizada por uma relativa indeterminação de estatuto” (Pais, 1990, p. 161).

Dialogando com a corrente classista, ao nosso ver, Savegnago (2019, p. 197) destaca “a existência de discursos sociais sobre os jovens e a juventude que ressaltam e valorizam alguns aspectos em detrimento de outros”. Para a pesquisadora, esses discursos baseiam-se em perspectivas homogeneizadoras que constroem estereótipos do que seria um jovem ideal, normalmente correspondendo a características daqueles das classes médias e altas.

Corroborando tal pensamento, Pais (1990, p. 161) menciona que os trabalhos influenciados pela corrente classista normalmente têm interesse nos efeitos resultantes da “dialética entre ‘cultura dominante’ e ‘cultura dominada’ e na análise das instituições sociais que (como a escola) transmitem e reproduzem a cultura dominante na sua forma hegemônica”. Em relação à hegemonia, Savegnago (2019, p. 197) observa ainda que os discursos sobre os jovens frequentemente “se apoiam em representações que foram produzidas pelo próprio pensamento acadêmico”, as quais são propagadas por setores como agentes culturais, atores políticos e pelos meios de comunicação tradicionais.

Entretanto, alguns autores atentam para certas transformações sociais na contemporaneidade que vêm influenciando os próprios estudos sociológicos sobre as juventudes. Carrano (2012) explica que, para além das temáticas mais generalistas como a inserção na vida adulta ou a continuidade social, outros aspectos específicos, como a relação com as famílias, com a educação e com as novas tecnologias, vêm ganhando espaço no debate sobre as questões juvenis.

Para o autor, “uma das características de nossas sociedades contemporâneas está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem nas esferas da produção e reprodução da vida social” (Carrano, 2012, p. 85) e, nesse processo, os jovens acabam ora por serem protagonistas das mudanças, ora vítimas, uma vez que essas transformações podem vir a gerar novas contradições e desigualdades sociais.

Nesse sentido, Groppo (2017) escreve sobre a existência de um movimento de implosão em relação a alguns paradigmas estabelecidos pela sociologia clássica, os quais incluem a sociologia da juventude. Para o autor, essa implosão ocorre porque, um a um, os elementos tradicionais das concepções sociológicas de juventude são colocados em causa, como “a transição linear da juventude à idade adulta e a socialização como obra das gerações mais velhas que integra o sujeito jovem em uma estrutura social consolidada” (Groppo, 2017, p. 93).

Uma das características do movimento seria a ruptura da noção de totalidade, isto é, “contesta-se a possibilidade de conceber a realidade social como um todo, um sistema, mesmo que contraditório” (Groppo, 2017, p. 96). Nesse sentido, as pessoas não mais estabelecem uma sociedade unitária, circulando entre diferentes grupos e “assumindo e recriando papéis em diversos momentos do dia, do ano e da vida” e, por isso, já não existe mais uma integração a realizar, mas sim uma série de redes e fluxos de pessoas dotadas de diversas identidades fluidas e transitórias (Groppo, 2017, p. 96). Ainda de acordo Carrano (2012, p. 86) a aceleração do tempo seria um fator responsável por essas transformações, que geram um cenário de “riscos e incertezas de um processo de globalização marcado pela desigualdade de oportunidades e pela fragilização dos vínculos institucionais”.

Nesse sentido, alguns dos fatores que levaram às mudanças de paradigmas são elencados por Held (1989) e incluem as alterações no mercado de trabalho (uma vez que a implementação de novas tecnologias e a acelerada obsolescência das antigas acabam por quebrar a relação entre carreiras e grupos etários), mas também a flexibilização na constituição das famílias, com variações nas idades em que as pessoas se casam e têm filhos, indicando uma dissociação entre faixas etárias e as obrigações familiares tradicionalmente vinculadas a elas – casar antes dos 30 ou ser pai ou mãe antes dos 35 anos de idade, por exemplo, um pensamento comum do jovem brasileiro até a década de 90 e que já não se aplica atualmente. Vê-se assim as juventudes diante de novos modos de vida, “apresentadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico e novos padrões culturais nos relacionamentos entre as gerações” (Carrano, 2012, p. 86). Essas mudanças envolvem também a condição juvenil periférica, como veremos a seguir.

2.2. Juventudes periféricas: subalternização e resistência

Quando voltamos o olhar para as juventudes das periferias das grandes metrópoles no Brasil, além dos desvios em relação aos comportamentos já estabelecidos pelas gerações mais velhas, há também aqueles vinculados aos estereótipos de classes sociais. No capítulo anterior vimos que as grandes cidades da América Latina se estruturaram segundo uma lógica elitista

que estabeleceu que os bairros nobres e adjacências – majoritariamente ocupados por pessoas de cor branca – devem concentrar os investimentos tanto da iniciativa privada (como lojas, escolas e clínicas médicas particulares) quanto da esfera pública (como parques, cemitérios e outros equipamentos), facilitando o acesso dessa população aos serviços básicos. Em contraste, a população periférica, essa bem mais diversificada em termos étnicos, tem de enfrentar desafios como os deslocamentos entre moradia e trabalho, já que, como dito, o mercado produtivo se concentra nas áreas centrais da cidade (Villaça, 2011, p. 52).

A busca desta pesquisa por entender os sentidos criados por jovens periféricos no consumo noticioso produzido e veiculado por jornalistas que compartilham com eles as mesmas origens geográficas e experiências cotidianas se fundamenta no fato de que o contexto sociocultural e o território em que esses jovens estão inseridos influenciam diretamente na construção de suas subjetividades.

A construção identitária por meio de questões intrinsecamente coletivas é um fato que transcende a noção da individualidade por meio do sentido de pertencimento a um grupo ou território, o que pode ser deduzido nas palavras de Lúcia Rabello de Castro (2016, p. 81) ao explicar que “diferentemente das identificações que promovem os interesses individuais e a própria sobrevivência, outras identificações levam os indivíduos a se importarem com os destinos dos grupos sociais a que pertencem e com os modos de convivência que aí se estabelecem”. Partindo dessa ideia, enxergamos a relevância de investigar as culturas juvenis periféricas enquanto modos de vivência nas periferias e as preocupações desses jovens em relação aos territórios nos quais habitam.

Nesse sentido, o fato de o Brasil ser um “país que carrega uma herança cultural de quase 400 anos de escravidão dos negros e um processo de modernização que acumulou uma dívida social cujas cifras são assustadoras” (Castro, 2008, p. 255) e historicamente incapaz de implantar políticas públicas fundamentadas nos direitos universais reais, como a educação, faz com que existam dificuldades na transição dos jovens como responsáveis pela coletividade.

O fato de os espaços urbanos terem sido estruturados de maneira a segregar diferentes classes sociais, escancarando o “fosso abismal entre as elites e o enorme contingente de pobres e miseráveis” (Castro, 2008, p. 255), acabou por constituir um cenário singular que dificulta um senso de pertencimento comum entre os jovens, pois torna-se um exercício complexo enxergar pessoas em realidades econômicas tão distintas como parte de sua própria sociedade. Ainda segundo Lúcia Rabello de Castro (2008, p. 255), essa situação é um dos fatores que potencialmente impactam nos processos de subjetivação de crianças e jovens pobres, uma vez

que “corre-se o risco de naturalizar-se o arbítrio humano, de habituar-se com as desigualdades e com o mal-estar que elas causam”.

De fato, a condição juvenil na sociedade brasileira sempre foi estabelecida de acordo com a perspectiva dos jovens de classe média e alta que tinham acesso às escolas, sendo apenas as vivências dessa categoria que constituíam e representavam o padrão ideal de juventude (Abramo, 2005). A preocupação social com os jovens não pertencentes às classes citadas só tem início na década de 80, período em que eles passam a ser associados à violência urbana em países da América Latina como Colômbia e México e por ela responsabilizados (Reguillo, 2003, p. 115), momento em que passam a ser considerados como protagonistas da insegurança nas cidades. Se por um lado a rebeldia indica a não conformidade do jovem com a sociedade em que vive e a busca pela resistência e por romper com a ordem instituída, por outro desperta preconceitos em relação a esses sujeitos ao imputá-los comportamentos emocionais desequilibrados, como a violência e a agressividade.

De acordo com Savegnago (2019, p. 206), o comportamento “contestador e desordeiro dos jovens começou a ser temido e associado principalmente aos jovens operários”, no início do século XX; portanto a discriminação de acordo com a classe social é um fenômeno presente desde quando os ideais de juventude ainda começavam a ser definidos.

A narrativa da insegurança a partir desses trabalhadores, aqueles que ocupam um posto mais baixo na esfera produtiva, tem em suas entrelinhas o fato de justificar um maior controle social sobre essas massas, por meio de mecanismos como a vigilância e a repressão, para que se mantenham submissas às classes burguesas, tidas como referência a ser seguida.

No que diz respeito aos jovens das periferias, as vivências na cidade podem estigmatizá-los, uma vez que, segundo Renata d’Azevedo Ramos (2018, p. 27), são “muitas vezes desacreditados em nome de uma racionalidade preconceituosa que tende ao enquadramento e à normatização”, na busca pelo controle e repressão. De acordo com a autora, o próprio uso do termo jovem de periferia contribui para esse estigma, uma vez que, ao chamar a atenção para a qualidade específica de periférico, “afasta aqueles que ele encontra, destruindo muitas vezes a chance de conhecimento de seus outros atributos” (Ramos, 2018, p. 27).

Esse afastamento tem origem no pensamento geral de que o jovem periférico é um ser humano de menor valor (já que se afasta dos padrões burgueses e a eles deve obediência), o que acaba por justificar as discriminações que lhes são impostas e assim, “efetivamente e de forma quase natural, reduzem-se suas chances de vida” (Ramos, 2018, p. 27). Em relação a esse indivíduo estigmatizado, uma vez que todo o pensamento hegemônico que o cerca é construído

de maneira a suprimir sua existência, ele passa a concordar com as crenças gerais sobre sua identidade e aceitar os discursos de que ele não se encaixa nos modelos de referência, segundo os padrões sociais que ele incorporou. Ou seja, tende a imaginar-se como detentor de determinados atributos considerados indesejáveis. Por isso, ele percebe que os outros frequentemente “não o aceitam e não se dispõem a manter com ele uma relação em bases igualitárias” (Ramos, 2018, p. 28), pois o enxergam como alguém de menor valor.

Se olhar para si próprio como sujeito impuro – fora do que é normatizado socialmente – pode despertar um sentimento de negação e a busca por se adequar aos padrões, por outro lado podemos pensar que é justamente na afirmação das diferenças que se estabelecem as identidades (Woodward, 2011, p. 9). Essa segunda possibilidade faz ainda mais sentido quando falamos das juventudes, categorias marcadas pelo fato de poderem apresentar perfil de resistência ante culturas já estabelecidas, conforme vimos na seção anterior.

Um dos elementos de integração nas periferias que já abordamos anteriormente neste trabalho (D’Andrea, 2013) é a arte, por meio de coletivos artísticos e outros movimentos. A música, a dança e outras formas de expressão, segundo Juarez Dayrell (2007, p. 1109), “têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar ideias”. Nesse sentido, a cultura surge como uma forma de os jovens demarcarem certas identidades e culturas juvenis, ao abrir espaço para “práticas, representações, símbolos e rituais”.

Apesar de a explosão artística nas periferias da Grande São Paulo ter raízes sociais no movimento de valorização desses territórios, no final dos anos 90, D’Andrea (2013, p. 184) explica que muito antes diversos gêneros musicais já reverberavam em eventos nas periferias, como o baião, o forró e o sertanejo (dos quais, podemos imaginar, os jovens também faziam parte).

Essas atividades não somente socializam, mas também são responsáveis por criar um sentimento de pertença ou, nas palavras de Dayrell (2007, p. 1110), “para esses jovens, destituídos por experiências sociais que lhes impõem uma identidade subalterna, o grupo cultural é um dos poucos espaços de construção de uma autoestima”. Ou seja, são nesses espaços que o jovem periférico consegue se reconhecer como sujeito digno de direito, fato recorrentemente negado por parcelas dominantes da sociedade.

No que diz respeito aos motivos pelos quais as pessoas passam a investir em expressar suas identidades, Kathryn Woodward (2011, p. 12) descreveu que “a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo

identitário”. No caso das juventudes das periferias, os sentidos atribuídos ao lugar onde vivem também integram as suas identidades, segundo entendimento de Dayrell (2007).

A periferia para esses jovens não tem apenas a função de residência, “mas surge como um lugar de interações afetivas e simbólicas” e, portanto, a rua, a praça, o barzinho, se tornam “o lugar privilegiado da sociabilidade ou, mesmo, o palco para a expressão da cultura que elaboram, numa reinvenção do espaço” (Dayrell, 2007, p. 1112). Ainda segundo Woodward (2011, p. 13), “se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”. Logo, essa reinvenção do espaço pode ser interpretada como um caráter de resistência dos jovens periféricos, uma vez que buscam dar novos significados a si próprios e a esses lugares estigmatizados historicamente.

2.3. Juventudes e o consumo de jornalismo

Na presente seção, iremos abordar as juventudes brasileiras no que se refere aos seus hábitos de consumo de notícias na contemporaneidade. Javorski et al. (2022, p. 146) descrevem a existência de uma relação paradoxal do jovem com a mídia, “visto que a cultura midiática apresenta aos jovens o mundo, opções e variedades de escolha, no entanto o que prevalece são os modelos produzidos pela massa midiática”. Para os autores, “as revistas, programas de televisão, novelas, jornais e outros meios midiáticos [hegemônicos] induzem os jovens a viverem suas vidas conforme o que é reproduzido por esses mecanismos de comunicação” (Javorski et al., 2022, p. 145-146).

Se por um lado existe essa perspectiva de que a mídia hegemônica influencia as vivências do jovem, há que se compreender os motivos pelos quais o jovem procura e consome esses veículos de informação – com destaque para as redes sociais digitais. Para além do entretenimento, Javorski et al. (2022, p. 145) observam que “as buscas feitas pelos jovens nas mídias sociais, os anúncios [a] que assistem e os produtos que consomem são formas de reafirmarem suas personalidades, de descobrirem seus gostos e se encaixarem em grupos de pessoas conforme o que lhes interessam”. Ou seja, nessa dinâmica de consumo do jovem em relação os veículos de comunicação de massa, notam-se elementos importantes de formação de identidade e de constituição de pares.

A fim de estudar essa relação entre o jovem brasileiro com o consumo noticioso, procuramos por trabalhos que abordam a temática. Carla Baiense Félix, Larissa Mendes e Helen Fontes (2018) analisaram uma amostragem de 100 estudantes de 18 a 23 anos, divididos em

dois grupos distintos: alunos do curso de comunicação social com habilitação em jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e estudantes de um curso pré-vestibular popular. Apesar de o estudo envolver uma região metropolitana diferente da nossa pesquisa (a Grande Rio) e, portanto, as dinâmicas de ocupação territorial não serem necessariamente as mesmas da RMSP, as autoras observam que os locais de moradia dos diferentes grupos de entrevistados “reforçam as diferenças socioeconômicas” (Félix; Mendes; Fontes, 2018, p. 25).

Enquanto a amostragem dos universitários da UFF se distribuiu “entre os bairros do Rio de Janeiro e de Niterói, sendo que entre esses predominam os das áreas mais nobres da cidade” (Félix; Mendes; Fontes, 2018, p. 25), o grupo dos alunos pré-vestibulandos é majoritariamente composto por moradores de bairros periféricos de Niterói e municípios vizinhos. Diante de tal distinção, procuramos focar nossas análises no grupo dos pré-vestibulandos, dada sua maior proximidade com a nossa pesquisa, a qual envolve as culturas juvenis periféricas.

Em relação à forma como a notícia é consumida, a preferência maior dos pré-vestibulandos foi pelo texto, citado por 85,7% dos entrevistados, seguido por fotos e vídeos (61,2%), multimídia (26,5%) e infografias (14,3%). Os valores ficaram próximos em relação aos percentuais dos graduandos em jornalismo da UFF, resultados que de certa forma surpreenderam as autoras ante o cenário de imersão no ambiente digital: “não podemos determinar as causas para a predileção dos jovens por esse formato, mas é possível relacionar tal preferência com o capital simbólico das empresas de comunicação, sobretudo com a tradição dos jornais impressos” (Félix; Mendes; Fontes, 2018, p. 25). Ou seja, “texto” aqui se traduz em reportagens ou postagens em redes sociais nesse modelo. Todavia, as autoras explicam que essa preferência não está associada ao consumo de impressos como jornais e revistas.

Ainda no que diz respeito à relação dos estudantes do curso pré-vestibular com os formatos tradicionais, embora o índice de assinaturas de TV e jornal seja muito baixo, não há nenhum indicativo de que houve uma diminuição desse número ou até mesmo uma migração de assinaturas para as plataformas digitais. No caso dos jornais, as autoras acreditam que “seja mesmo um hábito cultural: o baixo índice de leitura ou a compra de exemplares avulsos – uma vez que a venda de jornais populares se dá em bancas, não por assinatura – não é um fenômeno novo, mas, ao contrário, aponta para uma continuidade” (Félix; Mendes; Fontes, 2018, p. 28).

Sobre o consumo noticioso por meio das redes sociais, 38,8% dos entrevistados pré-vestibulandos não compartilham notícias nessas plataformas. Entre os que compartilham, 32,7% o fazem a partir de portais noticiosos, 24,95% a partir de sites e 26,5% fazem isso com conteúdos que aparecem em suas *timelines*. Na análise das autoras, “as redes sociais são quase

sempre a porta de entrada a partir da qual os jovens ingressam no universo noticioso” (Félix; Mendes; Fontes, 2018, p. 27), tendo elas uma importância estratégica para os grandes grupos midiáticos. Por outro lado, a confiança que os jovens depositam em seus conteúdos mostra o poder simbólico desses veículos de comunicação em suas produções noticiosas.

A confiabilidade dos veículos de imprensa tradicionais e o uso das redes sociais como plataforma de acesso a eles também foram constatados na pesquisa de Javorski et al. (2022), cujo grupo de entrevistados consistiu numa amostra de 79 jovens entre 15 e 24 anos, residentes em 4 municípios paraenses considerados desertos ou quase desertos de notícias: Rondon do Pará, Novo Repartimento (ambos num raio de 180 km desde a cidade de Marabá), Bagre (localizado no arquipélago do Marajó) e Capanema (a 150 km da capital Belém), todos com população entre 30 e 70 mil habitantes (Javorski et al., 2022, p. 143-144).

Os resultados mostraram que o consumo de notícias é majoritariamente pela internet (78,2%), seguido pela televisão (61,5%), enquanto o rádio (11,5%) e o impresso (3,8%) foram os menos citados. Dos 79 entrevistados, 20 afirmaram ter pelo menos um aplicativo de portais de notícias instalado em seus celulares, sendo g1, CNN Brasil e UOL os mais acessados. Em relação ao jornalismo nas redes sociais, metade dos participantes afirmou seguir perfis de veículos de imprensa tradicionais como os citados. As plataformas mais mencionadas foram Instagram (89,7%), Facebook (67,9%) e Twitter (30,8%) (Javorski et al., 2022, p. 150-151).

Já no que se refere ao consumo de informações locais, uma vez que um dos focos da pesquisa foi a juventude nos desertos de notícias no estado do Pará, 78,9% afirmaram se informar sobre suas cidades por meio das redes sociais, 57,9% citaram grupos de WhatsApp e 23,7% acessam notícias locais em sites e blogs. Além disso, 40% afirmaram seguir os perfis oficiais das respectivas prefeituras e outros 30% seguem influenciadores sociais, seja nas redes sociais, seja por meio de seus blogs (Javorski et al., 2002, p. 153).

Uma característica das redes sociais, de acordo com Egle Spinelli e André Carbone (2023), é a tendência de elas direcionarem o consumo do internauta, “já que os resultados personalizados de buscas apresentam *links* em que o usuário tem mais chances de clicar, pois são baseados nas interações passadas que mapeiam as preferências, comportamentos e valores coletados pelas plataformas digitais” (Spinelli; Carbone, 2023, p. 129). Nesse sentido, Doretto (2019, p. 69) observa que plataformas como mecanismos de busca e redes sociais seguem “uma lógica algorítmica restritiva, pois nos entrega determinados conteúdos, mas não nos permite enxergar outros – sem deixar transparente os processos de escolha”.

Todavia, Spinelli e Carbone (2023) observam ainda que os algoritmos das redes sociais não são os únicos elementos direcionadores do consumo noticioso desses jovens. Os autores apontam aplicativos como o WhatsApp, que, apesar de não sofrerem “influência de atividades algorítmicas sobre o conteúdo compartilhado pelos participantes” (Spinelli; Carbone, 2023, p. 129), apresentam lógicas de distribuição também sujeitas a influência dos usuários. Nessa plataforma, o conteúdo noticioso compartilhado é aquele que interessa ao grupo e por ele é validado. Nesse sentido, o estudo alerta para a facilidade de disseminação de informações falsas nesse tipo de ambiente, uma vez que não há nenhum tipo de filtro ou checagem exterior ao grupo.

Outra pesquisa envolvendo o consumo de notícias locais foi o estudo de Ângela de Moraes e Liliane Machado (2018), que investigaram os hábitos de 283 jovens universitários moradores da Grande Goiânia, entre 17 e 29 anos de idade. Enquanto 57,5% dos entrevistados acessam muito e apenas 2,5% não acessam as notícias de âmbito nacional, no comparativo com as notícias locais 45% afirmaram acessar muito e 12,5% não acessam (Moraes; Machado, 2018, p. 59). Os percentuais indicam que o conteúdo veiculado nacionalmente desperta maior interesse dos participantes da pesquisa em relação às notícias locais.

Na visão das autoras, uma das possíveis justificativas para essa falta de interesse é a desconfiança em relação à independência política do jornalismo goiano, visto que “sua capacidade de distanciamento ideológico partidário, mesmo em circunstâncias de mero relato dos fatos, não é percebida de forma positiva pelos entrevistados” (Moraes; Machado, 2018, p. 62). Essa percepção existe devido à alta dependência dos veículos de imprensa goianos em relação às “verbas publicitárias governamentais, aumentando a visibilidade das imagens e discursos dos núcleos de poder” (Moraes; Machado, 2018, p. 63). Como resultado, as autoras afirmam ainda que os jornais acabam priorizando a cobertura de temas como infraestrutura urbana na Grande Goiânia. Isso mostra ainda, em nossa percepção, que as notícias nacionais parecem também estar mais presentes na cena midiática do Estado do que as locais.

Em relação ao consumo midiático de adolescentes da Grande São Paulo, Juliana Doretto (2019) realizou grupos focais com estudantes periféricos de ensino médio entre 13 e 17 anos. Apesar de não ser a faixa etária que corresponde ao público da Agência Mural, trazemos este trabalho para a revisão devido ao foco exclusivo na juventude periférica. Para a autora, “essa faixa populacional é não apenas distante da produção noticiosa profissional, mas também bastante crítica em relação a ela” (Doretto, 2019, p. 67). Esse distanciamento tem três motivos principais: o fato de que os temas abordados nos textos jornalísticos não interessam aos jovens;

o sensacionalismo e a repetição dos temas presentes nas reportagens; e a falta de clareza ou de didática em temas de seu interesse, como “a cobertura de fatos importantes do cenário socioeconômico mundial e nacional” (Doretto, 2019, p. 67).

No que diz respeito aos temas abordados pelos textos jornalísticos, em sua dissertação de mestrado – a qual envolveu entrevistas em grupo focal com estudantes de uma escola estadual em Guarulhos (SP), também em bairro periférico –, Camila Silva (2019) identificou um “interesse seletivo pelas notícias” por parte dos jovens, com predominância da preferência por esportes para aqueles de gênero masculino e, “entre as meninas, os destaques foram para as notícias sobre política e para assuntos que retratavam boas ações realizadas por pessoas comuns ou celebridades” (Silva, 2019, p. 97).

Já em relação ao sensacionalismo, a violência e as tragédias são temas de que os jovens não gostam nas notícias porque, em sua visão, os desastres veiculados em demasia não contribuem para informar ou atualizar as pessoas, além do fato de que o “excesso de notícias violentas acaba prejudicando a imagem das comunidades mais carentes, como é o caso do bairro em que eles estudam” (Silva, 2019, p. 97). Ainda nessa discussão, na já mencionada tese de doutorado de Marli Vitali (2022), a qual contou com a participação de 104 jovens entre 13 e 27 anos de idade moradores de zonas periféricas de Criciúma (SC), a autora observa que “há uma diferença entre o que eles gostam de ver e o que encontram sobre suas comunidades nos meios de comunicação” (Vitali, 2022, p. 132).

A partir de um questionário, a autora concluiu que os temas preferidos desses jovens incluem os *games* e outros tipos de entretenimento como cinema e novelas, com mais de 40% das respostas, enquanto assuntos pertinentes à área policial contavam com 17% da preferência dos participantes. Entretanto, quando questionados sobre temas recorrentes na mídia a respeito dos locais onde moram, 60% mencionaram “situações que envolvem as forças de segurança ou que trazem algum problema que afeta as famílias” (Vitali, 2022, p. 132).

Apesar da tendência do consumo midiático dos jovens ser por meio das redes sociais, os trabalhos analisados mostraram que ainda existe a confiança dos entrevistados nos veículos de comunicação tradicionais, oriundos do impresso, rádio ou TV. Cabe ressaltar que, além do universo amostral ser reduzido, muitos participantes pertencem a grupos de estudantes, uma vez que foram acessados por pesquisadores e estudiosos do campo da comunicação nas escolas. Em outras realidades juvenis, as rotinas de consumo e a confiabilidade da imprensa podem divergir dos resultados aqui apresentados.

No que diz respeito ao consumo local, observamos três cenários distintos: o deserto de notícias em municípios paraenses no artigo de Javorski et al. (2022), onde influenciadores digitais e grupos de WhatsApp ocupam as funções dos veículos na criação de conteúdo sobre as regiões; a falta de representações midiáticas mais complexas sobre algumas comunidades periféricas de Criciúma (SC), como descrito na tese de Vitali (2022); e a desconfiança sobre a independência política no caso dos veículos goianos (Moraes; Machado, 2018). Apesar da diferença entre as perspectivas sobre o jornalismo local nos exemplos citados, um denominador comum é a compreensão desses jovens de que esses veículos, quando existem, não despertam neles um sentido de comunidade nem estimulam sensações de pertencimento.

Capítulo 3

As entrevistas em profundidade: o que dizem os leitores da Agência Mural

No que se refere à pesquisa de comunidades, grupos e regiões, só o conhecimento local desses níveis pode fazer surgir uma proposta de desenvolvimento. Principalmente porque os principais agentes dessa mudança deverão ser os próprios protagonistas da ação e não os comunicadores, agentes externos que impõem as soluções.

Cremilda Medina (1988)

3.1. O percurso metodológico

Conforme apresentamos na seção introdutória, o presente trabalho consiste num estudo sobre o consumo midiático de jovens periféricos e, para tanto, lançamos mão das entrevistas em profundidade do tipo semiaberta. Neste capítulo, retomaremos alguns conceitos em relação ao método e suas análises, de maneira a justificarmos as nossas escolhas metodológicas. Em seguida, descreveremos o nosso percurso até chegarmos às entrevistas, trazendo os critérios de seleção dos participantes, uma breve apresentação deles e as formas de abordagem que utilizamos nas conversas. Por fim, passaremos para as análises das entrevistas realizadas.

De acordo com Duarte (2009, p. 66) as entrevistas em profundidade têm “origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”. O roteiro deve conter uma lista de perguntas, a qual deve ser produzida a partir do problema de pesquisa e buscar tratar o tema com amplitude, “apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível” (Duarte, 2009, p. 66).

Apesar de o pesquisador definir elementos como as questões, a ordem e maneira como serão apresentadas, “a entrevista é conduzida em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento” (Duarte, 2009, p. 66). Ainda nesse sentido, Cremilda Medina (2011) observa o potencial do método quando encarado pelo jornalista (mas aqui acrescentamos também o pesquisador) para além da perspectiva de uma técnica, a qual se mostra “fria nas relações entrevistado – entrevistador” (Medina, 2011, p. 6).

Para a autora, embora as entrevistas possam ser utilizadas como uma “ferramenta” para colher respostas pautadas pelo questionário, é somente pela via do diálogo que elas de fato podem constituir num “braço da comunicação humana”. Ou, segundo suas palavras: “se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo” (Medina, 2011, p. 6).

Essa possibilidade de construir um diálogo com os participantes, jovens leitores da Agência Mural, e entender suas rotinas de consumo noticioso e os sentidos sobre as periferias por eles construídos no contato com o material do veículo foi o fator determinante para escolhermos a entrevista em profundidade como método de coleta de dados para a nossa pesquisa. Também de acordo com Medina (2011, p. 7), “a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”.

Nossa ideia inicial era entrevistar entre seis e oito participantes, número considerado satisfatório por nós no sentido de obter respostas sem que houvesse demasiadas redundâncias entre elas e no tempo disponível para a investigação. Contudo, ao concluirmos a oitava entrevista, em agosto de 2024, como ainda havia a possibilidade de travarmos novos encontros, continuamos a buscar entrevistados. Mas, dada a dificuldade de encontrarmos outros interessados em participar, conseguimos realizar apenas mais uma entrevista, fechando o número final em nove, em respeito ao cronograma definido para a pesquisa.

Em relação ao formato, sempre deixamos claro aos interessados a nossa preferência por fazer a entrevista de maneira presencial, num ambiente por eles escolhidos, mas abrimos também a possibilidade de encontros virtuais. Em virtude da disponibilidade e das agendas individuais de cada um, a maioria (seis dos nove entrevistados) optou por fazer remotamente em dias de semana, por meio da plataforma Microsoft Teams. A liberdade dada aos participantes, além de deixá-los mais confortáveis, foi motivada por uma orientação de Duarte (2009, p. 71): “o informante deve ser estimulado a escolher o local e o horário. É sempre possível negociar, mas é fundamental atender às condições do entrevistado”.

Entre os dias 11 e 13 de julho de 2024, conseguimos agendar três entrevistas presenciais, todas na RMSP. Porém na véspera das entrevistas, duas pessoas acabaram desistindo de participar e só conduzimos uma conversa. Essa experiência frustrada fez com que mudássemos a estratégia em relação às presenciais: nas entrevistas marcadas para julho, me hospedei na casa de um amigo na Vila Alpina em São Paulo, perto da estação de metrô Tamanduateí. Para evitar a necessidade de permanecer na capital por um período mais longo, passei a marcar apenas uma entrevista por vez e fazer viagens de bate-volta até a capital, sempre de ônibus desde Limeira, onde resido, e aos finais de semana, em virtude das minhas disponibilidades.

A procura pelos entrevistados ocorreu de três maneiras distintas, sendo a primeira uma lista de nomes e contatos fornecida pela Agência Mural, os quais tinham participado de um

questionário conduzido pelo próprio veículo. Tal pesquisa, porém, não era restrita apenas às juventudes, tendo contado com a participação de pessoas mais velhas, o que limitou nossa busca. Seu objetivo também era entender principalmente como motivar mais leitores a participar das campanhas de financiamento da Mural, e os entrevistados dos questionários foram convidados ainda a participar de rodas de grupo focal²³ sobre o tema. Em relação a essa abordagem, de um total de 20 pessoas, apenas sete aceitaram conversar e três efetivamente participaram da pesquisa. As outras ou pararam de responder às nossas mensagens em algum momento, ou cancelaram as entrevistas previamente agendadas.

Esgotada a lista de contatos disponibilizada pela Mural, passamos para a segunda abordagem: solicitar aos entrevistados que indicassem amigos ou conhecidos – que fossem jovens, moradores de periferia e leitores da Agência – a participar da pesquisa, uma técnica denominada “bola de neve” conforme descrito por Goodman (1961, p. 148). Essa abordagem disponibilizou outros 12 candidatos a participar, sendo 3 fornecidos por Alberto, 2 por Karina, 4 por Renata e 3 por Beatriz²⁴, dos quais quatro aceitaram participar de nossa pesquisa.

Por meio dessas duas formas de busca, ao final de julho de 2024 tínhamos um total de quatro entrevistados, sendo três mulheres e apenas um homem. Aliás, percebemos uma tendência maior de as mulheres responderem às solicitações no primeiro contato, enquanto os homens as ignoravam. Em relação às três entrevistas marcadas que acabaram não acontecendo, todas seriam com mulheres. Isso indica claramente maior disponibilidade delas para se envolver com a pesquisa.

Percebendo um desequilíbrio em relação à proporção do gênero, passamos a pedir que os entrevistados indicassem participantes homens. Ainda que algumas entrevistas não tenham se concretizado, a resposta ao primeiro contato mudou de padrão. Quando passamos a escrever que Beatriz ou Renata (ou seja, uma mulher) tinha indicado o contato, os homens deixaram de ignorar nossas mensagens. Uma das hipóteses que pensamos é a necessidade da validação por parte de uma figura feminina também periférica como requisito para que esses jovens tenham confiança em um pesquisador de fora do território.

Outro padrão observado em relação à “bola de neve” foi a formação acadêmica, uma vez que, das quatro entrevistas que concluímos nessa modalidade, duas foram com estudantes de mestrado na área das ciências humanas, indicados por entrevistadas distintas. Ainda que a amostra seja pequena, é um possível indício de que o grau de instrução seja um elemento de

²³ A convite da equipe da Agência Mural responsável pelo estudo, participei de um grupo focal como ouvinte, em setembro de 2023.

²⁴ Nomes fictícios de nossos entrevistados, para manter o anonimato, como se pode ver na página 79.

distinção no que diz respeito aos critérios que um entrevistado observa ao indicar outro participante em potencial. Maior grau de instrução, na perspectiva dos entrevistados, também pode estar associado ao hábito da leitura – o que seria um motivador para eles se lembrarem dos mestrandos como possíveis consumidores da Mural.

A terceira e última forma de abordagem consistiu em observar pessoas que comentavam nas postagens da Agência Mural na rede social Instagram, analisar foto de perfil e descrição na “bio” (informações básicas do proprietário da página) e entrar em contato com elas por meio da ferramenta *direct messenger* (DM) da rede social. Foram oito tentativas nessa abordagem e, no caso de resposta positiva ao primeiro contato, perguntávamos a idade do possível participante no intuito de evitar entrevistas com pessoas fora de nossos parâmetros – como um produtor cultural da zona Leste, de 42 anos, que respondeu educadamente dizendo que não atendia os requisitos.

Foram dois entrevistados selecionados nessa abordagem, sendo uma característica comum entre ambos o fato de serem as pessoas com as menores idades entre os participantes. Uma hipótese nossa é de que os mais jovens estão mais habituados a se informarem e se conectarem com outras pessoas por meio das redes sociais, e nosso contato virtual com eles foi compreendido de forma mais natural. Ainda no que diz respeito à idade, observando a Tabela 2 podemos constatar que os entrevistados da modalidade “bola de neve” têm idades iguais ou muito próximas aos participantes que os indicaram (Beatriz com 24 e Jonas com 25; Alberto e Karina; Renata, Eduardo e Wesley; todos com 27). A faixa dos 20 anos, aliás, foi a mais presente em nosso conjunto de entrevistados, sobretudo os 27 anos.

Em resumo, entre abril e setembro de 2024 foram realizadas um total de nove entrevistas, sendo seis em formato remoto e três presencialmente, em locais sugeridos pelos entrevistados. A Tabela 2 mostra os participantes em ordem alfabética. Por questão de sigilo, para que os sujeitos participantes possam se sentir mais à vontade ao responder às nossas questões, os nomes verdadeiros dos entrevistados foram substituídos por fictícios. Todos assinaram ainda termos de consentimento livre e esclarecido para a participação na pesquisa, documentos em que explicávamos os objetivos da pesquisa e os modos como os dados gerados (incluindo os pessoais e as gravações de voz) seriam utilizados e divulgados, e garantíamos a sua não identificação.

Tabela 2. Relação de participantes das entrevistas em profundidade

	Ocupação	Local	Idade	Abordagem	Quem indicou?	Formato	Data
Andressa	Produtora cult.	São Miguel Pta.	34	Mural	-	Remoto	18/abr
Alberto	Professor	Grajaú	27	Mural	-	Remoto	5/abr
Beatriz	Estudante	Jardim Planalto	24	Instagram	-	Presencial	4/ago
Eduardo	Estudante	Morro Grande	27	Bola de Neve	Renata	Presencial	18/ago
Henrique	Ator e produtor	Embu das Artes	24	Instagram	-	Remoto	9/ago
Jonas	Cientista político	Água Rasa	25	Bola de Neve	Beatriz	Remoto	27/set
Karina	Produtora cult.	Parelheiros	27	Bola de Neve	Alberto	Remoto	27/mai
Renata	Produtora cult.	Jardim Serodio	27	Mural	-	Presencial	11/jul
Wesley	Professor	Guarulhos	27	Bola de Neve	Renata	Remoto	7/ago

Fonte: elaboração própria (2025).

Em relação às entrevistas presenciais, duas ocorreram em espaços públicos que os participantes frequentam (Centro Cultural de São Paulo²⁵ e Sesc Belenzinho²⁶) e a outra na sede da Pretos em Conexão, uma associação cultural da qual uma entrevistada participa em Guarulhos. As conversas em formato remoto ocorreram em dias úteis durante a semana, com a maioria após o horário comercial (18h ou mais tarde). Todos os participantes da pesquisa trabalhavam ou frequentavam a universidade. Beatriz estuda Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo (USP) e Eduardo estuda Gestão em Políticas Públicas na mesma universidade, com ambos tendo um histórico de atuação em movimentos sociais.

As duas exceções foram Karina, em entrevista concedida por volta das 13h, e Henrique, que preferiu o horário das 10h para conversar. Em comum entre ambos está o fato de trabalharem como produtores culturais e artísticos, o que nos fez pensar na hipótese de que essa categoria de profissionais tem uma jornada de trabalho mais flexível em relação às demais, pelo fato de suas atividades não acontecerem, necessariamente, em horário comercial.

A duração das entrevistas variou de meia hora a uma hora e 40 minutos. Todas foram gravadas, por meio da plataforma Microsoft Teams, no caso das remotas, e pelo gravador do celular, nas presenciais, e posteriormente transcritas na íntegra com auxílio da Inteligência Artificial ViraTexto, disponível no WhatsApp. Para o tratamento dos dados gerados utilizamos

²⁵ “O Centro Cultural São Paulo é um equipamento público e recebe diversos frequentadores diariamente. Uma das principais características da instituição, além das programações, são os espaços para uso livre do público. Por isso, para uma boa convivência e usufruto dos ambientes que oferecemos, consideramos importante frisar alguns valores e cuidados” – disponível em: <https://centrocultural.sp.gov.br/usos-dos-espacos/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

²⁶ “Mantido pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, o Sesc - Serviço Social do Comércio é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família” – disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

a Análise de Conteúdo, a qual consiste numa ferramenta bastante utilizada atualmente “como técnica acessória na pesquisa por meio de entrevistas” (Fonseca Júnior, 2009, p. 235), conforme descrito na introdução, buscando categorizar as respostas obtidas, de forma qualitativa.

A Figura 6 mostra a distribuição geográfica dos lugares onde os participantes moram ou aos quais se identificaram pertencentes de acordo com suas origens. Apesar de não termos estabelecido nenhum critério quanto à localidade em nossas abordagens, conseguimos entrevistar pessoas oriundas das zonas Leste, Norte e Sul da capital, além dos municípios vizinhos de Embu das Artes e Guarulhos. As localidades foram inseridas no mapa por meio do campo de busca do Google Maps, não correspondendo a nenhum endereço em específico.

Figura 6. Distribuição geográfica dos lugares pelos quais os entrevistados se identificaram



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/whPSzxv3Etu27mGL8>.
Acesso em: 10 dez. 2024.

Dos nove entrevistados, apenas Beatriz e Jonas não moram mais em seus bairros de origem, tendo ambos migrado para estarem mais próximos de suas atividades profissionais e das universidades em que estudam. A proximidade no caso significa um tempo de percurso menor por meio do transporte público, bem como uma maior disponibilidade de linhas de ônibus e metrô.

Isso não significa que os outros sete nunca tenham circulado fora das periferias. Renata morou com colegas de faculdade no bairro do Ipiranga, em São Paulo, durante a graduação em relações públicas pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM) – à qual teve acesso por meio de bolsa do ProUni²⁷; Alberto voltou a morar com os pais no Grajaú após concluir sua graduação em economia na Universidade Estadual de Londrina (UEL); e Wesley, por conta do mestrado em história na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), faz viagens semanais a Campinas partindo de Guarulhos.

No que se refere à formação acadêmica, aliás, nossos entrevistados se dividem em três grupos: os estudantes que ainda estão cursando a graduação, como já mencionamos Beatriz e Eduardo; os graduados como é o caso de Renata, Alberto, Wesley, formado em história pela USP, Andressa, que fez pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), e Jonas, graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); e os que não declararam ter ensino superior completo como é o caso de Henrique e Karina.

Karina chegou a estudar ciências da natureza na USP, mas não concluiu, principalmente, por não conseguir conciliar os estudos com as atividades do restaurante de sua mãe em Parelheiros. Além disso, o tempo de percurso de duas horas e meia (por trecho) foi outro problema com o qual precisou lidar: “O deslocamento é muito difícil, principalmente pra Parelheiros, que não chega trem e metrô. Porque se, por exemplo, você está no Grajaú, mesmo sendo distante também, o fato de você ter acesso ao trem muda a vida”. Já Henrique é um dos embaixadores do Politize!²⁸, uma organização que promove educação política e atua na formação de lideranças a partir de seus territórios.

Em relação às três entrevistas presenciais que realizei, priorizei me locomover de trem ou metrô pela praticidade e para estabelecer uma comunicação mais informal com os participantes no caminho, antes mesmo de nos encontrarmos pessoalmente, já que, como comprovado posteriormente, eles também fazem uso do transporte público. Ao enviar mensagens como “já estou na Sé”, “esperando o trem para o aeroporto”, “chegando no Tietê [rodoviária]” pelo Whatsapp, minha estratégia era construir uma pequena intimidade com a pessoa, compartilhando rotinas, e, ao mesmo tempo, demonstrar interesse pela nossa entrevista e respeito pelo tempo do participante.

²⁷ “O Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas” – disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 15 jan. 2025.

²⁸ Disponível em: <https://www.politize.com.br/formacao-de-liderancas/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

Além disso, optei por usar camisetas de times de futebol, bermuda de tãel e tênis, que traduz o modo mais comum de me vestir, a fim de transmitir uma impressão mais informal, de maneira que a entrevista se desenvolvesse como uma conversa entre amigos. Segundo Duarte (2009), nas entrevistas em profundidade sempre existe o risco de o pesquisador influenciar involuntariamente nas respostas do participante e causar distorções. Elementos como “a forma de vestir, o tipo de abordagem, a personalidade, a linguagem, a diferença de realidades culturais e o tema do questionário podem induzir o entrevistado a tentar responder de forma diferente do que pensa ou do que faria em outra ocasião” (Duarte, 2009, p. 72).

Uma diferença em relação ao formato remoto foi o sentimento de maior proximidade em relação ao participante, de conversar com eles sobre o local em que estávamos no momento da entrevista e conhecer um pouco dos seus vínculos com o lugar escolhido. Ainda nesse sentido, tentei deixar as conversas mais naturais possíveis e, por isso, preferi ligar o gravador do celular apenas quando efetivamente nos sentamos à mesa para dar início à entrevista. Essa estratégia fez com que algumas falas fossem perdidas por não serem gravadas, algo que não aconteceu no remoto pelo fato de os diálogos serem mais diretos e formais. Porém, provocou também maior conexão entre pesquisador e entrevistado. Além disso, todos os momentos dos encontros presenciais relevaram camadas das vivências e percepções dos entrevistados, como indicamos a seguir.

Após as entrevistas com Beatriz, no Sesc Belenzinho em 4 de agosto, e Eduardo, no Centro Cultural de São Paulo em 18 de agosto, ambas por volta das 10 horas da manhã, fui caminhando com eles até o metrô (Belém e Vergueiro, respectivamente), onde nos despedimos. Beatriz foi a uma feira perto da estação, enquanto Eduardo tomou o trem no sentido contrário ao meu. Beatriz escolheu o Sesc Belenzinho por ser próximo de onde mora. Nascida e criada na favela Ilha, no Jardim Planalto, na zona Leste, frequenta o espaço desde que mudou para o bairro há três anos e gosta de tomar um café ou estudar na biblioteca.

Nós nos encontramos na entrada do Sesc e antes de começarmos a entrevista – que fizemos na cafeteria do local – ela me apresentou a estrutura do local, como as quadras, as piscinas, os restaurantes e as áreas verdes, e afirmou sentir falta de um equipamento público semelhante no bairro onde nasceu, o qual conta com poucos espaços de sociabilidade, como praças e igrejas. Beatriz contou que morava com a mãe e a irmã mais nova em uma casa e que o principal motivo de sua mudança para uma área mais central foi a proximidade da nova casa com a empresa onde estagia e com a universidade, bem como a disponibilidade do transporte público da região, como já dito.

Ainda lembrando o período da mudança, que coincidiu com a pandemia, Beatriz comentou das dificuldades em se manter o isolamento social na casa da mãe por causa do espaço pequeno para três pessoas. Além disso, um estranhamento que sentiu no novo lar (um apartamento) foi o fato de cada uma das colegas de moradia ter sua própria chave e elas trancarem o imóvel ao sair ou entrar em casa. Na comunidade, o costume era sempre deixar as portas destrancadas, por ordem dos traficantes locais – que utilizavam as casas dos moradores como esconderijo numa perseguição policial, por exemplo.

Já Eduardo tem uma memória afetiva do Centro Cultural, pois costumava utilizar a biblioteca para estudar na época em que era um estudante pré-vestibular. Além disso, comentou que seria difícil encontrar um local perto de sua casa, em Morro Grande, adequado para fazermos a entrevista:

Escolhi para a gente fazer aqui, porque é um denominador comum; para nós dois é bom. Mas se for ver, na zona Norte, o que a gente tem? Tem a Biblioteca Afonso Smith²⁹ e a Casa de Cultura³⁰, que deve fazer uns eventos lá e tudo mais. Só que um espaço amplo como esse [do Centro Cultural], que você consegue se sentar, dialogar e tal, eu não lembro (Eduardo, 27 anos, Morro Grande).

Ainda na questão logística e territorial, Eduardo questionou a concentração de equipamentos públicos nas regiões mais elitizadas da cidade, numa evidência que vai ao encontro às análises de Villaça (2011) no que diz respeito à organização dos espaços urbanos no território paulistano e a concentração nas áreas economicamente mais favorecidas, de modo a minimizar os deslocamentos das pessoas que ali habitam. Para Eduardo, estudante de Gestão em Políticas Públicas e que já atuou no atendimento da população de rua pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas) da prefeitura de São Paulo, a cultura é um tema ainda restrito aos grandes centros e que deveria ser mais levado para as periferias.

Museu em periferia e favela não tem, comunidade não tem. Fica muito concentrado no centro e acaba se tornando um artigo de luxo. Que cinema você tem em Parelheiros? Eu não estou falando que o CEU³¹ não faz cinema, que as Casas de Cultura não fazem cinema. Eu estou falando do cinema em si, que

²⁹ Disponível em:

https://capital.sp.gov.br/web/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/afonso_schmidt . Acesso em: 30 dez. 2024.

³⁰ “As Casas de Cultura Municipais de São Paulo são equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) voltados para a promoção e difusão da arte e da cultura de forma descentralizada. Como parte de um projeto para fomentar os territórios, elas oferecem uma ampla gama de atividades gratuitas, incluindo oficinas, apresentações, exposições e eventos culturais, garantindo o acesso à produção cultural para os moradores das quatro regiões da cidade” – disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/cultura/casas_de_cultura/. Acesso em: 30 dez. 2024.

³¹ Centros Educacionais Unificados (CEUs) são equipamentos educacionais “construídos com o objetivo de promover uma educação à população de maneira integral, democrática, emancipatória, humanizadora e com qualidade social” – disponível em: <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/sobre/> . Acesso em: 30 dez. 2024.

envolve toda uma mística, entendeu? Ou cinema de rua, igual você tem na Vila Olímpia; em que medida você tem isso? As pessoas acham que cultura é uma coisa secundária, que a gente tem outras prioridades. Só que na verdade, como o Gilberto Gil fala, a cultura tem o mesmo nível de importância que o café da manhã, porque, por mais que você não consuma cultura, por mais que você não vá ao Sesc, por mais que você não vá em museu nenhum, por mais que você não consuma cinema, nem Spotify, nem nada, você é influenciado por ela. A atendente na padaria, a moça que vai te atender na UBS [Unidade Básica de Saúde], o professor do seu filho, ele consome cultura. Por mais que você não consuma, você está envolto de muita cultura. E a indústria criativa que se move em torno de você, mesmo sendo sucateada, mesmo com pouquíssimo investimento, ela ainda está em torno de você e vai ditar seus hábitos e costumes. Então é por isso que a gente tem que ter um olhar mais sensível para a cultura (Eduardo, 27, Morro Grande).

A outra entrevista presencial foi a única realizada fora da capital, na casa de atividades Pretos em Conexão, no Jardim Serodio, em Guarulhos. A sugestão do local foi da entrevistada Renata, uma das curadoras do espaço. Para chegar até lá, desci na estação Aeroporto – Guarulhos e tomei um carro de aplicativo, em viagem que durou mais ou menos dez minutos. Antes de iniciarmos a entrevista, ela apresentou o espaço e descreveu as atividades ali desenvolvidas, como oficinas de letramento antirracista e aulas de artes marciais.

Durante aquela tarde de julho – mês de férias escolares –, cinco crianças procuraram a Pretos em diferentes momentos para conhecer a casa e interagir com os equipamentos ali disponíveis, como o piano e a brinquedoteca, evidenciando seu potencial enquanto espaço de sociabilidade para o Jardim Serodio. Renata comentou ainda que idosos e pessoas de outras faixas etárias também procuram o espaço, interessados nas atividades ali desenvolvidas, sendo um exemplo da importância desse tipo de instituição para as periferias.

3.2. As rotinas de consumo e as percepções em relação à mídia tradicional

Nesta seção discutiremos as maneiras pelas quais os participantes consomem notícia e que percepções eles têm no que diz respeito à grande mídia de massa, isto é, aos veículos de comunicação mais tradicionais do país. Tomando como referência as perguntas do nosso roteiro (ver Anexo 1), construímos análises sobre a forma, isto é, por quais meios os participantes acessam notícias em geral; como e onde eles costumam se informar sobre os bairros onde vivem; e as percepções que têm das periferias a partir do conteúdo produzido pela imprensa tradicional.

Em relação à Análise de Conteúdo, tanto para a presente seção quanto para as seções 3.3 e 3.4, procuramos categorizar as falas de nossos participantes de acordo com os temas abordados, de maneira a identificar como esses discursos se complementam ou se contrariam e

produzir inferências sobre os hábitos e modos de vida dos entrevistados, mais especificamente no que diz respeito às suas relações com o consumo de notícias sobre as periferias.

No que diz respeito ao acesso às notícias e informações de um modo geral, percebe-se uma tendência de preferência dos meios digitais como a internet, o WhatsApp e as redes sociais, em consonância com os resultados de pesquisas estudadas no capítulo anterior, em Javorski et al. (2022) e Félix, Mendes e Fontes (2018), os quais já apontavam para a predominância do ambiente virtual no consumo noticioso das juventudes investigadas. Todos os nove entrevistados afirmaram se informar pela internet, acessando veículos tradicionais da imprensa brasileira.

A praticidade foi um dos aspectos apontados por Karina, produtora cultural e ativista política de 27 anos: “Me inscrevo no canal [dos veículos de comunicação] do WhatsApp, por exemplo, para ter atualização em tempo real, rolagem de *feed* do Instagram, Twitter. Acaba sendo principalmente a vinculação de rede social. Se eu vou buscar algo especificamente, aí eu vou lá no site [do veículo de comunicação] e faço minha busca”. Ainda no que diz respeito à praticidade, Andressa, de 34 anos, também produtora cultural, grafiteira e graduada em pedagogia, comentou sobre a mudança de hábito causada pelas tecnologias: “antigamente eu lia um pouco mais de mídia física, porque eu gosto muito de leitura, mas acabou ficando mais prático ler através das redes sociais e da internet”.

O cientista político Jonas, de 25 anos, também mencionou o consumo noticioso por meio das redes sociais. Para ele, cada plataforma tem uma diferença no que diz respeito à interação entre mídia e internautas, com o X (antigo Twitter) sendo um meio de acessar os jornalistas de maneira mais direta. Já no Instagram, por ser uma rede voltada à publicação de conteúdos mais pessoais, ele costuma acessar mais os perfis oficiais dos veículos e não segue páginas de jornalistas.

Eu usava muito o Twitter, mas ele ficou muito ruim desde que o Elon Musk comprou. Muito *bot*, propaganda de *bet* e perfil *fake* de extrema-direita. Eu seguia algumas mídias tradicionais e perfis de jornalistas, que era interessante porque você tinha acesso direto ao jornalista, o que ele estava postando e tal. Por exemplo, a Flávia Oliveira³² e a própria Isabela Reis, que é filha dela, alguns outros jornalistas; enfim, tinha alguns perfis ali que eu seguia e [por meio dos quais] me informava. No Instagram eu não faço isso, não me informo por lá, porque acho que os perfis [de jornalistas] acabam sendo pessoais. No Instagram eu só sigo as mídias de jornais alternativos, como Mídia Ninja³³, Agência Mural e Periferia em Movimento (Jonas, 25, Água Rasa).

³² Jornalista negra, ativista da luta antirracista e que construiu sua carreira profissional na Globo. Junto com sua filha Isabela, também jornalista, apresenta o podcast noticioso “Angu de Grilo”. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/flavia-oliveira/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

³³ Disponível em: <https://midianinja.org/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

Outros participantes que afirmaram consumir notícias por meio da internet foram Renata, que utiliza o buscador do Google para se informar – “quando eu procuro qualquer coisa, os primeiros jornais, os maiores, são os que vão estar ali” –, e Beatriz, cujo hábito em relação às redes sociais se assemelha ao de Karina no sentido de que os sites dos veículos não são acessados de maneira direta, de modo que as redes atuam como vetores: “Não abro sites de notícias. Eu geralmente vejo pelo Instagram e aí quando eu vejo: ‘Ah, essa notícia me interessa’. Aí eu acesso, mas eu não abro, tipo, o Estadão, para ficar lendo”.

Ainda que o digital tenha se convertido na preferência da maioria dos participantes das nossas entrevistas, há os exemplos de Alberto e Eduardo, que – embora também se informem por meio da internet – ainda são adeptos dos formatos tradicionais de mídia, como rádio, impresso e TV. Eduardo valoriza os aspectos materiais do impresso: “Eu gosto de jornal escrito, gosto pra caramba do papel. É a mesma coisa com livro. Eu gosto de ler livro, eu gosto de cheirar o livro”, enquanto Alberto, além do costume de ler jornais, citou o consumo pelo rádio e TV. Em relação às redes sociais, o professor formado em economia também usa o Instagram, embora tenha mencionado veículos de imprensa tradicionais que acompanha por meio da plataforma:

A gente tem um consumo gigantesco de mídia jornalística via TV a cabo: eu gosto muito da Globo News e da Band News. Quando eu tô no carro, escuto rádio e também de formas eletrônicas: o Facebook nem tanto, mas o Instagram, principalmente dos antigos jornais impressos, os *posts* da Folha de S. Paulo, Estadão, Revista Piauí, Diplomatique e a própria Mural (Alberto, 27, Grajaú).

O consumo de veículos tradicionais aliás, apesar de impressões diferentes, foi mencionado por oito dos nove participantes. O único a afirmar não ter o costume de consumir conteúdos produzidos pela grande mídia foi Henrique, ator e produtor cultural de 24 anos, que se informa por meio das redes sociais, tanto pelo perfil da Mural quanto por influenciadores. Para Henrique, que mora no município de Embu das Artes: “eles [os veículos da grande mídia] seguem um modo que é bem desumanizador de certos grupos e eu não concordo nada com isso. Eu sei que é muito errado e eu não gosto de ler, porque eu sei que não vai agregar alguma coisa muito construtiva”. Ainda segundo sua crítica, o discurso apelativo da televisão é um fator para ele preterir esses meios em relação ao digital:

Rádio eu nunca ligo. Já ouvi porque outras pessoas estavam ouvindo em casa; então, tipo, um programa que eu lembro sempre de rádio, pelo menos, é a Voz do Brasil. Eu sei que tem ele em um horário específico. Jornal tem anos que eu não leio; assim, de pegar para ler mesmo. De vez em quando vejo alguma notícia, se for bem rápida. Eu consumo mais pela internet, Twitter, TikTok e no

Instagram também. Televisão eu só ligo para colocar no YouTube; tipo, a televisão me pede para assistir, eu não gosto disso na TV (Henrique, 24, Embu).

O sensacionalismo e as narrativas estigmatizantes sobre as periferias produzidas pela imprensa tradicional, notadamente no telejornalismo, e decorrentes do desejo das classes dominantes pela manutenção do poder e do *status quo*, conforme estudamos nas obras de Sodré (2015) e Bourdieu (1997), foram citados diretamente por oito dos nove participantes quando questionados a respeito de suas percepções em relação às formas com que as juventudes periféricas são retratadas na grande mídia (apenas Beatriz não o fez, embora tenha mencionado um caráter politicamente enviesado e tendencioso da imprensa em sua opinião). Para Jonas, é preciso analisar as notícias desses veículos de maneira crítica no que diz respeito aos discursos por eles produzidos, a fim de conhecer suas verdadeiras intenções:

De uns 6 meses pra cá eu comprei uma Alexa e aí todos os dias de manhã eu peço as notícias, mas ela só tem notícias das grandes mídias. Eu coloquei como padrão o g1; às vezes eu peço pra ouvir Folha de São Paulo também, mas as grandes mídias você sempre tem que escutar com um tom de criticidade pra filtrar bem o que eles tão dizendo e o que querem dizer com aquilo. Às vezes informam, mas as vezes desinformam, e aí você tem que estar ligeiro (Jonas, 25, Água Rasa).

Um exemplo mencionado por Alberto é a diferença de tratamento dado pela mídia na cobertura de fatos semelhantes ocorridos num bairro de elite, quando comparado com um bairro de periferia: “Quando tem um assalto lá na Vila Olímpia, é uma comoção muito maior. E aqui [no Grajaú] parece que não existe assalto. Aqui existe onde o crime dorme; o crime dorme aqui para assaltar nas regiões nobres”. Segundo ele, esse cuidado maior na cobertura de áreas elitizadas não é exclusividade da imprensa, se estendendo a entidades como a Polícia Militar, a qual tem comportamentos diferentes de acordo com o bairro em que ocorre suas ações, e a própria Administração Pública como um todo, que prioriza a implantação de equipamentos públicos como museus e parques nas regiões mais nobres.

Cuidar e proteger os bairros de elite da violência causada pelos “outros” e priorizar a manutenção da ordem nesses espaços remete aos ideais de “pureza” conceituados por Bauman (1998) que estudamos no primeiro capítulo do presente trabalho. No exemplo citado por Alberto, a Vila Olímpia representaria a ordem, enquanto o Grajaú e todos os outros bairros periféricos da RMSP seriam a “impureza” da metrópole. Ainda nesse sentido, Eduardo teceu críticas mais severas ao telejornalismo policial, ao comentar sobre como ele influencia os próprios jovens de periferia a aceitarem as narrativas estigmatizantes e nelas acreditarem:

Eu tenho um ranço, eu tenho um ódio tremendo de Brasil Urgente³⁴, Cidade Alerta³⁵, porque os caras sabem que as nossas leis são muito frágeis, e a ideia que as pessoas têm é que o sistema prisional é realmente feito para punir, não para ressocializar. Só que aí ele fode, porque a pessoa entra e sai pior; isso quando sobrevive. Então, o que você vê lá reforça o fato de que o ideal não é você ter uma Justiça mais eficaz, pensar em Justiça restaurativa. O negócio é pensar em imediatismo, ampliar a menoridade penal ou pena de morte. Eles sabem que não tem como ter pena de morte no Brasil, mas eles ficam reforçando isso todo momento. E isso gera uma sensação fodida de insegurança. E a cabeça do peão fica como, com o cara trabalhando 6x1? Pegando um transporte lotado, uma linha 12 Safira³⁶, onde o filho chora e a mãe chora junto porque não tem lugar pra sentar, e ela tem que ir lá, apertadíssimo. Chega em casa em horário de pico; a pessoa fica desacreditada da vida. E o jornal pinga-sangue³⁷ ri disso; ele é a favor do encarceramento em massa. A gente fala muito das mulheres, da questão de gênero, mas a gente tem que falar da rapaziada que só tem três destinos possíveis, né? Suicídio, ceder ao álcool, à droga, se tornar adicto e entrar numa situação de rua ou encarceramento em massa; isso são três coisas muito fortes na questão de masculinidade, e não só a masculinidade negra, mas a masculinidade como um todo. Infelizmente isso atinge todos nós e aí tem essa porra que é o jornal, que só reforça essas coisas (Eduardo, 27, Morro Grande).

A análise de Eduardo sobre os destinos possíveis dos homens periféricos jovens acaba por ser um indício de validação das ideias de Lúcia Rabello de Castro (2008) no que diz respeito a como a realidade econômica distinta desses jovens pode tornar o processo de integração social mais complexo para eles, de maneira que eles acabam por encarar as desigualdades e injustiças sociais como fenômenos naturais, podendo se acostumar com essas situações e aceitá-las.

O silenciamento e o esquecimento das vozes e memórias periféricas foi outra impressão citada no que diz respeito aos grandes veículos de comunicação. Andressa afirmou não se recordar, por exemplo, de “uma matéria de capa, com um jovem que sai da periferia pra estudar fora do Brasil ou com um jovem da periferia que ganhou algum campeonato. É sempre aquelas matérias bem pequenininhas de rodapé”.

Já segundo Wesley não existe “divulgação das produções das pessoas das periferias, como a Pretos em Conexão com a Feira Preta³⁸ que teve em Guarulhos, ou um forró em São Paulo. Não existe muito espaço para divulgação. Então, acaba sendo meio que um

³⁴ Programa de telejornalismo policial transmitido pela Rede Bandeirantes.

³⁵ Programa de telejornalismo policial transmitido pela Record TV.

³⁶ Linha da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) que conecta a estação do Brás até o bairro de Calmon Viana, no município de Poá, cruzando a zona Leste da capital.

³⁷ O jornalismo pinga-sangue tem origem nos tempos da ditadura e, por meio do sensacionalismo, instiga seu receptor a ter ódio aos bandidos e repudiar pautas como a dos direitos humanos. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/08/28/programas-pinga-sangue-evangelicos-fundamentalistas-crentes/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

³⁸ Feira cultural promovida semestralmente pela casa de atividades Pretos em Conexão em Guarulhos. Disponível em: <https://www.pretosemconexao.com/feira>. Acesso em: 31 dez. 2024.

esquecimento”. Outro exemplo é o relato de Karina, que comentou suas percepções sobre como a imprensa aborda a região de Parelheiros, na zona Sul da capital:

O Parelheiros sempre foi uma região conhecida pela alta criminalidade, mesmo que não fosse necessariamente um dos lugares mais perigosos da cidade. Hoje temos um polo de ecoturismo, e aí o pessoal fala assim: antes o Parelheiros era conhecido pelo crime; agora o Parelheiros é conhecido pelo ecoturismo. Só que na verdade, para vários desses veículos grandes de comunicação, ele continua sendo conhecido só pelo crime. Quem conhece o polo de ecoturismo, na verdade, é quem está justamente buscando se informar sobre a periferia, sobre quem está ali, quem está pisando no chão, quem está vivendo aquilo (Karina, 27, Parelheiros).

Outro tipo de impressão comentada, diferindo do silenciamento e da estigmatização, é a abordagem da diversidade e das potencialidades das periferias, embora também haja críticas em relação de como esse tipo de discurso é produzido. Na visão de Wesley, isso acontece mais por pressões externas dos movimentos sociais sobre os veículos do que por iniciativa da própria mídia: “Eu vejo que nos últimos anos, e acho que também por uma coisa que eles não conseguem mais barrar, eles tentam trazer mais essa voz da diversidade”.

Todavia, Jonas, mestrando em mudança política e participação social pela USP, nota como esse discurso sobre a potência das periferias vem sendo cooptado pelas forças hegemônicas. Ele descreve assim suas percepções em relação às narrativas sobre as periferias produzidas pela grande mídia:

De uns anos pra cá, eu tenho percebido o neoliberalismo se apossando do conceito de periferia. Costuma fazer isso com outras pautas: eu vejo já de um tempo maior o neoliberalismo fazendo isso com antirracismo, com feminismo, e hoje eu vejo ele fazendo isso com periferia também. Hoje, na grande mídia, você ouve falar sobre periferia como lugar do empreendedorismo salvador. Então, por exemplo, você vê o Luciano Huck fazendo coisa na periferia, beneficiando pessoas periféricas que são empreendedoras e estão abrindo seu próprio negócio, transformando suas vidas, sempre de uma perspectiva individual, um vender liberal. Então, você abre o seu negócio, empreendedor de si mesmo, e é uma lógica bastante de marketing no sentido de que todo mundo pode fazer. “Essa pessoa é periférica igual a você e conseguiu fazer isso; então, você também consegue”. E aí é uma coisa que, até de forma crítica também, eu vejo a Cufa³⁹ fazendo. O Preto Zezé [presidente da Cufa] no programa do Luciano Huck, por exemplo, sempre traz essa perspectiva de como a favela é potência. E aí, quando a gente vai entendendo, mas o que é potência? Ah, é abrir um negócio próprio, é transformar essa dificuldade em dinheiro, monetizar. E é sempre um linguajar bastante desse ramo do empreendedor, né? É sempre um linguajar, um vocabulário, tem uma roupagem muito específica (Jonas, 25, Água Rasa).

³⁹ Central Única das Favelas (Cufa) é uma organização social que “promove atividades culturais relacionadas a esporte, educação, cidadania e arte, através da cultura Hip-hop, promovendo a integração e inclusão social da favela” – disponível em: <https://cufa.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

Ou seja, Jonas nos ajuda a ver como essa característica de potencialidade aos poucos foi sendo transformada por um discurso meritocrático, no sentido de que se, um periférico pode prosperar profissionalmente e alcançar uma melhor condição econômica, logo todas as pessoas da periferia conseguem. O perigo desse pensamento é desconsiderar as individualidades presentes nas periferias – que são bem diversas, como vimos nos estudos de Villaça (2011) – e promover um esquecimento de todo o processo histórico de exclusão e exploração que formou esses territórios como eles são hoje.

Um elemento que contribuiu para o pensamento neoliberal contemporâneo foi a transição de uma sociedade salarial para uma sociedade de trabalhadores autônomos, o que, de acordo com D'Andrea (2022, p. 250), provocou “uma desagregação da classe trabalhadora e uma série de desarranjos nas quebradas”. Apesar do aumento da miséria e da precarização do trabalho, o discurso neoliberal consegue convencer as pessoas de que essa nova etapa do capitalismo é o melhor projeto societário, pois ser “patrão de si mesmo” é uma alternativa para a escassez dos empregos formais, já que, nesse caso, o sucesso só dependeria do sujeito, numa lógica meritocrática e individualizada.

Nesse mesmo sentido, ter um plano de saúde barato ou matricular os filhos em colégios privados precários passa a ser visto como algo mais viável do que defender o SUS (Sistema Único de Saúde) e a escola pública. Ao utilizar termos como “nova classe média” ou “empreendedores”, a propaganda neoliberal cria narrativas de que o pobre deixou de ser pobre, sem que isso tenha ocorrido de fato, dificultando assim o entendimento desses trabalhadores enquanto moradores de periferias explorados e precarizados.

Em relação a esse olhar sobre a periferia como potencialidade por um viés liberal – isto é, sem que haja uma preocupação com o território e com a coletividade, mas sim com os interesses dos atores do mercado (sobretudo o financeiro) que se beneficiam nesse sistema –, Wesley cita as fontes que os veículos costumam convidar para suas programações: “A gente vê isso, por exemplo, nos Globo News da vida. ‘Vamos trazer um especialista em economia’; aí traz alguém do mercado que claramente está interessado em manter as desigualdades sociais e econômicas no Brasil”.

Outra consequência do discurso liberal, ao estabelecer que todos podem ser empreendedores de si e vencer por meio de seus próprios esforços, é imputar a culpa àqueles que não conseguem melhorar suas condições de vida. Voltando aos discursos de pobreza e violência, os quais marcaram as narrativas sobre as periferias por anos e ainda hoje se fazem

presentes, Renata enxerga uma intenção de culpabilizar os próprios moradores pela precariedade e falta de infraestrutura em alguns territórios:

A gente ainda pode ver nas grandes mídias que, quando se fala sobre a periferia, tem aquele recorte mais genérico de buraco na rua, esgoto a céu aberto, casas com 20 pessoas morando dentro. Isso parte da ideia de desumanização que querem fazer daquelas pessoas; é você mostrar como se aquele sofá que está no meio do riozinho fosse culpa de alguém. Então, você culpabiliza a pessoa e não ataca as políticas públicas por não estarem presentes naquele território. Então, quando a gente vai para a grande mídia, eu ainda sinto que o jeito como se é escrito, as matérias em que a periferia é fotografada, elas partem de uma ideia de culpabilizar as pessoas pelo ambiente em que elas estão (Renata, 27, Jardim Serodio).

Esse pensamento faz com que o senso de coletividade se enfraqueça nas periferias, desfazendo também a noção de corporificação do território definida por Haesbart (2020), na qual os sujeitos marginalizados de uma sociedade capitalista passam a entender esse território como elemento de afirmação e resistência – e não exclusivamente como um bem de capital (tal qual fazem os setores elitizados e proprietários de imóveis). Assim, a própria valorização dessas áreas que, como vimos, vem se desenvolvendo paulatinamente desde a redemocratização do país, é colocada em xeque, uma vez que ao estabelecer como meta principal a prosperidade financeira estimula-se na população periférica a estigmatização da condição de periferia e a busca para dela sair.

Assim, podemos concluir que – para nossos entrevistados – o silenciamento das vozes periféricas e a estigmatização da insegurança e da pobreza são temas pautados pela grande mídia no que se refere às periferias, indo ao encontro da literatura que estudamos nos capítulos anteriores em Nonato (2018) e Rovida (2021), no sentido de que as narrativas apresentadas recorrentemente de maneira equivocada fizeram com que certos jovens universitários periféricos, ao não se sentirem representados por elas, passassem a procurar alternativas para se informar – tema que abordaremos na próxima seção. Ao mesmo tempo, notam que as representações positivas desses territórios por vezes também são cooptadas pelo discurso hegemônico, hoje pautado na lógica neoliberal.

3.3. As subjetividades periféricas, o jornalismo local e a Agência Mural

Após analisarmos as rotinas de consumo e as percepções dos nossos participantes sobre a mídia hegemônica, passamos para as formas com as quais eles se informam sobre os locais em que vivem. Uma das perguntas do nosso roteiro que mais provocou dúvidas nos entrevistados foi sobre como eles definiriam um sujeito periférico. Henrique citou questões

vinculadas ao território, como as dificuldades em acessar o transporte público e o fato de os jovens periféricos frequentarem locais em comum: “Nossa, que difícil essa pergunta; tem tantas camadas. Esperar horas pelos ônibus talvez, mas isso na verdade define quase todo mundo. Acho que a gente quase sempre está nos mesmos lugares, mas eu nunca parei para pensar no que dá para definir”.

Ainda sobre a questão de territórios e acessos, Renata entende que os municípios vizinhos à capital de maneira geral podem ser considerados como periferias, uma vez que disponibilizam poucos equipamentos públicos às suas populações: “A gente tem que considerar a Região Metropolitana inteira como periferia, porque muitas vezes essas cidades não estão estruturadas para levarem lazer, entretenimento e cultura e memória para as pessoas que estão ali”. Nesse sentido, ela afirma que Guarulhos, segunda cidade mais populosa do estado segundo dados do IBGE⁴⁰, conta apenas com um pequeno museu que fala da história do município, numa perspectiva dos setores elitizados que negligencia muitas pessoas que ajudaram a construir a cidade.

Já Eduardo observa a questão da violência policial presente nos territórios e como isso afeta as juventudes, sobretudo no que diz respeito ao racismo. Para o estudante de gestão em políticas públicas, ser um jovem periférico é como andar com um alvo nas costas: “Não é mimimi, cara. Quem mais morre nas periferias de São Paulo são os jovens negros. Inclusive recentemente teve um rapaz no Jaraguá [bairro da zona Noroeste de São Paulo] que estava assistindo um jogo do Corinthians; a polícia chegou lá e matou ele dentro de casa. Ele nem estava na rua”.

Uma palavra utilizada tanto por Beatriz quanto Karina ao responder à questão sobre a subjetividade periférica foi a sagacidade (no sentido de compreender que seria necessário alterar as condições de vida). De acordo com suas próprias vivências, Beatriz entende que ela foi necessária para não deixar seus sonhos morrerem: caso contrário, “você aceita que aquela vida é pra você; então, tipo, as minhas amigas de onde eu morava, elas já são donas de casa, mães, e algumas não terminaram o ensino médio”. Já Karina fez uma reflexão sobre sua própria trajetória. Embora tivesse uma boa condição financeira para os padrões do bairro, ela também sentiu dificuldades em alguns acessos:

Mesmo nascendo e estando em Parelheiros, eu me sinto bastante privilegiada porque minha mãe sempre foi comerciante. E isso sempre fez muita diferença entre os acessos que eu tive e que a maior parte das pessoas com quem eu estudei e me relacionei não tiveram. Então, o primeiro aspecto que eu enxergo é

⁴⁰ Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos. Acesso em: 31 dez. 2024.

justamente essa visão de que tudo para a gente é mais difícil. Estudar é mais difícil, acessar cultura é mais difícil, esporte e lazer, tudo isso é mais difícil. E eu acho que aí a outra face disso é que o jovem periférico, e eu me incluo, tem que ter a sagacidade de correr atrás. Se você quer, você vai ter que se articular, criar a sua rede, abrir um espaço por onde sai o seu espaço. Por exemplo, por conta de amigos, eu conheci um sarau num outro território, gostei e aí olhei para onde eu morava e falei assim: “Mano, não tem nada disso aqui”. Então nos organizamos e aí a gente começou a fazer também [um sarau em Parelheiros]. Eu acho que esse é um aspecto que acaba sendo muito intrínseco; o jovem periférico tem que ser isso para qualquer que seja a área (Karina, 27, Parelheiros).

Outra abordagem na resposta à pergunta foi o tema da exclusão, uma vez que, na visão dos entrevistados, há espaços em que o jovem periférico não consegue se encontrar, tanto no que diz respeito ao local físico quanto a campos intelectuais, como em discussões relacionadas a estudos. Para Wesley, mestrando em história pela Unicamp, periférico é “uma identidade que se encontra na negação da sua existência e do acesso aos espaços, pensando em questões de desigualdade, tanto racial, de classe, ou de gênero. Ao mesmo tempo, é uma questão de defesa, é uma reafirmação dos valores que você traz consigo”.

Ainda no que diz respeito às experiências dos jovens periféricos em outros espaços, um trecho da entrevista com Jonas chama a atenção. Ele estava numa viagem a trabalho com seu chefe – uma pessoa de classe média, progressista e de esquerda – e outro colega nascido e criado na zona Leste, todos hospedados no mesmo hotel, quando um comportamento do chefe causou estranhamento aos outros dois:

A gente estava tomando café da manhã e o chefe levantou, saiu da mesa e o prato dele ficou lá. Aí, eu olhei pro meu amigo e ele olhou pra mim e falou: “Mano, eu nunca faria isso”. E aí eu falei: “Mano, eu também não”. Mesmo eu estando num hotel, eu vou terminar de tomar café, juntar minhas coisas e levar ali. A lógica do lugar que a gente estava era todo mundo deixando o prato em cima da mesa porque tinha uma pessoa responsável por vir e recolher. Mas a nossa subjetividade enquanto pessoa nos coloca num lugar que a gente nunca teve esse tipo de experiência de ser servido. Na verdade, a gente sempre trabalhou em lugares que a gente servia. Então, a gente não está acostumado e pega até mal; eu não me sinto bem com uma pessoa me servindo. E aí juntamos as nossas coisas e nós mesmos fomos lá colocar o bagulho. E não porque é uma cena. É subjetividade, é intrínseco, tá ligado? Então acho que essas subjetividades desse lugar que você foi socializado, isso te ensina culturalmente a agir de determinada forma (Jonas, 25, Água Rasa).

Voltando às formas como os participantes acessam conteúdo sobre os locais onde vivem, além da Agência Mural, foram citados veículos mais específicos dos bairros ou região onde os entrevistados moram. Andressa afirmou consumir informações tanto do Itaim Paulista quanto de São Miguel, pois mora e tem atividades – tanto como produtora de eventos culturais

quanto como grafiteira – perto da divisa entre esses dois bairros. Inclusive, Andressa conheceu a Mural por meio de seus colegas de trabalho que participaram de reportagens da Agência sobre o grafite na zona Leste:

Eu vejo notícia tanto por jornal regional quanto as páginas específicas que costumam postar coisas sobre o bairro, notícia, comércio, e pelas redes sociais também. Daí vejo na rede social das pessoas que moram aqui, porque tem muitas pessoas que são meio que influentes no bairro; então, eles costumam postar bastante coisa do bairro também. Então vejo tanto pelas redes sociais dessas páginas específicas que falam de notícia quanto dessas pessoas que são *influencers* do bairro (Andressa, 34, São Miguel Paulista).

O fato de Andressa mencionar influenciadores do bairro como fonte de informação (ou de “notícia”) pode ser um indicativo de que no local onde vive não haja cobertura jornalística suficiente, assim como os participantes da pesquisa de Javorski et al. (2022), moradores de municípios paraenses considerados desertos de notícias, que também recorriam a influenciadores locais nas redes sociais para se informar (não necessariamente diferenciando esses conteúdos do jornalismo profissional). Ainda nesse sentido, Alberto mencionou páginas de Facebook, ciente de que não são meios jornalísticos, uma vez que são produzidos por pessoas sem formação acadêmica na área e nenhum tipo de supervisão:

Aqui no Grajaú é como se fosse uma cidade, mas a gente não tem o que está sendo falado aqui para nós, e quando tem é aquelas páginas de Facebook, como Grajaú Mil Grau⁴¹ e Grajaú Notícias⁴². No início elas tinham um caráter um pouco mais informativo, mas depois viraram algo bem sensacionalista ou pinga-sangue (Alberto, 27, Grajaú).

Embora Alberto não tenha comentado sobre que motivos poderiam ter levado essas páginas a adotarem o sensacionalismo em suas publicações, o fato é que consiste numa estratégia bastante utilizada também por veículos de comunicação locais nas periferias da Grande São Paulo, como veremos em exemplos a seguir. Já em relação a Karina, um fato que diferenciou suas experiências das de outros participantes no que diz respeito às formas de obter informação sobre seu território foi a presença do impresso, como os jornais locais:

Na Parelheiros News⁴³ tem de tudo: divulgação cultural, se aconteceu um acidente no bairro, e divulgação do comércio, tudo junto. Também tem a Folha da Minha Sampa⁴⁴, que tem no impresso e no virtual, mas aí eu acompanhei só o virtual. E o jornal mais antigo é o Zona Sul Notícias⁴⁵, que circula também

⁴¹ Disponível em: https://www.facebook.com/FrasesAmorReal/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 maio 2024.

⁴² Disponível em:

https://www.facebook.com/grajaunoticiasoficial/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 maio 2024.

⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/parelheirosnews/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

⁴⁴ Disponível em: <https://spregional.com.br/jornal/folha-da-minha-sampa/>. Acesso em: 27 dez. 2024

⁴⁵ Disponível em: <https://www.zonasulnoticias.com.br/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

desde Santo Amaro até mais pro fundão. Esse eu acabo acompanhando no impresso também. Eles já têm mais tradição, e tem a edição mensal que eles distribuem no comércio da região. Como minha mãe é comerciante, a gente sempre pega um montinho de jornal para deixar lá no balcão (Karina, 27, Parelheiros).

Embora Karina tenha comentado que os editoriais dos veículos locais variem, alguns são alinhados com o espectro político da direita, segundo suas análises:

A Folha da Minha Sampa, por exemplo, tem um viés bastante de direita. Já a Parelheiros News costuma ser mais, assim, fala de todo mundo, divulga todo mundo, não quer se comprometer com nada, com ninguém, faz a “isentona”. Então, isso varia. Fora de Parelheiros, eu só tenho experiência com a Alvarenga TV⁴⁶. Ela é da zona Sul também; é um canal de comunicação já bem mais desenvolvido do que esses que eu tô relatando e costuma ser bem “direitão”. Tem um fato, sei lá, duas pessoas estavam assaltando na avenida Interlagos. Vai aparecer lá [o apresentador falando] dois meliantes, dois Zé Ruela (risos) (Karina, 27, Parelheiros).

Uma característica sobre a maneira como Karina costuma se informar sobre seu bairro é o fato de ela ter mencionado somente veículos de imprensa, um total de quatro, e nenhum influenciador ou perfil de rede social não jornalístico, contrariando Alberto e Andressa. Esses movimentos, se analisados de forma simultânea, nos parece ser um possível indício de que nossos entrevistados priorizam o jornalismo profissional, feito com apuração e buscando a confiabilidade das fontes, e só recorrem a informação por outros meios quando não existe imprensa em seus territórios. Ainda nesse sentido, Eduardo lembrou do telejornal SPTV, produzido pela TV Globo em São Paulo e com transmissão local para a região metropolitana, por mostrar notícias de seu bairro:

Eu já fui da televisão, eu gostava muito da SPTV, gostava pra caramba porque falavam do meu bairro. Então tudo que falavam do meu bairro sempre me chamou muita atenção, principalmente se eram pessoas que tinham a cara da gente. É outra coisa que eu levo muito em consideração naquilo que eu consumo; acho que desde muito novo eu sempre tive isso. Nunca consegui me identificar com um William Bonner da vida, mas [quando eu via] outros apresentadores negros eu falava: “Eu acho que ele sabe o que está falando, vou dar mais peso pra ele”. Então são coisas que eu pondero muito: quem está falando e o que está falando (Eduardo, 27, Morro Grande).

No que diz respeito aos três entrevistados de municípios vizinhos à capital paulista, suas percepções em relação às mídias locais é de que ou são institucionalizadas, isto é, a prefeitura municipal concentra a informação – diretamente ou por meio de anúncios e propagandas – e acaba por ser uma das poucas entidades responsáveis pela comunicação, ou elas carregam um

⁴⁶ Disponível em: <https://alvarenga.tv.br/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

viés mais liberal, seguindo os padrões das grandes mídias, de acordo com Wesley. Por não sentir suas ideias representadas por esses veículos, o professor de história, assim como Alberto e Andressa, recorre também a perfis não necessariamente jornalísticos para se informar sobre seu território:

Aqui tem o Guarulhos Hoje⁴⁷, que só faz propaganda de ações da prefeitura. Então, tem todo um discurso institucional. E um outro jornal, que é o Guarulhos Web⁴⁸, que traz notícias com viés político muito bem definido. De um discurso liberal, bem de direita, às vezes com um teor moralista. Agora, de mídias alternativas, às vezes eu sigo alguma página de um militante ou um ativista político da cidade que acaba trazendo informações, mas nada tão sistemático como uma mídia mesmo (Wesley, 27, Guarulhos).

Também moradora de Guarulhos, Renata afirmou sentir “dificuldades em encontrar coisas sobre a cidade que não sejam vinculadas a ações da prefeitura”, uma vez que, para ela, todos os jornais da cidade mantêm algum tipo de vínculo com o governo municipal, em perspectiva semelhante à dos universitários goianos sobre os veículos locais no estudo de Moraes e Machado (2018). Já sobre Embu das Artes, Henrique citou o jornal “O Taboanense”⁴⁹, da cidade vizinha de Taboão da Serra – “Se você quer saber alguma coisa de Embu, é ali que sai” –, além do site oficial da prefeitura, mais institucional e voltado à divulgação de atividades e eventos culturais promovidos pela própria administração do município.

Em relação ao jornalismo contra-hegemônico, além da Agência Mural, os participantes mencionaram veículos cujas pautas se voltam a pessoas minoritizadas, tratando temas como o antirracismo e o feminismo. Wesley citou o site AlmaPreta⁵⁰ e destacou a importância dessas mídias, “porque trazem a raça para o centro do debate na vinculação de notícias. Não só como uma pauta da diversidade, mas como uma questão fundamental de compreender o nosso país, que em sua grande maioria é de população negra”. Renata também mencionou dois veículos voltados para a comunidade negra quando destacou as características da Mural com as quais se identificou:

E aí quando você vai para a Agência Mural, em que você vê ali construções de narrativas das pessoas que vivem [a periferia], eu acho que eu só tinha visto isso através de blogueiros mesmo, não conhecia nenhuma outra plataforma que retratava assim. Então os conteúdos que eu consumo são de criadores de conteúdo através do Instagram. Eu sempre consumi, por exemplo, muito

⁴⁷ Disponível em: <https://www.guarulhoshoje.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

⁴⁸ Disponível em: <https://guarulhosweb.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.otaboanense.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2024.

⁵⁰ “AlmaPreta é um portal de informação e entretenimento voltado para o público negro” – disponível em: <https://almapreta.com.br/>. Acesso em: 23 dez. 2024.

Mundo Negro,⁵¹ que trazia um pouco do tema, mas não tinha esse recorte de periferia e favela. O Geledés⁵² também trazia um pouco disso, mas era bastante focado em políticas públicas (Renata, 27, Jardim Serodio).

Ainda no que diz respeito à mídia alternativa, outra plataforma mencionada, embora não seja necessariamente produzida por jornalistas nem esteja relacionada ao consumo de informação local, foi o podcast, como mencionado por Wesley: “Não sei como o podcast entra nessa ideia [de ser ou não notícia], mas ouço os desses novos jornais, o próprio Jornal Nexo⁵³, e um que é mais pra mim, voltado pra relações internacionais, que é o Xadrez Verbal⁵⁴; eu gosto bastante”.

Beatriz também afirmou preferir esse formato e citou o podcast Sinal de Vida⁵⁵, que fala sobre natureza e viagens de campo e tem como um dos apresentadores o jovem biólogo Lucas Andrade, nascido e criado no bairro periférico do Jardim Iporanga, na zona Sul de São Paulo. Em relação ao hábito de se informar por meio da escuta, Beatriz conta que ele começou ainda na infância, enquanto tomava café da manhã e se arrumava para ir à escola: “Eu sempre acordei muito cedo para poder ir pra escola e minha mãe ligava a TV e tava passando jornal. Então, eu me acostumei a fazer as coisas ouvindo as notícias”.

Já no que se refere à maneira pela qual nossos participantes conheceram a Agência Mural, foram mencionados três tipos de resposta: amigos compartilharam, via *story*⁵⁶, algum conteúdo publicado na página da Agência no Instagram; o entrevistado conhece um correspondente do veículo que mora no mesmo bairro ou cidade; e o entrevistado participou ou conhece algum vizinho que participou de uma reportagem produzida pela Mural. A Tabela 3 mostra o nome dos participantes em ordem alfabética e como eles chegaram até a Agência.

O fato de o conteúdo publicado pela Mural ser produzido por pessoas periféricas foi um elemento recorrentemente citado pelos participantes tanto para atrair a sua atenção quanto para

⁵¹ “Mundo Negro é um portal de notícias voltado para comunidade negra brasileira e demais etnias que se interessem pelos assuntos relacionados à cultura e ao cotidiano dos negros no Brasil” – disponível em: <https://mundonegro.inf.br/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵² “Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira” – disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-instituto-da-mulher-negra/quem-somos/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵³ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁴ Podcast de política internacional apresentado por dois historiadores, com o objetivo de trazer discussões mais aprofundadas sobre fatos relevantes acontecidos durante a semana. Disponível em: <https://xadrezverbal.com/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁵ Disponível em: <https://sinaldevidapodcast.com.br/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

⁵⁶ Recurso do Instagram que permite o compartilhamento temporário de conteúdos como postagens de outras páginas, fotos ou vídeos curtos.

que eles se mantivessem interessados em se informar pelo site ou pela página no Instagram da Agência. Na opinião de Andressa, os redatores tomam cuidado para conseguir dialogar com seus territórios, isto é, “eles falam uma linguagem que é um pouco mais fácil para pessoas de comunidade, pessoas que não têm tanto acesso à leitura, a uma forma mais politizada de se escrever. Eu acho que a notícia fica melhor de ler”.

Tabela 3. Maneira como os entrevistados conheceram a Mural

Nome	Idade	Como conheceu a Mural?
Alberto	27	Instagram
Andressa	34	Conhecidos participaram
Beatriz	24	Instagram
Eduardo	27	Instagram
Henrique	24	Correspondente do bairro
Jonas	25	Participou de reportagem
Karina	27	Participou de reportagem
Renata	27	Correspondente do bairro
Wesley	27	Participou de reportagem

Fonte: elaboração própria (2025).

Essa proximidade com seu público também foi um fator apontado por Henrique, o único participante a rejeitar completamente as grandes mídias, que julga importante conhecer as pessoas que produzem a notícia de maneira a entendê-las como parte de sua própria coletividade: “Num grande jornal até dá pra ver o nome dos jornalistas, mas eu nem sei quem são. A Mural tem esse ponto: eu sei quem são. Então eu confio neles, no que eles estão escrevendo”, afirmou ao lembrar que conheceu a Agência por meio de um amigo que era correspondente em sua cidade. Já Beatriz se vê representada pelos jornalistas periféricos, sabendo que os acessos às redações são mais restritos para quem vem desses territórios:

Eu tenho amigas que não chegaram nem no ensino médio. E não é porque elas não queriam entrar na universidade; é que elas não puderam nem sonhar com isso. E aí, como é que você explica que alguém não acessa um lugar porque nem consegue se imaginar lá... Tipo, a pessoa fala: “Ah, se não se imagina, é porque não quer”. Mas, gente, como que a gente explica que essas pessoas não têm direito de sonhar; tipo, elas não são estimuladas a sonhar. Enfim, aí trazendo de volta a questão do jornal, é muito bom você ver periféricos sendo repórteres, jornalistas, porque você fala, cara, eu tô lendo uma notícia de alguém que veio de onde eu vim, sabe, então é representativo também (Beatriz, 24, Jardim Planalto).

A forma com a qual os jornalistas abordam as periferias e os sujeitos que nelas moram nas pautas também foi um ponto positivo citado. Alberto se lembrou de uma série de

reportagens⁵⁷ que teve como referência os 60 anos do golpe militar no país: “Recentemente, fizeram um trabalho lindíssimo sobre a ditadura. O que foi a ditadura nas periferias da cidade de São Paulo? Por que Osasco ainda tem uma praça chamada 31 de Março? Essa criticidade é muito boa e não é só pelos aspectos negativos”.

Nesse sentido, Jonas estabelece um comparativo entre jornalistas de veículos tradicionais e os da Agência Mural no que diz respeito às maneiras como produzem suas narrativas sobre as periferias. Para o cientista político, o fato de os correspondentes serem jovens e terem toda uma vivência no território faz com que eles consigam retratá-lo de maneira mais conectada à realidade:

A Mural faz um rolê de trazer jovens periféricos para falar sobre as suas quebradas. E eu acho isso muito da hora, porque você tem a possibilidade de ter uma visão de alguém que está lá dentro de fato, e aí você quebra toda aquela lógica da grande mídia, de ser alguém de fora falando sobre algo que não sabe, e que muitas vezes cai no lugar caricato. A Globo, por exemplo, quando vai falar da periferia, cai no lugar caricato, porque é um jornalista que não tem essa vivência, não conhece, nunca andou naquelas vielas, não sabe do que está falando. É uma visão mais superficial. Quando você tem um jornalista periférico ou que minimamente tem um compromisso político com a periferia, de estar inserido naquilo, você tem uma visão interna do rolê, e aí você fala de um lugar onde você consegue quase que dialogar com pares. É como você estar se informando com um colega seu, com alguém que você conhece, porque tem essa visão parecida com a sua (Jonas, 25, Água Rasa).

Ainda sobre representatividade e diálogo com as pessoas periféricas, Eduardo, que já atuou como educador social, cita um exemplo cotidiano de como uma mesma pauta pode ser abordada por dois veículos distintos de maneiras bem diferentes. Para ele, o jornalismo alternativo se preocupa com temas que não necessariamente são atrativos aos olhos da grande mídia:

O jornal tradicional quer falar sobre a queda da bolsa, sobre a valorização do dólar e fica nisso. Agora o jornal da mídia alternativa vai falar da queda do dólar, mas vai falar também que o dólar vai implicar o preço do arroz, do feijão e do pãozinho que você tá comendo. E que às vezes é legal se a gente voltar para as nossas raízes, sei lá, consumir mais cuscuz. Isso aqui não é fazer de um jeito piegas, né? Um jeito tipo: “Olha só o cuscuz, pobre, consome aí porque vai ser legal”. Não, vai falar: “Olha, eu gosto muito de pão, mas infelizmente a coisa está meio foda, eu tive que voltar às raízes, consumir um cuscuz, comer uma tapioca e tal, mas ainda quero comer um pão, um pão muito bom do lugar que eu gosto de frequentar e consumir”. Então, essa vivência de quem está fazendo as coisas, o viés da notícia, eu acho que dentro dessa mídia periférica você tem mais liberdade criativa. Você consegue

⁵⁷ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/o-que-foi-a-ditadura-nas-periferias-de-sao-paulo/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

construir pontes e gerar mais identificação com quem está falando e com quem está lendo, né? Tanto o emissor quanto o receptor (Eduardo, 27, Morro Grande).

Com base nos relatos dos entrevistados, temos um indício da existência de desertos ou quase desertos de notícias nas localidades mencionadas, como São Miguel, Grajaú, Guarulhos e Embu das Artes, uma vez que os veículos jornalísticos que ali atuam são escassos e alguns dos participantes acabam procurando meios não jornalísticos, como influenciadores e outras páginas nas redes sociais, para se informar sobre o que acontece em seus bairros, assim como observado no estudo de Javorski et al. (2022). Além disso, as impressões observadas pelos participantes evidenciam que nem todo veículo local é contra-hegemônico, uma vez que nem sempre suas produções midiáticas confrontam os discursos e narrativas estabelecidos pela grande imprensa. Ao contrário, muitas vezes reproduzem o formato e o aplicam às realidades locais.

Já o trabalho produzido pela Agência Mural e por outros veículos de mídia alternativa, ao instigar um sentimento de pertença e representatividade em seus leitores, se fundamentam na definição de sujeito periférico concebida por D’Andrea (2013, p. 174) e que estabelece três requisitos: que a pessoa assuma sua condição de periférico, ou seja, que haja uma mudança de perspectiva do periférico “em si” para o periférico “para si”; tenha orgulho dessa condição, abstraindo as estigmatizações; e aja politicamente a partir dela.

Ao produzir pautas a partir do território, se afirmando periférica, mostrando as potências ali presentes e fazendo ações políticas no sentido de valorizar as periferias e reivindicar melhorias, a Mural consegue a validação de sua audiência. Entretanto, nem todo jovem periférico – e aqui destacamos a juventude por ser o público-alvo da Agência – é um sujeito periférico, pois somente a “experiência compartilhada de habitar a periferia” (D’Andrea, 2013, p. 173) não define a subjetividade sem os elementos supracitados.

Há que se observar ainda que nosso grupo de entrevistados é composto por estudantes universitários, professores e produtores artísticos, ou seja, categorias sociais que Bourdieu (2007, p. 118) classifica como detentoras de baixo ou médio capital econômico e alto capital cultural, por possuírem um nível elevado de ativos sociais como intelecto, educação formal e estilo elaborado de discurso. Conforme estudamos no capítulo anterior, a presença de jovens periféricos nas universidades é um fenômeno decorrente das políticas públicas que permitiram um acesso mais democrático ao ensino superior no país.

Ao menos no caso dos participantes que aceitaram conversar conosco, percebemos que o jornalismo periférico não despertou neles conscientização sobre seus territórios, uma vez que

já eram engajados politicamente nessa temática antes mesmo de conhecerem a Agência Mural. Suas trajetórias de vida, formações educacionais e atuações profissionais fizeram com que eles entendessem as dinâmicas de poder presente nos territórios e passassem a agir para confrontá-las. O conteúdo consumido por eles, assim, reafirma suas crenças e valores. Com os dados levantados, não podemos afirmar que eles representam a maior parte do público do veículo, mas cabe-nos indicar a necessidade de o jornalismo periférico pensar em estratégias para se aproximar de outros perfis de jovens que vivem nessas áreas da região metropolitana.

3.4. Críticas e possíveis caminhos para aumentar o envolvimento com a Mural

Um dos aspectos positivos das entrevistas em profundidade é que os participantes podem trazer discussões que não estavam inicialmente contempladas no roteiro de perguntas. Apesar de não haver explicitamente uma questão sobre quais aspectos da Agência Mural poderiam ser melhorados na opinião de seus leitores, o decorrer de algumas entrevistas levou a possíveis críticas e sugestões pontuadas pelos participantes.

Entre os nove entrevistados da nossa pesquisa, dois são professores e ministram aulas para adolescentes: Alberto é formado em economia e dá aula numa Escola Técnica do estado de São Paulo (Etec), enquanto Wesley é formado em história, leciona a disciplina no ensino médio da rede pública e em cursinhos pré-vestibular e atua como educador popular. De acordo com a experiência de Alberto em sala de aula, “esses jovens estão mais no TikTok e Instagram; é a moda, são as mídias sociais deles. São avessos a noticiários; a notícia chega por um influenciador que fala tudo para eles. Ao mesmo tempo que eles estão hiperconectados, estão focados em outros conteúdos”.

Na opinião de Alberto, a maneira pela qual seus jovens alunos se informam pode desconectá-los não apenas do jornalismo, mas também de seus territórios, uma vez que eles “não estão se entendendo como periféricos”. Segundo ele, “essa hiperconectividade às vezes os transportam para o mundo da lua. Para quem tem 16, 17 anos, há um pouco de perda desse reconhecimento do local e a necessidade de almejar outros locais”. Apesar de o professor não mencionar que conteúdos seus alunos consomem, é possível perceber uma semelhança com o discurso neoliberal que discutimos na seção anterior por meio das percepções de Jonas em relação à forma com que a grande mídia tem abordado as periferias.

Todavia, o estudo de Doretto (2019) com adolescentes periféricos apontou que, para os estudantes entrevistados, o jornalismo desempenha uma função social importante no que se refere à informação e que a “produção noticiosa profissional poderia produzir representações

sociais menos estereotipadas” (Doretto, 2019, p. 75) sobre eles, mostrando que nem todos os adolescentes têm perdido suas percepções identitárias por meio do consumo noticioso via redes sociais, contrapondo o relato de Alberto.

Outra característica apontada por alunos de ensino médio de nossos participantes foi a dificuldade de distinguir as notícias das *fake news*, conforme apontado por Wesley. As vivências do professor corroboram a pesquisa de Spinelli e Carbone (2023), cujos resultados permitiram aos autores concluir que a ausência de um filtro no compartilhamento de informações em grupos de WhatsApp ou em redes sociais faz com que a disseminação de informações falsas ocorra com facilidade nessas plataformas. Wesley descreveu uma atividade sobre literacia midiática que desenvolveu junto aos alunos de uma escola pública:

Eu tive uma experiência em 2022 quando ingressei no estado de São Paulo como um professor contratado para dar uma disciplina de tecnologia e inovação. Dentro dos tópicos dessa disciplina, que é do ensino médio, e em meio a todas as precarizações que a gente já vê na educação pública, eu pensei: “Vou tentar fazer uma discussão crítica sobre como se coloca conteúdo, falar sobre *fake news*, etc”. E aí eu percebi, conversando com eles, trocando ideia, até o limite que eu podia ir naquele espaço. A constatação foi de que eles não conseguiam diferenciar entre uma notícia verdadeira, que tem fonte, que traz toda aquela estrutura que a gente consegue considerar uma notícia, e aquilo que não é. E isso estava muito associado a como eles consumiam esse tipo de notícia: eram justamente notícias que estavam sendo veiculadas por redes sociais ou pelo WhatsApp sobretudo, que acaba tendo essa maior deturpação sem essa checagem das fontes (Wesley, 27, Guarulhos).

Uma alternativa apontada por Wesley, tanto para mitigar esse efeito causado pela circulação de informações falsas entre estudantes do ensino médio quanto para ampliar o alcance da Agência Mural, é o veículo se fazer mais presente nas escolas. Para o professor, o veículo deveria “apostar num diálogo com os próprios educadores, com os cursinhos, enfim; um diálogo direto para fazer propostas formativas, rodas de conversa, fazer debates sobre educação e população”, como um caminho para chegar a esses jovens⁵⁸. Ainda no que se refere ao engajamento, Beatriz também sugere um trabalho de base presencial nas periferias, mas não necessariamente em ambiente escolar:

Eu diria – se a Mural já faz isso eu não tô sabendo – para ter mais ações presenciais. Então, em algum dia fazer tipo uma oficina de jornalismo com pessoas periféricas. Fazer um painel de roda de conversa para trocar ideias justamente sobre isso. Enfim, nas periferias mesmo. Levar o jornal até lá, porque às vezes é uma bolha. Quem tem acesso ao jornal são pessoas que já

⁵⁸ A Mural já organiza um programa de educação midiática intitulado “Mural nas Escolas” que promove reflexões sobre “o poder da comunicação na desconstrução de estereótipos, promoção da igualdade e representatividade e geração de oportunidades” – disponível em: <https://agenciamural.org.br/institucional/clube-mural/nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

têm o hábito de consumir notícia, de estar bem informado (Beatriz, 24, Jardim Planalto).

Ainda no que se refere à educação, Eduardo se lembrou do fenômeno da evasão escolar, que distancia ainda mais alguns jovens periféricos da leitura e do jornalismo. Além disso, na percepção de Eduardo, as jornadas de trabalho extenuantes às quais esses jovens precisam se submeter para conseguirem seu sustento acabam por tirar-lhes o tempo disponível para lazer e até mesmo se informar, de maneira que um vídeo de poucos segundos se encaixa melhor em seu cotidiano do que uma série de reportagens mais elaboradas, por exemplo:

O tempo é muito importante. Infelizmente a gente não tem direito ao ócio; a gente está tentando mais garantir a subsistência e pensar em sobrevivência porque pobre não vive, sobrevive. E aí, mesmo que ele consumir notícia, vai ser pelo *bait*⁵⁹, coisas sensacionalistas, entendeu? Por isso que é muito legal assistir [a] debate político, porque vai ter barraco. Ele vai ver notícia do MBL⁶⁰ [Movimento Brasil Livre] por causa do *bait*. E a gente sabe que o *bait* é perigoso, sabe o peso de você conseguir atrair a pessoa porque você pode induzi-la ao erro. Então as pessoas estão muito nisso, porque é muito mais rápido, é muito mais imediatista, se encaixa no padrão de vida dela, que é um ritmo acelerado de trabalhar, trabalhar e consumir, consumir (Eduardo, 27, Morro Grande).

Voltando às impressões dos participantes sobre a Agência Mural e outros veículos de jornalismo periférico e como eles se conectam às juventudes, uma das críticas diz respeito à dificuldade de uma cobertura ampla de toda a Grande São Paulo, uma vez que as periferias estão distantes geograficamente umas das outras. Para Alberto, morador do Grajaú, os acontecimentos na zona Leste ou Norte pouco o influenciam, por serem locais de difícil acesso via transporte público:

A conectividade da periferia é diferente do centro da cidade. Porque no centro, se você faz um rolê que eles [Mural] estão promovendo, você tem outras coisas para fazer. Agora, se eu sair de casa, ir lá pro Jaçanã no extremo da zona Norte demora três, quatro horas para chegar, e só para aquele evento (Alberto, 27, Grajaú).

Outra questão relacionada às distâncias apontada por Alberto é que as periferias se distinguem entre si no que se refere aos aspectos culturais, sendo essa diversidade um desafio para que a Agência Mural consiga uma cobertura mais ampla das periferias. No entendimento

⁵⁹ *Bait* ou *clickbait* é um “fenômeno em que títulos e chamadas de matérias são criados de forma sensacionalista, com o objetivo de despertar a curiosidade do leitor e incentivá-lo a clicar no conteúdo” – disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2023/08/a-ameaca-do-clickbait-como-essa-pratica-irresponsavel-coloca-em-risco-a-credibilidade-do-jornalismo/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

⁶⁰ O Movimento Brasil Livre (MBL) é uma organização que “se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil” – disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

do professor: “A periferia da zona Leste tem uma questão cultural mais voltada para o samba; aqui no Grajaú eles colocam como berço do hip hop; o Capão Redondo tem o rap. Há uma diversidade que pauta como as pessoas acessam os recursos culturais e midiáticos”.

Nesse sentido, Renata percebe um movimento de homogeneização das periferias no que diz respeito à forma com que elas são representadas atualmente, tanto pela grande mídia quanto por meio de jovens influenciadores que moram nesses territórios. Filha de migrantes nordestinos, assim como Beatriz e Eduardo, a produtora cultural afirmou sentir falta de determinados tipos de manifestações culturais e artísticas quando se fala em periferia, sem, contudo, citar a Agência Mural ou qualquer outro veículo periférico:

Uma coisa que me incomoda, principalmente hoje, em que a periferia está um pouco mais em evidência, é o recorte que fazem da periferia como se ela fosse somente um movimento funk. Como se houvesse uma representação estética de que todo mundo da periferia anda de óculos chavoso⁶¹, entendeu? Ainda que eu entenda o simbolismo que tem ali, que é exatamente você enfrentar a hegemonia enquanto cultura funk ou cultura hip hop. Mas não é só isso que tem na periferia; na periferia tem gente de tudo quanto é jeito, e principalmente tem uma galera nordestina muito forte. A gente fala pouquíssimo da questão da migração nordestina, a gente esquece que falar de favela é falar do “risca-faca”, é falar do forrozão, sabe? E falar de outros estilos, é falar de sertanejo universitário também (Renata, 27, Jardim Serodio).

Esse fenômeno pode ser explicado por D'Andrea (2022) ao analisar os jovens periféricos que ingressaram nas universidades. Para o sociólogo, a necessidade de afirmação desses jovens – inclusive jornalistas e outros profissionais graduados na área da comunicação – num ambiente elitista como o universitário “fez com que se criasse uma representação de periferia baseada nos gostos, usos e costumes dessa parcela” (D'Andrea, 2022, p. 216).

Uma consequência desse processo é a diminuição da “complexidade dos significados e possibilidades de ser periférico”, visto que, por exemplo, pessoas periféricas adeptas da música sertaneja não têm tanta representatividade quando comparadas a admiradores de gêneros como funk ou samba. Apesar de D'Andrea (2022) focar sua análise nos universitários, o caso dos influenciadores periféricos – que nem sempre tiveram a oportunidade de cursar alguma graduação – pode ser lido de maneira análoga, uma vez que eles também precisaram afirmar suas identidades e criar uma representação das periferias para obter engajamento junto a um

⁶¹ Também conhecido como Juliet, é um modelo de óculos escuros com armação metálica e lentes reflexivas que ganhou popularidade no Brasil no final da década de 2010, com a ascensão do estilo ostentação do funk. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/minuto-cultura/noticias/2022/05/04/96_o-sucesso-do-modelo-de-oculos-juliet-entre-jovens-e-celebridades.html. Acesso em: 31 dez. 2024.

público das mais diferentes classes sociais, espelhando imagem semelhante à dos estudantes periféricos.

Existem, portanto, diversos nichos sociais desconectados do jornalismo periférico, uma vez que os jovens que acessaram o ensino superior ainda são uma parcela reduzida na população dos territórios. Ainda que nossa amostra não seja estatisticamente relevante, o fato de que todos os participantes que conversaram conosco serem detentores de um alto capital cultural – conforme visto na seção anterior – nos faz pensar na hipótese de que, conforme as análises de D'Andrea (2022) sobre a tendência de os jovens periféricos que acessaram as universidades provocarem ou produzirem representações recortadas (e simplificadas) das periferias, o conteúdo produzido pela Agência Mural traz um recorte que provoca identificação apenas nessa parcela da população periférica.

Na opinião de Jonas, a chave para a Mural aumentar seu envolvimento com jovens moradores das periferias é a presença em espaços de sociabilidade. Pensando em suas experiências como membro de coletivos e cientista social, ele menciona o futebol de várzea como um caminho para chegar ao público jovem masculino, “porque os homens, a maioria deles, estão sociabilizados nesse espaço do futebol, da cerveja e do churrasco depois do jogo”. Ainda no que diz respeito à sociabilidade, temos entre os nossos participantes o exemplo de Andressa, que conheceu a Agência por meio de seus colegas grafiteiros.

Outro espaço de sociabilidade dos jovens nas periferias são as igrejas, notadamente as evangélicas pentecostais, cujo crescimento recente “manifestou-se prioritariamente nos grupos de menor renda, com maior incidência entre a população preta e parda e moradores das periferias metropolitanas” (Silva, 2023, p. 374). Um dos motivos apontados pela autora é que a ausência de opções de recreação em equipamentos coletivos e serviços públicos – como, inclusive, relataram Beatriz e Eduardo sobre seus bairros nas entrevistas presenciais – acaba sendo preenchida pelas igrejas.

Na percepção de Eduardo, aliás, a construção de um diálogo com os setores religiosos é fundamental para obter a validação dos jovens que vivem nas periferias, visto que mesmo aqueles que não frequentam assiduamente as celebrações ou os eventos promovidos pelas igrejas acabam mantendo uma relação de respeito com elas em razão de seus vínculos familiares:

Por mais que às vezes o cara não tá na igreja – ele tá num outro rolê, em outra pegada, – ainda assim, ele tem um certo respeito com a igreja do bairro dele, porque a mãe dele tá lá. E ele vem de um contexto de mãe solo. Então, ele não vai respeitar a autoridade masculina; ele vai respeitar a autoridade feminina e evangélica (Eduardo, 27, Morro Grande).

Também no que diz respeito às mães, pais e avós das periferias e ainda no contexto da necessidade de fazer ações ativistas presencialmente, Renata observa que, apesar de sua popularização nos últimos anos, o acesso às tecnologias digitais ainda não está ao alcance de todos. Para a ativista, que é graduada em relações públicas, a mídia impressa, isto é, a distribuição de jornais ou panfletos, pode consistir numa alternativa para o jornalismo periférico chegar efetivamente aos territórios:

Hoje a gente tem bastante repertório de livros que nos trazem a questão de racismo digital, da colonização das redes. E estando aqui num espaço periférico eu vejo. Gente, a senhorinha não vai procurar notícia no Instagram; ela assiste a notícia na televisão. As coisas mudaram, mas mudaram para alguns, não mudaram para todos. Quando a gente entrega um papel pra pessoa, e a pessoa vai pra casa com aquilo, ela tá criando um afeto, ela tá levando uma lembrança física do nosso espaço pra dentro da casa dela. Enquanto na rede social você é só uma memória de um instante que já se perdeu no segundo seguinte. Então eu acho que uma das formas de a gente estar nas periferias é não esquecer das questões analógicas e pensar menos no digital (Renata, 27, Jardim Serodio).

Apesar de o foco da Agência Mural ser o público jovem, não havendo, portanto, a possibilidade de destinar recursos à captação da audiência de pessoas de outras faixas etárias conforme foi proposto por Renata, é possível pensar numa combinação de suas ideias com as de Eduardo, no sentido de conversar com as autoridades religiosas locais e distribuir algum material impresso da Agência na saída de cultos e missas. Essa estratégia visaria chegar não somente aos jovens que vivem no território e frequentam essas igrejas, mas também aos avós, pais e mães de quem não frequenta, de modo que eles possam entregar o jornal ou o panfleto a seus filhos e netos.

Como conclusão da seção de críticas e sugestões, para os nossos participantes, a Agência Mural deveria desenvolver mais ações presenciais nos territórios caso queira expandir seu alcance entre a juventude das periferias, uma vez que, para eles, o trabalho jornalístico produzido pelo veículo por meio de seu site e seus perfis nas redes sociais – apesar de sua importância na construção de sentidos sobre as periferias – parece estar limitado a uma parcela privilegiada, que teve acesso à educação e a práticas culturais e, portanto, já está acostumada a se informar por meio de veículos de imprensa, o que raramente ocorre nos territórios. Além disso, as distâncias entre os bairros e a diversidade cultural presente em cada um deles constituem desafios para a Agência, uma vez que muitas vezes as periferias não se conectam e, por isso, ela precisa cobrir diferentes áreas e uma grande diversidade de temáticas culturais.

Considerações finais

Nossa pesquisa teve como objetivo investigar de que maneira os jovens periféricos leitores da Agência Mural, um veículo de comunicação periférico da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), consomem conteúdo noticioso sobre as periferias e quais sentidos são construídos no processo. Para tanto, lançamos mão das entrevistas em profundidade, de maneira que conseguimos entender as rotinas informativas dos participantes – tanto no que diz respeito às mídias tradicionais quanto as alternativas, sobretudo as locais de seus respectivos bairros ou cidades – e explorar a influência desse processo na construção de suas visões sobre os territórios em que vivem.

Para compreendermos os dados levantados, no primeiro capítulo, abordamos aspectos históricos da organização das civilizações nas cidades, por meio do entendimento de Bauman (1998) de que é um instinto nosso organizarmos o ambiente em que vivemos de maneira a se preservar uma certa “ordem” ou um estado de “pureza”. Para o sociólogo polonês, varrer o quintal de casa ou expulsar um forasteiro estranho derivariam do mesmo princípio de manutenção dessa ordenação. Ainda nesse sentido, podemos pensar no fato de as sociedades de um modo geral definirem padrões estético e culturais, entre outros critérios, no que se refere às pessoas com as quais é válido e desejável conviver.

Refletindo sobre a formação histórica das sociedades latino-americanas, incluindo a brasileira, tivemos a imposição por parte dos países colonizadores de um conjunto de características como o padrão que deveria estruturar a sociedade dominada, de acordo com critérios de raça, nacionalidade, religião, sexualidade e gênero. O antropólogo argentino Walter Mignolo (2017) definiu esse ideal de pureza e superioridade como a Matriz Colonial de Poder (MCP).

Mesmo após os processos de independência e o fim da escravidão no continente, seus primeiros centros urbanos foram pensados e estruturados por aquelas pessoas que já detinham poderes econômicos e políticos desde o período colonial, as quais se encaixavam nos padrões ditados pela MCP, uma vez que eram apoiadas pelas coroas espanhola ou portuguesa. Enquanto isso, as populações originárias e aqueles que tinham sido escravizados e (seus descendentes) permaneciam marginalizados, como se suas meras existências fossem uma ameaça para a ordem social.

Foi nessa conjuntura que nasceram as primeiras periferias urbanas, reunindo todos aqueles que não se encaixavam nos padrões validados pelas elites, aqueles que perturbavam a “ordem” e a “pureza” por elas estabelecidas, segundo o pensamento de Bauman (1998). No

caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as periferias contemporâneas tiveram origem nos anos 50, no período marcado pela industrialização, quando migrantes vinham das mais diversas partes do país, sobretudo do Nordeste, à procura de emprego e melhores condições de vida (D'Andrea, 2013) e se estabeleciam nas bordas das cidades, por falta de condições financeiras para morar nas zonas centrais.

Ainda no que se refere ao fenômeno de marginalização de determinados segmentos da sociedade brasileira, Muniz Sodré (2015) observa que as elites de diferentes ordens – como a econômica, intelectual e política (entre eles, os proprietários de meios de comunicação de massa) – interagem entre si e acabam criando “padrões cognitivos e políticos que orientam os componentes da ação social e julgamento ético”.

No que diz respeito ao jornalismo, pela natureza da atividade – isto é, pelo fato de informar e ajudar a formar opiniões –, e por ser estruturado e financiado por membros dessas elites, acaba por reverberar os modos de pensar hegemônico, os quais frequentemente estigmatizam e abordam determinados grupos de pessoas de maneira preconceituosa. Além disso, de acordo com Luhmann (2005), dois critérios para que uma notícia tenha repercussão são a presença de conflitos, que provocam incertezas e tensão na audiência, e as transgressões às normas sociais, que podem ser narradas com julgamentos morais – elementos típicos, por exemplo, do telejornalismo policial, que é uma categoria conhecida por retratar as periferias de maneira negativa.

Foi sob essa problemática que se desenvolveu no nosso segundo eixo teórico. As formas pelas quais o jornalismo tradicionalmente retrata as periferias, como lugares associados ao crime e à miséria, fizeram com que parte da população desses territórios não se identificasse com ele (Nonato, 2018). Essa não identificação, bem como as políticas públicas no início do século XXI que permitiram o acesso de jovens das periferias às universidades – inclusive em cursos da área da comunicação social – e a popularização da internet, que favoreceu a criação de páginas informativas como blogs e perfis de redes sociais, contribuiu para o estabelecimento de arranjos jornalísticos produzidos por jovens periféricos, como é o caso da Agência Mural (Rovida, 2021).

Por entendermos esses jovens como protagonistas de uma mudança no sentido da representação sobre as periferias, e pelo fato de eles serem a faixa etária considerada como público-alvo pela Mural, dedicamos o segundo capítulo aos estudos das juventudes segundo o pensamento ocidental moderno. O entendimento da juventude como categoria social que antecede a fase adulta teve início na transição entre os séculos XIX e XX na Europa Ocidental.

De acordo com o historiador Phillipe Ariès (1984) foi a partir desse momento que os jovens – por exprimirem uma “mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver” – passaram a ser vistos como depositários de esperança, no contexto da necessidade de renovação das ideias e valores de uma sociedade “velha e esclerosada”.

No entanto, além da perspectiva da esperança, os jovens têm também a responsabilidade de manter os costumes e as morais e preservar a coesão do tecido social. Apesar do paradoxo entre as duas perspectivas apresentadas, um elemento comum entre elas é que a preocupação maior não é com o jovem em si, mas sim com a sua integração à sociedade de maneira funcional. Nesse sentido, as juventudes podem ser lidas também como uma potencial ameaça de ruptura com a cultura já estabelecida pelos adultos (Abramo, 1997). No que se refere às juventudes periféricas da América Latina, essa integração social é ainda mais complexa devido a dificuldades como a inserção no mercado de trabalho e os estigmas carregados por esses jovens, uma vez que eles passaram a ser preconceituosamente associados à violência urbana (Reguillo, 2003).

Tais dificuldades de integração na sociedade podem despertar dois tipos de comportamento nos jovens periféricos: o da busca por se adequar aos padrões impostos pelas elites ou a construção de uma identidade juvenil periférica, por meio da aceitação e afirmação de suas diferenças, conforme explicado por Woodward (2011). Segundo Dayrell (2007), foi por meio da arte como o grafite, a música e a dança no território que esses jovens passaram a construir autoestima e afirmar suas identidades.

Na última seção do segundo capítulo, trouxemos uma pequena coletânea de estudos sobre consumo noticioso de jovens brasileiros, notadamente no que diz respeito às notícias dos locais onde habitam. Os estudos apontaram que, de um modo geral, os jovens se informam majoritariamente por meio da internet e das redes sociais. Nesse sentido, apesar de formatos tradicionais como televisão e impresso terem sido pouco mencionadas, os sites e perfis nas redes sociais de grandes grupos midiáticos como g1.com (Grupo Globo) e CNN Brasil foram bastante citados.

No que se refere ao consumo midiático local, os resultados apontaram algumas situações distintas: o costume de se informar por meio de grupos de WhatsApp e influenciadores de redes sociais em regiões consideradas desertos ou quase desertos de notícias; o sentimento de falta de representatividade por jovens periféricos no que diz respeito à cobertura da imprensa local sobre seus bairros e a desconfiança em relação à independência dos veículos midiáticos locais.

No capítulo final da dissertação trouxemos os resultados dos nossos estudos de campo, isto é, das nove entrevistas em profundidade que conduzimos com jovens leitores da Agência Mural. Apesar de nossa preferência por fazê-las presencialmente, por questões de disponibilidade dos participantes conseguimos apenas três entrevistas *in loco*, todas em lugares sugeridos pelos entrevistados, com as seis restantes feitas de maneira remota por meio da plataforma Microsoft Teams.

Em relação às rotinas de consumo dos participantes, prevaleceu o uso das redes sociais como meios de informação, conforme outras pesquisas anteriores sobre consumo noticioso de jovens no Brasil já apontavam. O fato de dois dos nossos participantes ainda consumirem mídias tradicionais como jornal impresso e rádio (mesmo também fazendo uso da internet em ambos os casos) é um indício de como as juventudes periféricas são bastante diversas entre si. A formação profissional e acadêmica desses jovens – um professor de escola técnica formado em economia e um estudante de gestão em políticas públicas – pode ter influenciado nas suas rotinas de consumo.

No que diz respeito às percepções sobre a cobertura da grande mídia nas periferias, confirmando o que foi estudado nos capítulos anteriores, a questão do estigma da pobreza e da violência foi amplamente mencionada. Também foi apontada uma nova tendência nas narrativas da imprensa, no sentido de que as periferias são lugares de potencialidade. Entretanto, isso não significa que agora esses territórios sejam valorizados pela grande mídia, uma vez que, segundo nossos entrevistados, o discurso adotado tem um caráter mais individualista e fundamentado na ideia de que a pessoa, por meio de seus próprios esforços, consegue sair da condição de periférico.

O fato de a Mural ser produzida por pessoas de periferia, as quais têm visões de mundo parecidas com a dos entrevistados, foi um dos fatores que mais influenciaram os jovens que escutamos no interesse pela Agência e pela leitura de seus conteúdos. Embora não tenha sido o foco da nossa pesquisa⁶², o fato de três dos nove entrevistados (Eduardo, Renata e Wesley) trazerem a identidade negra como aspecto importante em suas relações com as notícias mostra que é um tema representativo para eles.

Também há que se observar que o maior consumo de conteúdos da Mural acontece por meio do Instagram, uma vez que poucos ainda mantêm o costume de entrar diretamente nos

⁶² Não pedimos autoidentificação dos participantes, deixando-os livres para fazer referências às questões étnico-raciais, se as julgassem pertinentes. A opção por não abordarmos essa temática diretamente se justifica pelo fato de imaginarmos que ela poderia emergir dos participantes nas entrevistas, dada a diversidade étnica presente nas periferias e as relações de poder que as estruturaram historicamente, conforme vimos nos Capítulos 1 e 2.

sites para procurar notícias. Já como sugestões para o veículo obter uma repercussão maior, as ações presenciais foram as mais citadas, por meio de rodas de discussão em escolas, oficinas de jornalismo ou panfletagem em locais de sociabilidade nas periferias, como o futebol de várzea e as igrejas.

Aqui, nota-se a importância de atividades no território, explorando a força do encontro e da convivência ali, como apontado por Dayrell (2007). Ou seja, para os jovens com quem conversamos, é necessário aliar estratégias digitais a atividades físicas nas periferias, pois ali a experiência do cotidiano e da proximidade é vital para criar laços de confiança – e isso, na visão deles, deve também acontecer no jornalismo.

O perfil dos nossos entrevistados, isto é, universitários, professores e profissionais relacionados ao campo da arte e cultura, que Bourdieu (2007) enquadrou como pessoas detentoras de alto capital cultural, nos fez repensar sobre nosso problema de pesquisa, que era entender como a Agência Mural e outros veículos periféricos influenciam a construção de sentido sobre esses territórios pelos jovens leitores. O que nosso grupo de entrevistados mostrou é que esses sujeitos chegam à Mural como consequência de suas maneiras de pensar sobre o mundo, suas trajetórias e experiências de vida como sujeitos periféricos. Ou seja, a visão sobre as periferias tecida pela Mural se coadunou com a que esses jovens já haviam construído anteriormente.

Também cabe observar que, em nossa pesquisa, utilizamos três formas de abordagem para encontrar candidatos a participar das nossas entrevistas. A primeira foi a lista de contatos disponibilizada pela própria Agência Mural; a segunda foi o método conhecido como bola de neve, que consiste em solicitar aos entrevistados que indiquem outras pessoas para participar; e a terceira foi entrar em contato com pessoas que comentaram nas publicações do perfil da Mural no Instagram. Em todas as formas, encontramos jovens com bastante interesse no conteúdo da Agência e o fato de aceitarem a conversar sobre ela também é outro fator que mostra o envolvimento deles com esse tipo de conteúdo.

Tal movimento nos fez chegar a leitores já bastante críticos sobre a visão hegemônica das periferias, o que indica um gargalo importante a ser enfrentado por esse tipo de jornalismo. Apesar de não conseguirmos identificar de maneira direta se os nossos participantes representam a maior parte do público periférico da Mural, as sugestões para a realização de atividades presenciais nos territórios, para que o veículo se torne mais conhecido, são um indicativo de que ele ainda não tem uma presença massiva em alguns núcleos juvenis periféricos.

Além disso, a percepção de Eduardo sobre a forma com que a maioria das pessoas periféricas consomem notícias (não têm criticidade por falta de tempo, devido às jornadas extenuantes no trabalho e no transporte público) e o fato de Beatriz e Karina se reconhecerem como privilegiadas em relação aos acessos que tiveram, quando comparadas a seus amigos de bairro, corroboram a hipótese de que o leitor jovem e periférico da Mural apresenta um perfil diferente dos jovens periféricos de maneira geral, já que seriam atentos às lutas sociais. Não se retira aqui a importância de também produzir narrativas noticiosas para esses jovens leitores, engajados nessas questões, mas, de acordo com os objetivos desses veículos, é necessário pensar em estratégias para ampliar o público atingido. Trata-se ainda de um ponto a ser mais bem desenvolvido na pesquisa em comunicação.

Outro fato sobre nossa pesquisa que julgamos importante pontuar é que não conseguimos encontrar nenhum jovem entre 18 e 23 anos que aceitasse conversar conosco, o que deixou uma lacuna em nossas análises por não termos um representante dessa faixa etária no nosso grupo de entrevistados. Para uma futura investigação, fica o desafio de como chegar até esses jovens, pois eles podem apresentar outros comportamentos e compreensões.

Por fim, quero ressaltar novamente a importância de os entrevistados terem aceitado conversar conosco, o que possibilitou a realização dessa dissertação. Conhecer suas trajetórias e aprender sobre as juventudes nas periferias com pessoas que de fato vivem o território foi muito gratificante. Espero ter conseguido contribuir de alguma forma para os campos da sociologia e da comunicação, mas ficaria ainda mais feliz se este trabalho chegasse às mais diversas quebradas da Grande São Paulo, por meio de formações educacionais nos coletivos e escolas públicas do ensino básico, isto é, pelos mesmos caminhos que as periferias chegaram até mim nas entrevistas.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005, p. 37-72.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 25-36, 1997.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ANDRADE, Jhone Ricardo. **Mediatização do sindicalismo**: da porta de fábrica à conexão em tempo real. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.
- BARBOSA, Gustavo Henrique Freire. O ‘datenismo’ como instrumento de opressão. **Observatório da Imprensa**, 30 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/ed831_o_datenismo_como_instrumento_de_opressao/. Acesso em: 13 mar. 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BEZERRA, Juliana. Jornalismo das periferias: um fenômeno em ebulição. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 2, n. 24, p. 283-289, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos de Economia**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, n. 27, p. 83-99, 2012.
- CASAQUI, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 44-56, 2015.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2016, p. 80-91.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **40 ideias de periferia**. São Paulo: Editora Dandara, 2020.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

DORETTO, Juliana. A mídia manipula quem tem cabeça fechada: adolescentes periféricos e a crítica ao jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 66-77, 2019.

DOWNING, John. **Mídia radical**. Rebelia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac, 2002.

DUARTE, Jorge. Entrevistas em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 62-82.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista Famecos**, n. 9, 1998.

FELIX, Carla B.; MENDES, Larissa de M.; FONTES, Helen P. Juventude e consumo de notícias: comportamento geracional e hábitos culturais. **Novos Olhares**, v. 7, n. 1, p.22-32, 2018.

FONSECA JÚNIOR, Wilson. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 280-315.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODMAN, Leo. Snowball Sampling. **The Annals of Mathematical Statistics**, 32(1), p. 148-170, 1961.

GOULART, Jefferson Oliveira; BENTO, Patrícia Pechini. Enclaves fortificados e segregação urbana: o caso de Jundiaí. **Sociedade e Cultura**, v. 14, n. 1, p. 181-193, 2011.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HAESBART, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. **GEOgrafia**, Niterói, v. 22, n. 48, 2020.

HELD, Thomas. Institutionalization and deinstitutionalization of the Life Course. **Human Development**, New York, n. 29, p. 157-170, 1986.

JAVORSKI, Elaine; SILVA, Kennidi; SILVA, Ingrid; SERRÃO, Heloísa. O público jovem e os processos de informação em desertos de notícias. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 17, n.29, p. 141-156, 2022.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 179-193, 2013.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. Tradução: Sônia Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson Educação do Brasil, 2018.

LAGO, Cláudia; NONATO, Cláudia; KAZAN, Evelyn. Questões de gênero na cobertura da covid-19 pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias. **RuMoRes**, v. 32, n. 16, p. 221-247, 2022.

LUHMANN, Niklás. **A realidade dos meios de comunicação**. Tradução: Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MARCOS, Patrícia S. M. P. **Comunicação contra-hegemônica com perspectiva emancipatória: experiências argentinas e brasileiras no século XXI**. 2021. 594 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARTINS, Lilian Juliana. Jornalismo de Quebrada: análise da representatividade negra e periférica na redação da Agência Mural. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 23., 2023, Campo Grande. **Anais**. Universidade Católica Dom Bosco, 2023.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista – o diálogo do possível**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. 6ª ed. São Paulo: Summus, 1988.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORAES, Ângela de; MACHADO, Lilian. Jornalismo regional e juventude: hábitos de consumo e percepção sobre credibilidade. **Esferas**, v. 1, n. 12, p. 57-65, 2018.

MORAES, Vaniucha de. Mobilização jornalística nos anos 70: a imprensa alternativa como movimento social. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 102-124, 2014.

NASCIMENTO FILHO, João Batista do. Crimes da ditadura militar: a saga de Vladimir Herzog. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, Univali, v.7, n.3, p. 1998-2030, 2012.

NONATO, Cláudia. Diversidade nas pautas jornalísticas: o caso das periferias paulistanas. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 183 – 198, 2020.

NONATO, Cláudia. O perfil do jornalista das periferias de São Paulo: resultados iniciais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais**. Universidade da Região de Joinville, 2018.

NONATO, Cláudia; PACHI FILHO, Fernando; CAMARGO, Camila. Periferia: um lugar para a identidade no discurso de jornalistas. **E-compós**, v. 23, p. 1-24, 2020.

OLIVEIRA, Cleverson M. N. A personalidade jurídica e o instituto da morte civil no direito romano. **Revista Iuris Novarum**. Cacoal, Unir, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2020.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), p. 139-165, 1990.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, 2023.

PERUZZO, Cicília Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**, v.11, n.2, p. 367-379, 2008.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. **Juventude da periferia: do estigma ao modo de vida**. Curitiba: Appris, 2018.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP). **Mapa da Desigualdade 2023**. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: um campo de estudio; breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, 2003.

REZENDE, Renato Horta. A alteração sistêmica provocada pela possibilidade da exclusão automática do indigno. **Revista Misión Jurídica**, v. 16, n. 25, p. 163-179, 2023.

ROCHA, Halitane; MÜLLER, Humberto; TALARICO, Paulo. Mais de 1 milhão de pessoas vivem sem ou com pouco jornalismo local na Grande São Paulo. **Agência Mural**, 11 de setembro de 2023. Disponível em: <http://www.agenciamural.org.br/desertos-de-noticias-na-grande-sp/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ROVIDA, Mara. As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 50 – 65, 2018.

ROVIDA, Mara. Em quarentena – um podcast da Agência Mural de Jornalismo das Periferias. **Revista Rumores**, n. 30, vol. 15. 2021.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias: O diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ROVIDA, Mara. Jornalismo das periferias: uma pesquisa de campo na Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-11, 2020b.

SANTOS, Caroline Pasternack. **Traços de hegemonia no alternativo: o caso da Agência Mural**. 2020. 132 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - FIAM-FAAM - Centro Universitário, São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAVEGNAGO, Sabrina. Práticas discursivas e sociais relativas aos jovens e à juventude. **Última Década**, n. 51, p. 192-224, 2019.

SILVA, Camila Garcia. **É tempo de boas notícias: a relação dos jovens com as narrativas jornalísticas**. 2019. 119 p. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - FIAM-FAAM - Centro Universitário, São Paulo, 2019.

SILVA, Geilson dos Santos. **Formas de financiamento e sustentabilidade do jornalismo alternativo no ambiente digital: as experiências da Agência Mural e da Marco Zero**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SILVA, Silvana Cristina da. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 13, n. 2, p. 369-388, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros – identidade, povo, mídia e votas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUZA, Solange; CARVALHO, Cíntia. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 1, p. 98–112, 2016.

SPINELLI, Egle; CARBONE, André Ricardo. Competência midiática e consumo de notícias esportivas por jovens paulistas. **Lumina**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 125–139, 2023.

TALARICO, Paulo. Os dez anos de cobertura das periferias pela Agência Mural: Relato sobre a trajetória da Agência Mural desde 2010 na região metropolitana de São Paulo. **Revista Alterjor**, v. 23, n. 1, p. 169–188, 2021.

TAVARES, Luísa. **O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37–58, 2011.

VITALI, Marli. **Jovens e jornalismo: a periferia de Criciúma, em Santa Catarina, e o consumo de notícias smartphone**. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

WAGNER, Carlos. Como as TV's chapas brancas se tornaram relevantes para os jornalistas. **Blog Carlos Wagner**, 28 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://carloswagner.jor.br/blog/como-as-tvs-chapas-brancas-se-tornaram-relevantes-para-os-jornalistas/> . Acesso em: 24 mar. 2024.

WOODWARD, Katlyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. RJ: Vozes, 2014.

Anexo 1

ROTEIRO – ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista individual

- Nome e idade
- Onde você mora? Com quem? Qual sua ocupação? Qual a sua formação educacional?
- Como você vai para o seu trabalho ou escola? Quanto tempo você leva para chegar?
- O que ser um jovem periférico, na sua opinião?
- Como você acessa notícias em geral? (WhatsApp, Instagram, Youtube, não acessa...)
- Você costuma acessar notícias locais, isto é, do seu bairro?
- O que você pensa sobre os veículos de imprensa tradicional? Você confia neles?
- Como esses veículos falam sobre as periferias, na sua opinião? E sobre os jovens?
- Como você conheceu a Mural? O que o motivou a se tornar um leitor da Agência?
- Como a Mural fala sobre as periferias, na sua opinião?
- E em relação aos jovens?